



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS
SOCIAIS EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E
SOCIEDADE**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**Redes alternativas de produção e consumo de alimentos: estudo de
caso do Movimento de Integração Campo-Cidade (MICC/SP)**

Isis Leite Ferreira

Rio de Janeiro/RJ
Setembro de 2015

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**Redes alternativas de produção e consumo de alimentos: estudo de
caso do Movimento de Integração Campo-Cidade (MICC/SP)**

ISIS LEITE FERREIRA

Sob a Orientação da Professora
Maria de Fátima Ferreira Portilho

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais, no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

Rio de Janeiro/RJ
Setembro de 2015

363.8
F383r
T

Ferreira, Isis Leite.

Redes alternativas de produção e consumo de alimentos:
estudo de caso do Movimento de Integração Campo-Cidade
(MICC/SP) / Isis Leite Ferreira, 2015.

158 f.

Orientador: Maria de Fátima Portilho.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e
Sociais.

Bibliografia: f. 132-138

1. Consumo - Teses. 2. Alimentos – Teses. 3.
Alimentos alternativos – Teses. 4. Política Alimentar –
Teses. I. Portilho, Fátima. II. Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e
Sociais. III. Título.

“Ao longo do tempo, os alimentos fizeram muito mais do que simplesmente proporcionar sustento; eles agiram como catalisadores da transformação e da organização social, da concorrência geopolítica, do desenvolvimento industrial, do conflito militar e da expansão econômica. Desde a pré-história até a atualidade, os relatos dessas transformações formam uma narrativa que abrange a totalidade da história humana”. (Tom Standage. *Uma história comestível da humanidade*, 2010.)

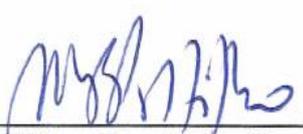
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade (CPDA)

Isis Leite Ferreira

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Ciências.

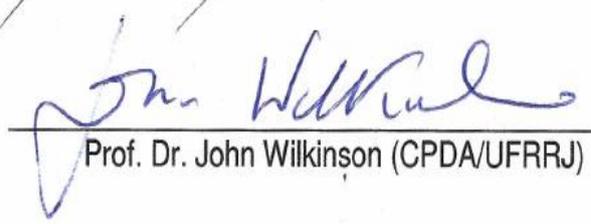
Dissertação aprovada em 02/10/2015.



Prof.^a Dr.^a Maria de Fátima Ferreira Portilho (CPDA/UFRRJ)
Orientadora



Prof. Dr. Sérgio Schneider (UFRGS)



Prof. Dr. John Wilkinson (CPDA/UFRRJ)

Agradecimentos

O momento em que pensamos “é hora de escrever os agradecimentos” anuncia o fim de um ciclo, para mim, de uma aventura. Árdua e, ao mesmo tempo, apaixonante. Quando “descobri” o CPDA não havia outro lugar possível para estar, foi nos idos de 2011. Tentei o ingresso, mas ainda não era a hora. Antes, era necessário viver outra aventura para encerrar com muita maturidade o ciclo gestora pública federal: ser Coordenadora Geral de Sistemas Públicos Agroalimentares Locais, na Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Missão cumprida, era hora da mudança. Desse tempo, meus agradecimentos às grandes amizades feitas na Sesan (e para vida toda): Mariana Santarelli, Luciane Ferrareto, Crispim Moreira, Élcio Magalhães, Valéria Burity, Milton Nascimento. Meus agradecimentos aos amigos que compartilharam a casa, o sonho e a vida durante os quatro anos em Brasília: Anna Paula Feminella, Bárbara Leite, Vítor Leal, Isabelle Albuquerque, Caroline Bauer e Nelson Motta. Em especial agradeço a Maurício Sardá, que inspirou e inspira e que nos deu abrigo – sem ele, o tempo em Brasília não seria possível e a Gediel Júnior Ribeiro, cuja síntese de agradecimento se traduz em suas próprias palavras, na dedicatória do livro *Parceiros do Rio Bonito: “conhecendo-te, lembrei da leitura desse livro, tão importante para as Ciências Sociais e para a compreensão do camponês no Brasil (...) espero que a leitura a auxilie na busca do mestrado, mas dê resposta à pergunta – onde devo estar, qual caminho a percorrer para melhor contribuir à luta”*. Citando Lênin, recomenda: “ *siga em frente, sonhe!*”.

Sonhei e mudei para o Rio de Janeiro. Aqui, sem minha família a vida não seria possível. Começo agradecendo à Cláudia Leite, tia querida que quando estava prestes a desistir do sonho, me encorajou e ainda me arrumou um trabalho! Registro aqui, meus agradecimentos à Fundação Municipal de Saúde de Niterói e aos amigos que fiz por lá – outra grande experiência nessa caminhada. Agradeço também à Lívia Monteiro, por compartilhar as agonias iniciais dessa aventura e (algumas) outras pessoais (...). Meus agradecimentos as “minhas mulheres”: minha mãe, Lúcia Leite, mulher que palavras para definir ou agradecer não existem. Enquanto eu sonho e voou, ela me observa, me apoia e, sempre que necessário, me puxa à terra firme. Isso é amor! E a minha dinda Myriam Andrade, que me liga toda semana para saber como anda a vida, o que nos faz exercitar o amor e a sintonia, e ainda me dá uma mesada generosa. Aliás, nesse quesito, devo às duas: minha mãe e minha dinda, que “financiaram” essa aventura,

complementando a bolsa do CNPq. Essa dívida não poderá ser paga, a não ser com afeto – e elas aceitam! Por fim, toda minha família, que é minha base, minha força e meu lugar.

Após quase três anos – usando o período máximo permitido pela regra estabelecida, agradeço aos professores do CPDA, em especial à Claudia Schmitt, que dizia: “*Isis, agora para, chega, aterrissa!*”, e a John Wilkinson, que empolgou e ajudou a delinear o trabalho. E claro, à querida e incrível Fátima Portilho, minha orientadora, que me acolheu quando estava ainda “viajando”, com três temas (malucos) de dissertação e sem orientador. Tenho a sensação de que no início, por vezes, ela se arrependeu, mas conseguimos nos entender e, mais do que isso, nos descobrimos. Esse trabalho é fruto da nossa parceria e reflexões. Fátima, sem você, nem sei. Descobrir o campo dos Estudos do Consumo foi incrível – para o desenvolvimento do trabalho e para apurar o olhar sociológico sobre as mudanças em curso do sistema agroalimentar. Muitíssimo agradecida pela paciência, carinho e respeito.

Meus sinceros agradecimentos também a todos os companheiros e companheiras do Movimento de Integração Campo-Cidade, o MICC. Mais do que um “objeto” de estudo, o MICC foi um reviver de experiências, quando, ainda criança, em Quatis, vivemos a emancipação da cidade, fruto da mobilização das Comunidades Eclesiais de Base. Meu respeito e meu mais profundo agradecimento ao Sr. Santana e à Dona Lena, que me acolheram com todo carinho, abrindo as portas da sua casa e das suas vidas, que se misturam com a história do MICC. Sr. Santana, sua esperança e fé serão levadas comigo por toda vida! Registro aqui também o agradecimento à Rede Ecológica, ao Instituto Kairós e a todas as cooperativas, coletivos e associações que integram os Grupos de Consumo Responsável do Brasil e àquelas iniciativas que ainda não integram esse coletivo, mas que nadam “contra a corrente” hegemônica na luta por um sistema agroalimentar que fortaleça nossa soberania alimentar. À minha querida “cumadi” Camila Nascimento e ao Nico que me acolheram com muito carinho na semana da pesquisa de campo em São Paulo.

Finalmente, ao querido e amado André Diniz, surpresa boa no meio dessa caminhada, que fez a vida ficar mais divertida e engrandeceu os sonhos e, ao meu querido e amado filho, João Pedro, meu grande companheiro – mudando de cidade, de casa, de escola, se adaptando e sendo o ser humano incrível que é. Quando ele estava na barriga, cantava “*vamos descobrir o mundo juntos, quero aprender com seu pequeno, grande coração (...)*”. É isso que estamos a fazer! Que venha a próxima aventura!

Apresentação: caminho percorrido

O conhecimento da existência de Grupos de Consumo Responsável (GCR) deu-se em um contexto de busca por um “campo” para o desenvolvimento da pesquisa de mestrado em meados de julho/agosto de 2013. Nessa ocasião, buscava por experiências de Empreendimentos de Economia Solidária (EES) relacionados à agricultura familiar. Ainda sem objetivos definidos, o que dificultava o processo, conheci a experiência da Rede Ecológica – uma rede de consumo responsável, criada em 2001, por consumidores da cidade do Rio de Janeiro/RJ. Em março de 2014 me integrei ao Núcleo da Urca, o primeiro a ser criado pela Rede Ecológica, e em maio passei a integrar também a Comissão Gestora da Rede. A aproximação com a Rede Ecológica, apesar de contrariar as tradicionais recomendações para o desenvolvimento de uma boa pesquisa – distanciamento, estranhamento e relativização do “objeto” pesquisado – acabou se tornando a chave para a entrada no “mundo” dos grupos de consumo, fundamental para que eu pudesse vivenciar as dinâmicas dessas formas de organização, além de estabelecer contato com os diferentes sujeitos que constroem cotidianamente uma forma específica de se relacionar, comercializar e consumir.

Foi nesse contexto que, em abril de 2014, participei da “II Oficina de Práticas de Comercialização para Grupos de Consumo Responsável”, um curso de cinco dias promovido pelo Instituto Kairós, em parceria com a Organização Não Governamental Capina (Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa)¹, onde tive a oportunidade de conhecer dezenove GCR de todas as regiões do Brasil. Nesse momento, dois outros aspectos se apresentaram como novidade e se tornaram centrais para o desenvolvimento desse projeto: o conceito e a conformação das redes alimentares alternativas – estruturas organizadas e estabelecidas por atores da sociedade civil à margem do *mainstream* do sistema agroalimentar; e a mobilização dos consumidores que, nesse caso, se forjam como atores centrais no processo de manutenção dessas

¹ A Capina (Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa) é uma organização não governamental fundada na década de 80, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, que atua, há vinte e cinco anos, em todo o território nacional, prestando assessoria a organizações de produtores da cidade e do campo. Em 2003, passa a promover atividades formativas, ministrando cursos de viabilidade econômica e gestão democrática de empreendimentos associativos (www.capina.org.br). Para a Capina, a Oficina de Comercialização promovida em parceria com o Kairós, foi a 37ª edição, sendo, entretanto, a primeira voltada a um público-alvo diferenciado, nesse caso, os gestores dos GCR.

redes, visando não só o acesso a alimentos orgânicos, mas também a valorização do local e da agricultura familiar.

Dos grupos ali representados, o Movimento de Integração Campo-Cidade (MICC), que atua na cidade de São Paulo/SP, me pareceu um bom lócus para o desenvolvimento dessa pesquisa por reunir características peculiares: é o grupo mais antigo, tendo iniciado suas ações na década de 80, no âmbito da luta pela reforma agrária; reúne, na sua maioria, consumidores considerados de “baixa renda”, residentes na Zona Leste da cidade de São Paulo; a “integração do campo com a cidade”, proposta pelo MICC, é materializada, inicialmente, na luta pelo direito à terra, e, posteriormente, na comercialização dos alimentos produzidos por pequenos produtores (assentados e não assentados); a comercialização é estruturada em três frentes: feira semanal, que acontece na Paróquia da Vila Alpina, onde se localiza também um ponto comercial fixo, a chamada “lojinha do MICC” e nos diversos núcleos descentralizados (posto de saúde, igrejas e residências, dentre outros), que funcionam a partir da mobilização de consumidores cadastrados que retiram, quinzenalmente, cestas de alimentos a baixos preços. Com a pesquisa de campo, realizada em fevereiro de 2015, pude conhecer melhor a trajetória do MICC e, assim, refletir e estruturar o presente trabalho.

Resumo

O atual debate acerca dos regimes alimentares busca refletir, de maneira geral, as transformações do sistema agroalimentar ao longo do tempo e do espaço. Este conceito permite situar, historicizar e identificar os principais atores e elementos estabilizadores de cada contexto histórico, ao mesmo tempo em que permite apontar os períodos de instabilidade, que, por sua vez, impulsionam transformações em direção à superação de um regime por outro. Dentre os diversos enfoques sobre a emergência do chamado 3º regime alimentar, uma questão mereceu destaque nesta pesquisa: a politização do consumo e o surgimento e expansão de redes alimentares alternativas. Neste processo, diferentes formas de organização, relação e comercialização de alimentos são estabelecidas, ao mesmo tempo em que o consumidor ganha centralidade. No Brasil, o processo de formação de redes alimentares alternativas culminou na construção da Rede Nacional de Grupos de Consumo Responsável, que fez emergir diferentes trajetórias, processos e dinâmicas de diversos grupos. Dentre eles, analisamos o caso do Movimento de Integração Campo-Cidade (MICC) que, desde a década de 80, vem articulando pequenos produtores e consumidores de classes populares da Zona Leste de São Paulo em torno da comercialização de alimentos orgânicos e não orgânicos, chamados também de alimentos convencionais. O trabalho analisou a atuação do MICC a partir dos conceitos de governança, mercado e enraizamento. Como resultado, apontou que a experiência do MICC guarda especificidades por estar relacionada às lutas clássicas de redução da desigualdade e da injustiça social, pois seu surgimento está fortemente relacionado à atuação da Igreja católica em um contexto de mobilização política pela reforma agrária. No entanto, a partir da iniciativa de outro ator, o Instituto Kairós, o MICC amplia sua agenda e forma de ação, passando a adotar a narrativa do consumo responsável.

Palavras-Chave: Politização do consumo; Redes Alimentares Alternativas; Rede Nacional de Grupos de Consumo Responsável; Movimento de Integração Campo-Cidade.

Abstract

The current debate about the food regimes seeks to reflect, in general, the transformation of the food system over time and space. This concept allows to place, historicizing and identify the main actors and stabilizing elements of each historical context, while allowing point periods of instability, which, in turn, drive changes towards overcoming a regime with another. Among the different approaches to the emergence of so-called 3^o regime, one issue was highlighted in this research: the politicization of consumption and the emergence and expansion of alternative food networks. In this process, different types of organization, and food market are established at the same time that consumers is centrality. In Brazil, the process of formation of alternative food networks culminated in the construction of the National Network of Responsible Consumer Groups, that did emerge different paths, processes and dynamics of various groups. Among them, we analyze the case of the Rural-Urban Integration Movement – MICC – which since the 80s, has been articulating small farmers and working classes of consumers of São Paulo east zone around the marketing of organic food and non-organic, also called conventional food. The study examined the performance of the MICC from the concepts of governance, market and embeddedness. As a result pointed that MICC experience is specific because is related to the classic struggles of reducing inequality and social injustice because the emergence of the movement is closely related to the work of the Catholic Church in the context of political mobilization for land reform. However, on the initiative of another actor, the Kairos Institute, MICC expands agenda and form of action, adopting the narrative responsible consumption.

Key Words: Politicization of consumption; Alternative Food Networks; National Network of Responsible Consumer Groups; Rural-Urban Integration Movement.

Lista de Siglas

AFN – Alternative Food Networks
Apri – Associação de Pequenos Produtores Rurais de Ibiúna
Brics – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CEB – Comunidades Eclesiais de Base
CFN – Civic Food Networks
CJS – Comércio Justo e Solidário
CR – Consumo Responsável
EES – Empreendimentos de Economia Solidária
Ena – Encontro Nacional de Agroecologia
ES – Economia Solidária
Fao – Food and Agriculture Organization
FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária
GCR – Grupo de Consumo Responsável
Idec – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor
MDA/SDT – Ministério do Desenvolvimento Agrário/Secretaria Nacional de Desenvolvimento Territorial
MICC – Movimento de Integração Campo-Cidade
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTE/SENAES – Ministério do Trabalho e Emprego/Secretaria Nacional de Economia Solidária
OCS – Organização de Controle Social
OMC – Organização Mundial do Comércio
ONG – Organização Não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
Opac – Organismo Participativo de Avaliação de Conformidade
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PCC – Grupo de Trabalho de Produção Comercialização e Consumo
Pronat – Programa Nacional de Desenvolvimento Territorial
RARA – Rede de Apoio à Reforma Agrária
SAN – Segurança Alimentar e Nutricional
USDA – United States Department of Agriculture

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Grupos de Consumo Responsável no Brasil	62
--	----

Lista de Figuras

Figura 1: Período desenvolvimentista –Juscelino Kubitscheck:1956 a 1961	30
Figura 2: Quadro enraizamento (<i>embeddedness</i>)	55
Figura 3: Rede do tipo singular	66
Figura 4: Rede do tipo capilar	67
Figura 5: Metodologia "Autogestionada"	78
Figura 6: Ocupação da Fazenda de Ipanema (Iperó/SP) por integrante do MST, 1992. 95	
Figura 7: Visita do MICC à Iperó, 1993.....	96
Figura 8: Produção de abóbora orgânica em Iperó, propriedade do Sr. João.....	96
Figura 9: Produção orgânica em Iperó, propriedade do Sr. Valdomiro	97
Figura 10: Criação de porcos em Iperó, propriedade do Sr. Boaventura	97
Figura 11: Atual identidade visual do Movimento de Integração Campo-Cidade vencedora do concurso em 1997.	100
Figura 12: Fachada da Igreja Nossa Senhora do Carmo, Vila Alpina, São Paulo.....	106
Figura 13: Feira do MICC	108
Figura 14: Sacola da “Feira da Reforma Agrária” para os alimentos adquiridos na feira do MICC.....	109
Figura 15: Caminhão da Associação de Pequenos Produtores de Ibiúna (APRI)	109
Figura 16: Caminhão do MICC	109
Figura 17: Lojinha do MICC	111
Figura 18: Produtos da lojinha	111
Figura 19: Pontos de distribuição dos Kits de Alimentos	116
Figura 20: Kits de alimentos de Ibiúna.....	116
Figura 21: Itens do Kit de Ibiúna, grupo B, em 04 de fevereiro de 2015.....	117
Figura 22: Controle de distribuição dos Kits da Vila Alpina	118
Figura 23: Participação dos consumidores do MICC.....	122
Figura 24: Levantamento dos desafios: produtores – comercialização; consumidores – acesso.....	140
Figura 25: Embalagens dos produtos DoDesign	142
Figura 26: “Novas ideias, novos caminhos”.....	142
Figura 27: Distritos Industriais de Economia Solidária – GAS	144

Sumário

Introdução	15
Capítulo 1: Regimes Alimentares, Tendências Alimentares Contemporâneas e	
Redes Alternativas.....	23
1.1 Historicizando e contextualizando o 1º e 2º Regime Alimentar.....	27
1.2 O Brasil e o 2º Regime Alimentar	29
1.3. Contestações e negociações – o emergente 3º regime alimentar?.....	33
1.4 Consumo verde, consumo sustentável e consumo responsável.....	42
1.5 Redes Alimentares Alternativas	48
1.6 Tendências atuais.....	57
Capítulo 2: Grupos de Consumo Responsável no Brasil – dados empíricos iniciais	
.....	61
2.1 Mapeamento Grupos de Consumo Responsável, 2010	65
2.2. Encontros Nacionais de Grupos de Consumo Responsável no Brasil.....	71
2.3. Grupos e Redes de Consumo Internacionais	82
Capítulo 3: Movimento de Integração Campo Cidade (MICC).....	87
3.1 Governança - “A missa só começa quando você sai para fora da porta da Igreja”	88
3.1.1 Início da comercialização – “Então esse era o objetivo: que o produtor	92
ganhasse mais, mas que o consumidor pagasse menos”	
3.1.2 Ocupação da Fazenda de Ipanema, Iperó/SP – “E a gente tem consciência de	93
que a reforma agrária só acontece por causa do povo da cidade. Se não houver essa	
conscientização da cidade, a reforma agrária não vai acontecer”	
3.1.3 Estrutura do MICC	101
3.2 Mercado e Enraizamento – “Se o pequeno produtor que é quem deve fazer parte	105
da reforma agrária não tem pra quem vender, o que ele vai fazer com a reforma	
agrária se ela for feita?”.....	
3.2.1 Feira e Lojinha	108
3.2.2 Kits de alimentos.....	112
3.3 Consumidores – “A grande maioria é de baixa renda, mas a gente não exclui	119
ninguém, nem classe, nem religião, nem raça”	
Conclusão	128
Referências Bibliográficas	133
Anexos.....	139
Anexo I – Relato da participação no Seminário “Mercados e produtos locais,	139
consumo local, valorização de produtos locais”	
Anexo II – Grupos de Consumo Internacionais	143
Anexo III - Roteiros da pesquisa de campo.....	149

Introdução

Analisar as dinâmicas da produção e do consumo de alimentos na atualidade envolve uma série de questões desafiadoras. A primeira tarefa parece ser a escolha do lugar a partir do qual tais dinâmicas serão observadas e do enfoque analítico a ser adotado.

Predomina, nesse contexto, o debate sobre a produção, fortemente relacionado à teoria econômica clássica e à perspectiva marxista. Do outro lado, têm-se a emergência dos debates sobre consumo, onde predominam as análises das práticas alimentares e dos aspectos culturais da alimentação. Nesse ponto, tem-se o primeiro desafio: como analisar os Grupos de Consumo Responsável, considerando a complexidade de sua atuação, que inclui tanto a produção quanto o consumo?

Buscando possíveis pontes entre os estudos que relacionam a produção e consumo alimentar, Goodman *et al* (2012) fazem uma retrospectiva das convergências acadêmicas com as ações de ativistas envolvidos nas redes alimentares alternativas. Apontam que, entre as décadas de 70 e 80, a atenção acadêmica estava centrada em estudos sobre as contradições do sistema agroalimentar oriundas da intensificação do processo de industrialização da agricultura e do “desaparecimento” das famílias rurais. Ao mesmo tempo, ativistas já atuavam na construção de experiências pautadas nas dinâmicas das redes alternativas, que proliferaram em meados da década de 90. Visando a compreensão desse processo, em curso, alguns estudiosos do tema adotaram como perspectiva teórica os referenciais da economia política, enquanto outros miravam as novas relações produtivas, o desenvolvimento de políticas locais e as relações de poder. Outros, ainda, encontravam novas formas de interpretação utilizando-se dos referenciais pós-estruturalistas e pós-modernos, o que Goodman *et al* (2012) chamam de “virada cultural”. As abordagens eram, portanto, centradas na politização do consumo, materializada no consumo de alimentos orgânicos e no estabelecimento do comércio justo. Segundo os autores:

Tomadas em conjunto, a virada cultural no pensamento acadêmico e na prática pragmática ativista chamaram a atenção para o papel constitutivo das relações conjuntas de produção e consumo na construção de formas alternativas de abastecimento alimentar; isto é, o processo relacional e

iterativo que conecta consumidores e produtores e vice e versa (Goodman *et al.*, 2012 p. 33)².

A partir daí os estudos acadêmicos passaram a desenvolver-se em duas principais linhas teóricas: da economia política – com a industrialização e o estabelecimento da sociedade de risco; e dos estudos culturais – com a emergência do debate sobre o consumo. Segundo os autores, essas duas linhas demoraram muito para integrar produção e consumo em abordagens relacionais, permanecendo assimétricas.

Nesse contexto, acredita-se que abordar as redes alimentares alternativas pode auxiliar na redução da dicotomia e assimetria dos estudos sobre a produção e sobre o consumo de alimentos, uma vez que em tais redes estão presentes tanto os elementos da produção (produtores; meios que dispõem para o cultivo, como terra, crédito e tecnologias; escolhas pelo tipo de produção adotada etc.) quanto das estruturas (redes nas quais operam a distribuição dos alimentos produzidos, aproximação entre produtores e consumidores e os valores e as normas que envolvem essas práticas) e do consumo (politização e reflexividade).

O foco nas redes integra, portanto, tanto o estudo das formas econômicas quanto dos processos sociais, permitindo assim a superação da dicotomia. Lowe (1995 *apud* Mior, 2005) aponta, no entanto, que as redes não devem ser enquadradas em uma concepção normativa, como definidoras de uma nova ordem organizacional, pois essas “não são novas e nem o mercado e as relações hierárquicas estão desaparecendo”. A principal questão seria a recolocação das instituições a partir da abordagem de rede.

Apresentada, portanto, a intenção de se desenvolver um estudo que envolva o processo da produção e do consumo de alimentos, partindo-se do referencial teórico das redes alimentares alternativas, há a necessidade de contextualizá-las no tempo e no espaço. Dessa forma, o Capítulo 1 apresenta os estudos e debates sobre os regimes alimentares com o objetivo de auxiliar a identificação das principais dinâmicas e mudanças ocorridas no sistema agroalimentar, assim como os principais “*players*” de cada período: 1º regime alimentar (1870 a 1930), baseado no comércio, com predominância da Inglaterra; 2º regime alimentar (1930 a 1970), baseado nas regulamentações estatais e em regras internacionais no âmbito da Organização Mundial do Comércio – OMC, com a emergência da indústria alimentícia, e predominância dos Estados Unidos; e o emergente 3º regime alimentar (a partir de 1970 até os dias atuais),

² Esta e as demais citações em língua estrangeira, que aparecem nessa dissertação, são fruto de tradução livre da autora.

mercado pela predominância do setor varejista e pelo aprofundamento da financeirização, ao mesmo tempo em que aumentam as tensões e negociações pela regulação do sistema agroalimentar a partir do consumo e dos consumidores, além de movimentos e organizações como a Via Campesina, o *SlowFood* e, no caso Brasil, os Grupos de Consumo Responsável.

Pode-se dizer que os estudos sobre o sistema agroalimentar são divididos em dois grandes campos: 1) os que tratam da sua globalização e internacionalização e 2) os que apontam a construção de sistemas agroalimentares locais. A principal característica da globalização e internacionalização do sistema agroalimentar é a produção de commodities alimentares e sua padronização, dominada pela racionalização e busca pela eficiência econômica. Lyson (2004), analisando as transformações do sistema agroalimentar americano, modelo que foi “exportado” para grande parte dos países do Sul por meio da chamada “Lei de Ajuda Alimentar”, ou *Food Aid*, como é conhecida, aponta que a industrialização agrícola, ocorrida no início do século XX, foi marcada por três revoluções tecnológicas: mecanização, adoção de fertilizantes sintéticos e o desenvolvimento da biotecnologia. Nesse sentido, a globalização teria os seguintes efeitos: concentração, controle e internacionalização de terras; padronização e produção em massa dos alimentos, voltados ao mercado de consumo em massa; surgimento e expansão das firmas e contratos como instrumentos reguladores da produção, voltados à produção industrial; alongamento das cadeias produtivas e distanciamento entre a produção e o consumo; surgimento e consolidação de atores controladores e, portanto, concentradores das atividades de abastecimento e distribuição dos alimentos; expansão e consolidação do varejo como principal meio de acesso aos alimentos.

No campo dos estudos do sistema agroalimentar local outras questões são abordadas, indo desde a luta pelo direito à terra até a luta pelo consumo de alimentos orgânicos. Os elementos presentes nesses estudos abrangem, ainda, as lutas pela reforma agrária, a valorização do campesinato e da agricultura familiar, a autonomia dos produtores, o uso de sementes crioulas, as lutas contra o uso de agrotóxicos, o encurtamento das cadeias de abastecimento e distribuição, o acesso a mercados locais, a valorização da produção orgânica e/ou agroecológica e, finalmente, o acesso a alimentos considerados mais saudáveis e de qualidade.

Cabe apontar que o presente trabalho se insere, de maneira geral, na segunda perspectiva, sem, no entanto, desconsiderar os processos reconhecidamente hegemônicos da globalização e da internacionalização do sistema agroalimentar, mas

focando os processos sociais e econômicos surgidos em oposição a esses modelos. Desse modo, a partir do enfoque do emergente 3º regime alimentar, parece haver um espaço para reflexões acerca dos sistemas agroalimentares locais, a partir das experimentações em curso, como as redes alimentares alternativas e, no caso desse trabalho, os Grupos de Consumo Responsável. Nesse Capítulo são também apresentadas algumas especificidades do caso brasileiro no debate dos regimes alimentares, a partir do contexto histórico nacional, como a participação da Igreja no movimento de redemocratização – que irá influenciar fortemente a conformação do Movimento de Integração Campo-Cidade, o MICC – e, ainda, o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST, além das principais tendências alimentares contemporâneas e a centralidade dos consumidores no período pós 70.

Portilho e Barbosa (no prelo), ao analisarem a adesão à causa rural por parte de consumidores urbanos organizados e mobilizados, em grande medida, pelas novas tendências do consumo alimentar contemporâneo – saudabilidade, sustentabilidade e valorização da origem, apontam que essa adesão pode contribuir para a construção de mercados para a agricultura familiar e para o desenvolvimento local, gerando implicações tanto para os produtores como para os consumidores.

No Capítulo 2 são apresentados os dados da pesquisa realizada com o Instituto Kairós, que, por meio de financiamento público e com o apoio de diversos Grupos de Consumo Responsável (GCR), iniciou o processo de conformação da Rede Nacional de Grupos de Consumo Responsável. Considerando as diferentes motivações para o estabelecimento de cada um dos GCR, observa-se que, por um lado, tem-se uma articulação voltada para a resolução de problemas que dizem respeito à produção de alimentos e à viabilização econômica de comunidades; por outro, figura uma demanda própria de consumidores urbanos pelo acesso a alimentos considerados mais saudáveis.

Para situar os GCR do Brasil no contexto internacional, é apresentada a experiência da *Rede Urgenci*, uma organização com sede na França que, institucionalizada em 2006, mantém sistemas de parcerias com diversas iniciativas, como as Amaps, na França, e os Teikeis, no Japão.

No Capítulo 3 são apresentados os dados da pesquisa de campo realizada com o MICC em São Paulo/SP, em fevereiro de 2015. Como veremos, o MICC é o mais antigo grupo que integra, junto com outros grupos brasileiros, os Grupos de Consumo Responsável, um coletivo nacional que está a caminhar, o com apoio e a mobilização do

Instituto Kairós, na construção de uma Rede Nacional de Grupos de Consumo Responsável.

O surgimento do MICC deu-se na década de 80, em um contexto de forte participação e mobilização popular no país, onde a principal questão era a abertura democrática, após 21 anos de ditadura. O movimento surge dentro da Igreja Católica, especificamente, na Paróquia da Vila Alpina, Zona Leste da cidade de São Paulo, motivado pela luta do acesso à terra, em apoio às ocupações organizadas pelo MST no interior do estado. A estratégia de mobilização dos consumidores urbanos viria alguns anos depois, em decorrência da necessidade de estabelecimento de mercados locais para a comercialização dos alimentos produzidos pelas famílias assentadas. Nos anos 2000, o MICC passa a incorporar em sua pauta, o “consumo responsável” (sobretudo a partir de 2009, com a integração na agenda do Kairós) muito embora não utilize tal expressão. Nessa fase, o consumidor e o consumo começam a se tornar elementos centrais nas suas estratégias de ação, caracterizando a entrada de novas questões em suas pautas e agendas tradicionais, semelhante ao que vem ocorrendo como outros movimentos sociais do campo, como é o caso do MST, que, em seu último Congresso Nacional³, chamou atenção para o que seria a grande “virada ideológica”. Portilho e Barbosa (no prelo) indicam que:

Os movimentos tradicionalmente associados à causa rural *strito senso* vêm, aos poucos, incorporando a dimensão do consumo e mobilizando os atores políticos enquanto consumidores em suas lutas e campanhas pela causa rural, através da estratégia de politização do consumo [...] Com isso, observamos uma tendência de aliança e aproximação de valores e estratégias de luta – ao contrário da fragmentação da luta social pregada em passado recente pelas teorias pós-modernas – dos movimentos sociais de bandeiras mais clássicas com o movimento de consumidores – que sequer são considerados nas teorias dos movimentos sociais – produzindo uma resignificação e atualização das agendas de ambos (Portilho e Barbosa, no prelo).

Além de ser o grupo mais antigo, o MICC tem outros aspectos que chamam atenção e justificam sua escolha para esta pesquisa: o número de consumidores mobilizados – cerca de 700 famílias; o volume de comercialização e o preço dos kits – cerca de 10 toneladas de alimentos por mês, produzidos por pequenos produtores, com variações de preço, por tipo de Kit, como será visto mais adiante, entre R\$ 14,00 e R\$

³ VI Congresso Nacional do MST, realizado em Brasília em 2014. O vídeo do Congresso, com as falas da “virada ideológica”, dentre outras, será apresentado mais adiante. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mcPhrGPktJc&t=137>. Acesso em 07 de janeiro de 2015.

24,00; sua estrutura de organização – três frentes de comercialização: feira semanal, espaço comercial (“lojinha do MICC”) e comercialização de cestas (Kits) de alimentos; sua capilaridade – 21 bairros, da Zona Leste da cidade de São Paulo.

Nesse contexto, o objetivo geral do presente trabalho foi analisar a conformação de redes alimentares alternativas no Brasil, com foco na experiência do MICC e na mobilização dos GCR pelo Instituto Kairós. Como objetivos específicos, temos: a) analisar a conformação do MICC, utilizando-se dos conceitos de governança, enraizamento e mercado, propostos por Roep e Wiskerke (2010), e b) analisar as diferentes estratégias de mobilização de consumidores, adotadas pelo MICC, com ênfase nas classes populares. Ainda que os objetivos desse trabalho tenham sido modestos, grandes foram as surpresas e descobertas no decorrer do seu desenvolvimento, conforme será apresentado na Conclusão.

Dentre as teorias utilizadas para o desenvolvimento da pesquisa, além dos estudos acerca dos regimes alimentares e das redes alimentares alternativas, ou cívicas, foram utilizadas referências da Sociologia do Consumo, em especial aquelas que contribuem para a compreensão do processo de politização do consumo e da relação entre consumo, cidadania e ação política. O trabalho dialoga, também, com a Teoria das Convenções, proposta por Laurent Thévenot e Luc Boltanski, que aborda a construção social da qualidade e a governança, considerada aqui como os processos sociais e econômicos emergentes das redes alimentares alternativas:

Para a teoria das convenções, as regras não são anteriores à ação e tampouco são elaboradas de fora da ação, surgindo no interior do processo de coordenação dos atores. Mais especificamente, representam uma resposta a problemas que aparecem no interior de tal coordenação e deveriam ser entendidas como mecanismos de clarificação que também estão, eles mesmos, abertos a desafios futuros. São, por isso, representações dinâmicas da negociação e, como tais, dependem da existência de pontos em comum entre os atores envolvidos. (Wilkinson, 1999, p.4)

O trabalho dialoga, ainda, com a Nova Sociologia Econômica, em especial com a noção de “enraizamento” (*embeddedness*), proposta por Mark Granovetter, e com a Teoria do Ator-Rede, proposta por Michel Callon e Bruno Latour. Essa última, ainda que apresente diferenças de abordagem por parte dos dois autores, permite, de maneira geral, explorar e caracterizar as redes e teias em constante formação, além das práticas que as sustentam, considerando sua heterogeneidade (onde estão incluídos os atores, os objetos, a natureza, a organização, a escala e os arranjos geográficos).

A “junção” desses diferentes caminhos teóricos se coaduna com a emergência de inovação nos debates acadêmicos que vêm associando e aproximando a sociologia rural, a sociologia da alimentação e a sociologia do consumo, partindo da perspectiva de que produção e consumo de alimentos são duas práticas codeterminadas, ou seja, são dois mundos mutuamente constituídos que não devem ser tratados de forma dicotômica:

Recentemente, tem havido uma crescente convergência entre diferentes abordagens [...]. Num nível superficial, esse processo pode ser captado na prevalência de co-autoria entre as diferentes tradições, combinada à migração de categorias-chave e à persistência de citações bibliográficas cruzadas. Afirmaríamos que está surgindo uma base comum metodológica e substantiva que é de relevância decisiva para a elaboração de uma alternativa ao paradigma liberal, servindo ao surgimento de um novo paradigma. (Wilkinson, 1999, p.1)

A metodologia adotada para o desenvolvimento do presente trabalho foi, inicialmente, uma análise documental das informações produzidas pelo Instituto Kairós em publicações e relatórios dos encontros realizados com os GCR entre 2009 e 2014. Além disso, foi realizada uma pesquisa de campo exploratória para coleta de dados empíricos iniciais, possibilitada pela minha participação na “I Oficina de Práticas de Comercialização para GCR”, realizada em abril de 2014, no Rio de Janeiro, incluindo uma entrevista gravada com um dos fundadores do MICC. Entre os dias 01 e 06 de fevereiro de 2015 foi realizada uma pesquisa de campo na sede do MICC em São Paulo. Durante esses dias, além da observação e conversas com diversos integrantes do MICC, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com aplicação de questionários de perguntas abertas, com dois gestores do movimento e cinco consumidoras, sendo três frequentadoras da feira e duas envolvidas na dinâmica de recebimento e entrega dos Kits de alimentos. Foi realizada, ainda, uma entrevista com uma gestora do Instituto Kairós. Todas as entrevistas foram gravadas eletronicamente, com a permissão dos entrevistados, e transcritas, permitindo o registro integral das falas dos participantes, totalizando 9h de gravação e mais de 50 páginas transcritas. Na ocasião, tive ainda a oportunidade de visitar o assentamento da Fazenda Ipanema, no município de Iperó/SP. Ainda que não tenha aplicado questionários com as famílias produtoras, em uma delas a conversa foi gravada, com consentimento, fazendo parte do conteúdo de gravações citado acima. Alguns trechos considerados relevantes para a compreensão do histórico do MICC, bem como do atual processo de comercialização, seguem apresentados no Capítulo 3. Por fim, cito, como parte integrante da metodologia, minha participação em

outras atividades relacionadas ao tema da pesquisa, durante o presente ano de 2015, como o Seminário “Mercados e produtos locais, consumo local, valorização de produtos locais”, promovido pela Misereor⁴ em parceria com a AS-PTA, ocorrido entre os dias 05 e 06 de maio, no Rio de Janeiro/RJ, e participações em mesas e grupos de trabalho nas Conferências de Segurança Alimentar e Nutricional, nos municípios do Rio de Janeiro, Niterói e Resende, que esse ano tem como tema “Comida de verdade no Campo e na Cidade: por direitos e soberania alimentar”. A participação em tais eventos, dentre outras significativas contribuições, foi interessante por permitir contato com diferentes atores ligados ao tema da alimentação – produção, abastecimento e consumo, além de atualizar e manter vivo o diálogo e as reflexões relacionadas ao tema da pesquisa.

No seminário da Misereor, apresentei a experiência da Rede Ecológica, da qual faço parte como consumidora e gestora. Como foi um seminário planejado para os parceiros dessa organização não governamental – todos eles envolvidos em atividades de assessoria, capacitação e mobilização de pequenos produtores rurais empobrecidos – a apresentação de uma rede de consumidores urbanos causou grande polêmica, permitindo, entretanto, um frutífero debate que alcançou a importância da dimensão do consumo e da organização dos consumidores para viabilizar, estruturar e, até mesmo, garantir a formação dos mercados locais, que, por sua vez, podem ser fatores determinantes para a melhoria da vida dos pequenos produtores rurais. O relato da minha participação segue apresentado no Anexo I. Já nas Conferências de Segurança Alimentar e Nutricional, estimuladas pelo tema proposto pelo Conselho Nacional, os debates ocorreram em torno de formas de acesso à chamada “comida de verdade”. Nesse contexto, além do tradicional debate sobre o abastecimento alimentar e o papel do Estado na garantia desse direito, as redes alimentares alternativas ganharam destaque ao se apresentarem como estruturas viáveis de organização de consumidores e produtores, capitaneadas pela sociedade civil.

⁴A Misereor é uma organização não governamental alemã, ligada à Igreja Católica, que trabalha com temas sociais em diversos países do mundo, incluindo a África, a Ásia e a América Latina (<http://www.misereor.org/pt/misereor-org-home.html>). No Brasil, atua há mais de 20 anos, financiando cerca de 200 projetos de assessoria, capacitação e mobilização de produtores rurais empobrecidos.

Capítulo 1: Regimes Alimentares, Tendências Alimentares Contemporâneas e Redes Alternativas⁵

“Alguma coisa
Está fora da ordem
Fora da nova ordem mundial”
(Caetano Veloso)

Iniciado por Harriet Friedmann e Philip McMichael na década de 80, o debate sobre regimes alimentares pode ser caracterizado como uma proposta de conceituação historicizada do sistema agroalimentar global, onde são identificados os elementos relativos à produção de alimentos, considerando-se os períodos da construção da economia capitalista e os processos específicos de acumulação de capital, em um determinado tempo e espaço, bem como seus processos de crise, transformação e transição (McMichael, 2009). Para esses autores, o conceito de regimes alimentares é, antes de tudo, uma proposta metodológica para análise dos sistemas agroalimentares.

Para Friedmann (2009), regime significa regulação e, portanto, a existência de regras envolvendo e orquestrando atores relevantes como os Estados, empresas, corporações, movimentos sociais, consumidores e cientistas. Assim, considerando-se a existência de regras claras, faz-se possível identificar períodos estáveis de acumulação de capital, bem como de atores predominantes que, associados a configurações específicas de poder geopolítico, condicionariam os formatos da produção e do consumo de alimentos pelos espaços nacionais, dando-se então, a caracterização periodicizada e historicizada dos regimes alimentares.

Os debates sobre os regimes alimentares foram (e estão sendo) construídos, principalmente, a partir dos referenciais teóricos da Teoria da Regulação⁶ (Friedmann,

⁵ A noção de redes alternativas, adotada no presente trabalho, refere-se à forma como estão sendo designadas, por diversos autores, a exemplo de David Goodman e Michael Goodman (2009), variadas conformações contrárias ao sistema alimentar predominante e, por sua vez, definidoras da existência de novas relações entre produtores e consumidores. Não se confunde, portanto, com a abordagem da Teoria do Ator Rede.

⁶ Trata-se da Escola Francesa de Regulação que, em linhas gerais, pode ser entendida como uma crítica à economia neoclássica, ao propor uma “síntese eclética” entre marxismo, keynesianismo, institucionalismo e historicismo, com ênfase nos modelos de regulação, entendidos como um conjunto de regras e valores

2009), da Teoria do Sistema Mundo⁷ (Pritchard, 2009), da Teoria da Convenção⁸ (Friedmann, 2003; Wilkinson, 2006) e, mais recentemente, da Teoria do Ator-Rede⁹ (Wilkinson, 2006). Os principais autores utilizados para a compreensão dos regimes alimentares são David Burch, Geoffrey Lawrence, Bill Pritchard (da Universidade de Queensland, Sydney/Austrália); Jane Dixon (da Universidade Nacional da Austrália); Harriet Friedmann (da Universidade de Toronto/Canadá) e Philip McMichael (da Universidade de Cornell/Estados Unidos).

Partindo das contribuições de Friedmann (2003 e 2009) sobre os períodos de estabilidade global para a definição de um determinado regime, o mesmo valeria para a identificação de períodos de crise e transformação onde, ao contrário de períodos estáveis, no lugar de regras claras, haveria tensões, negociações e experimentações entre espaços, atores e novos atores. Esse espaço de experimentação pode ser caracterizado como um período histórico de contestação, no qual um novo regime pode, ou não, surgir. Segundo a autora, uma das grandes tarefas para a caracterização de um novo regime seria sua identidade, ou seja, seu “nome”, o que só pode ser estabelecido com a identificação de um “ator predominante”.

Nesse contexto, há consenso entre os autores no que diz respeito à existência do 1º regime alimentar (1870 a 1930), baseado no comércio colonial e predominância do Estado inglês, nomeado, portanto, de regime colonial. Há consenso também sobre o 2º

que intermediam o regime de acumulação e que, quando estáveis, mantêm a coesão social (Friedmann, 2009).

⁷A Teoria do Sistema Mundo foi proposta por Immanuel Wallerstein, que considera a história mundial e as mudanças sociais a partir de uma dinâmica sistêmica geopolítica, considerando a mobilidade, estabilidade e instabilidade entre relações geopolíticas. O sistema mundo seria composto por um conjunto de países considerados núcleos, semiperiferias e periferias, divididos pela intensidade de acúmulo de capital (Pritchard, 2009).

⁸A Teoria da Convenção caracteriza-se por uma forte abordagem interdisciplinar que, ao lado de outras abordagens econômicas “não padrões”, auxilia a complementação, em nível micro, das análises da Teoria da Regulação. Especificamente no que diz respeito aos regimes alimentares, contribui para a incorporação das formas organizacionais de coordenação de redes (Goodman & Goodman, 2009), podendo servir como uma base metodológica substantiva para a elaboração de uma alternativa ao paradigma liberal, revelando sinais do surgimento de um novo paradigma (Wilkinson, 1999).

⁹A Teoria do Ator-Rede aparece, sobretudo, nos debates sobre um possível e emergente 3º regime alimentar, onde, diante da não identificação de mecanismos estabilizadores (que, segundo Friedmann, é o que define um regime), as análises tendem a se complexificar, fazendo-se necessário o aporte de outras teorias e formatos de análise, além de uma lente diferenciada para os processos e relações entre Estado, mercado, sociedade civil e inovações tecnológicas. Wilkinson (2006) aponta que essa teoria é considerada, frequentemente, mais como uma metodologia, por ter ambições atrás do método, que significaria uma abolição da forma dualista de pensar, em favor de uma investigação mais sistemática das práticas dos atores, mas que, no entanto, se apresenta como tal, por envolver uma extensa e original nomenclatura. Seus principais autores são Bruno Latour (Latour, B. *Science in Action*, OUP, 1987), Michel Callon (Callon, M. “Some Elements of a Sociology of Translation”. In Law, J. (ed.). *Power, Action, Belief. A New Sociology of Knowledge?* Routledge & Kegan, 1986) e John Law (Law, J. “Notes on the Theory of Actor Network: Ordering, Strategy and Heterogeneity”. *System and Practice*, 1992).

regime (1930 a 1970), nomeado de regime mercantil-industrial, quando se iniciam relações mais complexas entre Estados e mercados, com predominância do Estado americano, fortalecimento de modelos nacionais de desenvolvimento (capitaneados pelo Banco Mundial) e industrialização da agricultura, além do fortalecimento da indústria alimentícia (Friedmann, 2003; McMichael, 2009).

Segundo Friedmann (2009), não há consenso acerca do fim do 2º regime alimentar, sendo, entretanto, “o debate mais frutífero do que as conclusões” (p.1). Esse debate tem sido, em grande parte, motivado por focos escolhidos pelos autores para o desenvolvimento de suas análises, a exemplo de Pritchard (2009) que, ao analisar a Organização Mundial do Comércio (OMC) e o grande comércio mundial, sugere a existência de um emergente regime corporativo baseado na regulamentação de subsídios agrícolas, tendo como ator predominante a própria OMC. Outro exemplo são Burch & Lawrence (2009), que sugerem a emergência de um regime financeirizado, com predominância do mercado financeiro, tendo como ator principal o setor varejista. A própria Friedmann (2003), é o terceiro exemplo, apontando a emergência de um regime corporativo-ambiental (*Green Capitalism*), baseado na oferta de alimentos frescos, naturais e saudáveis.

Explorando o “não consenso” acerca do fim do 2º regime alimentar e o estabelecimento do emergente 3º regime, o que os atuais debates nos apresentam é um importante período de transição, onde surgem experimentações e contestações, envolvendo atores em dinâmicas locais e globais, por vezes complementares, por vezes contraditórias, onde racionalidades são contestadas e outras, diferentes, são criadas em um legítimo movimento ambíguo:

Ambiguidade diz sim e não ao mesmo tempo, adere e resiste ao que pesa com a força da lei, do uso e do costume e que parece, por seu peso, ter a força de um destino [...] pode tomar a forma de resistência e introduzir a desordem na ordem, abrir brechas, caminhar pelos poros e interstícios da sociedade (Chauí *apud* Portilho, 2005, p. 222).

Cabe apontar que os debates sobre os regimes alimentares, ainda que possuam diferentes focos de abordagens, estão situados, predominantemente, no campo da produção e distribuição dos alimentos, ou, de maneira geral, no campo da regulação do sistema agroalimentar, partindo da movimentação do grande capital. A tarefa que esse capítulo se propõe, além de apresentar os debates sobre os regimes alimentares, é apontar as lacunas deixadas por tais estudos no que se refere à cultura alimentar e à

compreensão dos consumidores, que emergem como atores políticos e estão a desenvolver mercados específicos, processos e estruturas próprias de governança, como será melhor detalhado no Capítulo 2, com a apresentação da Rede Nacional de Grupos de Consumo Responsável e no Capítulo 3 com a apresentação do estudo de caso do Movimento de Integração Campo-Cidade.

Segundo Portilho (2005), diversos autores¹⁰ têm diagnosticado uma mudança nos princípios estruturantes e organizacionais das sociedades modernas, partindo de perspectivas e abordagens que contribuem, cada qual à sua maneira, para a compressão sociológica do consumo. O termo “Sociedade do Consumo”, por exemplo, pode ser visto de duas maneiras distintas:

[...] como um sinal de dissolução e declínio da política – que levaria à desintegração social e declínio da dimensão política e do espaço público [...], reduzindo os vínculos de solidariedade e participação na esfera pública; ou, ao contrário, como emergência de uma nova cultura política e [...] uma possibilidade agregadora e emancipatória, que fortaleceria o interesse e a participação individual e coletiva nos dilemas e decisões políticas cotidianos, o que levaria a uma politização do consumo (Portilho, 2005, p. 180).

Um exemplo dessas novas formas de ação política emergidas no campo do consumo são as redes alimentares alternativas. Uma rápida pesquisa exploratória¹¹ nas páginas de alguns grupos e organizações de consumo responsável ilustra o atual contexto:

A Rede Ecológica é um movimento social que visa a fomentar o consumo ético, solidário e ecológico. É constituída de grupos de consumidores que realizam compras coletivas diretamente de pequenos produtores agroecológicos/orgânicos, o que viabiliza a compra desses produtos a preços acessíveis e, ao mesmo tempo, apoia as iniciativas desses produtores. (<http://redeecologicario.org/>)

A RedeMoinho tem por objetivo a promoção econômica e social por meio de ajuda mútua, libertando os cooperados (produtores e consumidores) do comércio intermediarista, visando a defesa e o bem-estar dos seus associados, da comunidade em geral e da natureza como um todo, através da comercialização, produção e beneficiamento de produtos, tendo em vista a melhoria de qualidade e preço dos mesmos ou facilidades no seu abastecimento aos associados. Entendemos que é necessário construir uma outra forma de desenvolvimento pautado na equidade e justiça, e nosso consumo pode contribuir nesta construção! (<http://redemoinho.coop.br>)

¹⁰ Para citação dos “diversos autores”, ver Portilho 2005, p. 69. Para uma completa abordagem sobre a Sociedade do Consumo, ver também Portilho, 2005, p. 67 a 90.

¹¹ Realizada em 22 de maio de 2015.

O Coletivo de Consumo Rural Urbano (C.C.R.U) tem como objetivo atuar e intervir na lógica capitalista de produção e consumo de alimentos, que em sua comercialização e consumo, tenham um abastecimento de alimentos que garantam o direito humano a alimentação adequada, livres de agrotóxicos, que respeite e valorize o produtor e as múltiplas características culturais, que promova o comércio justo, conserve as comunidades e culturas tradicionais, o meio ambiente e a saúde do ser humano. O C.C.R.U acredita que o consumo de alimentos não é apenas o ato de comprá-los nos supermercados e consumi-los, mas acredita que cada indivíduo com suas escolhas pode mudar a realidade em que o lucro das empresas e dos mercados vem primeiro que a saúde do ser humano e do meio ambiente, ou seja, a iniciativa abrange questões ambientais, econômicas e sociais. (<http://coletivocruabc.blogspot.com.br>).

Somos um grupo de pessoas que busca a conscientização e a união de forças pela valorização da terra e de quem nela trabalha. Para evitar a especulação alimentar e ação dos atravessadores, recebemos verduras e legumes mais saudáveis com preços menores, direto dos produtores e vendemos às comunidades. Assim, o MICC contribui para que os pequenos agricultores não vendam suas propriedades. (<http://www.micc.org.br>).

Nossa missão é criar uma comunidade juntando produtores e consumidores em torno da comida local e justa. Comida não é negócio, é um direito básico e uma forma de expressão. Comida boa e saudável não deveria ser cara e de difícil acesso para o consumidor; comida boa e saudável não deveria dar prejuízo para o produtor. Nos unindo e nos conectando diretamente a quem a faz, devolvemos à comunidade a palavra sobre o que é produzido, de que forma é produzido, e quanto vale a comida e o trabalho. No lugar de um amontoado passivo de consumidores, a Junta Local é uma oportunidade de criar uma comunidade engajada e informada em torno de produtores locais. O modelo inspira-se na economia criativa e compartilhada. Acreditamos na união dos garfos para melhorar a nossa comida! É preciso ajuntar! (<http://www.juntalocal.com>).

1.1 Historicizando e contextualizando o 1º e 2º Regime Alimentar

Os elementos estabilizadores do 1º regime (1870-1930) foram a centralidade no comércio de trigo entre a Inglaterra e suas colônias, tendo o padrão ouro como referência de sistema monetário. Segundo Friedmann (2003), o comércio de trigo tornou possível a construção de ferrovias e a circulação de riquezas, ampliando a influência e as fronteiras inglesas. Concordando com a autora, McMichael (2009) aponta que o período combinou a importação pela Inglaterra, de grãos, especialmente trigo, e animais para o desenvolvimento da atividade pecuária, visando o abastecimento e a alimentação da classe trabalhadora emergente.

Em 1929/1930, o mundo experimentava sua primeira grande crise ou a chamada “Grande Depressão”. Enquanto os estoques de trigo estavam elevados e enfrentando

graves problemas comerciais, populações conviviam com a escassez de alimentos e a fome (Friedmann, 2003). A ocorrência da *dust-bowl*¹² e os graves prejuízos na produção agrícola americana desencadearam uma profunda reorganização de todo o setor produtivo agrícola, o que reconfiguraria profundamente as relações em todo o mundo (McMichael, 2009). Essa reconfiguração seria marcada pela adoção de leis domésticas, como o “*New Deal*” (1933-1937), além de regulamentações, como o “Ato de Ajuste da Agricultura” (*Agriculture Adjustment Act – AAA*), que visavam o pagamento de subsídios para controlar a produção de trigo e dar vazão aos estoques, valorizando seu preço de mercado.

O 2º regime (1930-1970) seria estabilizado pela forte presença do Estado, com predominância dos Estados Unidos, regulando as regras de importação e exportação, com proteção do mercado interno e apoio do Banco Mundial para estímulo ao desenvolvimento agrícola de países do Terceiro Mundo, além do incentivo à industrialização (Friedmann, 2003; McMichael, 2009). Segundo Friedmann, ainda durante o 2º regime, o mundo “viu surgir um gigantesco volume de capitais agroalimentares, que, paradoxalmente, tornaram-se poderosos atores, contrariando os interesses de agricultores e Estados nacionais” (Friedmann, 2003, p. 14).

Nos países do Sul, o regime mercantil-industrial favoreceu a “Revolução Verde” e a agricultura industrial, um modelo simplificado para aumentar a produção e a comercialização de alimentos básicos. Nesse regime, portanto, as importações seriam substituídas pela agricultura industrial (Friedmann, 2003, p. 25).

Em 1954 foi aprovada a PL (*Public Law*) nº480, a chamada “Lei de ajuda alimentar” (*Concessionary Food Aid*), caracterizada, em geral, por uma política de subsídios à exportação. Nota-se, nesse contexto, que o comércio passa ter uma centralidade no Estado americano e na política. A reconfiguração do setor agrícola americano e mundial seria baseada, portanto, nessa lei que incluía, pelos subsídios, uma proposta política de desenvolvimento – com apoio do Banco Mundial, por meio do programa “Agricultura para o Desenvolvimento” (*Agriculture for Development*), destinada, aos países do Sul:

¹² As tempestades de areia foram fenômenos climáticos ocorridos, nos Estados Unidos, principalmente na região das Planícies, tendo causado grandes prejuízos agrícolas, agravando a crise econômica de 1930. Fonte: <http://www.livinghistoryfarm.org>. Acessado em 06 de outubro 2014.

A PL 480 foi um programa de ajuda alimentar para países em desenvolvimento iniciado em 1954, com o propósito de dispor de excedentes agrícolas e criar novos mercados internacionais para os Estados Unidos (Kimura, 2013, p. 87).

No âmbito da lei de “ajuda alimentar”, os subsídios à exportação tornaram-se uma característica definidora do regime alimentar emergente. A lei transformou os Estados Unidos em exportador mundial dominante, transformando, por sua vez, o Japão e as nações do Terceiro Mundo, de auto suficientes à países importadores [...] para o Terceiro Mundo, no entanto, a ajuda não impulsionou o comércio, mas, sim, a crônica dependência das importações (Friedmann, 2003, p.14).

1.2 O Brasil e o 2º Regime Alimentar

A adesão do Brasil à política de “ajuda alimentar” ocorreu, predominantemente, a partir de 1957, sob um contexto político e econômico de investimento de capitais internacionais para o desenvolvimento. Antes, em 1955, no governo provisório de Café Filho, foi aprovada a Instrução 113 da então Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC)¹³, que permitia a entrada de capitais externos sem cobertura cambial, assegurando ao investidor estrangeiro a importação de equipamentos industriais. Esta tendência foi mantida e ampliada no Governo do presidente Juscelino Kubitschek (1956 a 1961) que, acompanhado de outras formas de incentivo ao capital estrangeiro, favoreceu a implantação do chamado “Plano de Metas - 50 anos em 5”.

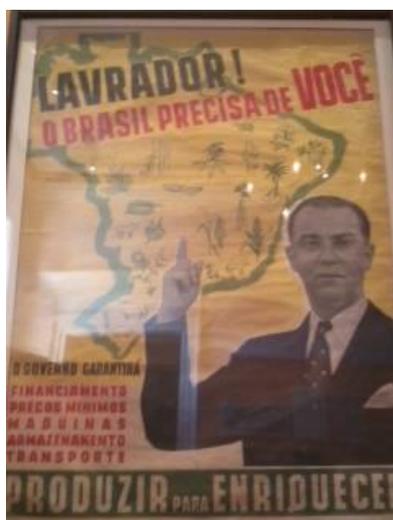
Com o objetivo de superar o subdesenvolvimento, o período foi marcado por ideias e ações desenvolvimentistas e de modernização, sobretudo da indústria, baseado nos diagnósticos e estratégias desenvolvidas pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL)¹⁴. O Plano de Metas era estruturado em cinco setores básicos: energia, transporte, indústria de base, educação e alimentação, sendo para esse último destinados 3,2% de investimento no qual compreendiam: instalação de armazéns, silos, frigoríficos e matadouros, além da mecanização da agricultura, estímulo à produção e comercialização de fertilizantes e plantio de trigo. Abaixo, cartaz que ilustra o contexto,

¹³Autoridade monetária do Brasil anterior à criação do Banco Central do Brasil em 1964. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?HISTORIABC>. Consulta em 11 de junho 2015.

¹⁴A CEPAL, organização ligada à ONU, criada em 1948, foi uma instituição que se propôs a investigar a gênese da economia política latino-americana, com a preocupação básica de determinar a causa do atraso da América Latina em relação aos centros desenvolvidos e encontrar fórmulas para superá-las. Possuía um caráter nacional e desenvolvimentista e se transformou na mais importante escola do pensamento econômico dos países subdesenvolvidos.

chamando o “lavrador” brasileiro a produzir para enriquecer, com a garantia do governo de financiamento, preços mínimos, máquinas, armazenamento e transporte:

Figura 1: Período desenvolvimentista –Juscelino Kubitschek:1956 a 1961



Fonte: Arquivo pessoal. Foto tirada no Museu da República, abril/2014.

Santos *et al* (2002) apontam que esse período teria gerado uma modernização conservadora, onde, embora o país tenha se industrializado e urbanizado, se manteve a distribuição desigual de riquezas e os latifúndios. Para Beskow (1999), durante o Governo Kubitschek não houve a preocupação de ampliar os mecanismos de intervenção estatal direta nos processos socioeconômicos relacionados ao setor agrícola. No entanto, a sobrevalorização cambial e os seus efeitos positivos sobre a importação de tratores e outros equipamentos e insumos agrícolas e, posteriormente, o aumento de sua produção interna através do aprofundamento do processo de industrialização - via Plano de Metas - também contribuíram para intensificar os processos de mecanização agrícola nas regiões agrícolas mais capitalizadas do país. Mattei (2012), analisando a reforma agrária, aponta que a questão da posse da terra sempre esteve presente no cenário político nacional, tendo sido fortemente agravado no período do pós-guerra quando o país implementou a política de modernização da agricultura, processo que provocou profundas transformações estruturais na esfera produtiva, mas que, ao mesmo tempo, causou sérias consequências sociais devido à enorme mobilidade populacional com a exclusão dos camponeses tradicionais e a concentração da terra.

Os problemas sociais, em especial a questão da reforma agrária, acabaram ocupando lugar significativo na agenda política do país que, por sua vez, passava por momentos de efervescência política no tocante à sua democracia. Entre uma tensão e outra, após plebiscito no qual vence o regime presidencialista, João Goulart (1961 - 1964) tem como bandeira principal a Reforma das Estruturas – reforma de base, agrária, urbana e econômica. A questão central para o Brasil era a superação do subdesenvolvimento, enquanto o mundo estava em plena Guerra Fria.

Diante do acirramento das disputas políticas, em 1964 os militares tomam o poder: o início dos *anos de chumbo* – o regime militar que durou até 1985. Mattei (2012) aponta que durante o regime político militar, os governos não tiveram por objetivo implementar programas massivos de distribuição de terras, visando reformular a estrutura agrária do país. Com isso, limitaram-se apenas a implantar os fracassados projetos de “colonização agrícola”, cuja estratégia era mais de segurança nacional (ocupar todas as fronteiras do país) do que propriamente efetuar um programa de reordenamento da estrutura agrária.

O regime militar e o processo de redemocratização do Brasil são fatos importantes para o presente trabalho, pois, compreender a atuação da Igreja durante esse período nos ajudará a compreender a história do MICC, apresentada no próximo Capítulo. No contexto dos regimes alimentares, cabe ressaltar algumas especificidades do Brasil: a) a reforma agrária não foi plenamente realizada e até os dias atuais mantém uma estrutura agrária concentrada; b) a modernização da agricultura e os projetos de desenvolvimento basearam-se no desenvolvimento industrial (iniciado na década de 30 e fortalecido na década de 50, quando o país recebe volumosos recursos internacionais); c) profunda desigualdade social; d) mobilização de pautas sociais como a Reforma das Estruturas; d) forte presença da Igreja Católica que, a partir dos anos 70, intensifica sua atuação a favor da redemocratização, apoiando trabalhadores urbanos (em especial durante a greve do ABC paulista, no final da década de 70) e trabalhadores rurais (em apoio à Reforma Agrária); e) surgimento, em 1984, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST.

Cabe aqui destacar a atuação da Igreja, a fim de contextualizar o período, antes de voltarmos aos debates dos regimes alimentares: afirmando que a Igreja Católica, no decorrer de sua existência, nunca teve uma atuação homogênea e que, no caso do Brasil, sempre esteve fortemente alinhada ao Estado – pela sua própria gênese e história, Gomes (2014) aponta que com a estabilização dos militares no poder, a Igreja percebeu

que estava impedida de avançar em suas ações a favor da justiça social, seguindo as determinações do Concílio Vaticano II ¹⁵, uma vez que o governo reprimiu violentamente seus movimentos de base. Nesse contexto, viu-se, portanto, forçosamente a mudar seu posicionamento diante do Estado, o que teria permitido inclusive o estabelecimento da imagem de Igreja “progressista” (p. 18). Antes, porém, já se nota o envolvimento da Igreja em questões políticas: na década de 30 é criada a Ação Católica Brasileira (ACB) e a Liga Eleitoral Católica; a partir da década de 50, com o fortalecimento do pensamento social católico foram criadas a Juventude Estudantil Católica (JEC), a Juventude Operária Católica (JOC), Juventude Agrária Católica (JAC) e a Juventude Estudantil Católica (JUC) – da qual se originaria a Ação Popular (AP) na década de 60, que participaria da luta armada. Com a aproximação do episcopado junto aos trabalhadores e estudantes a preocupação com a justiça social vem à tona. Em 1952 é fundada a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, a CNBB. A entidade cumpriria a função principal de aproximação da Igreja com as classes populares – uma das lutas foi a pressão para implantação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, a SUDENE, em 1959, no governo de Juscelino Kubitschek.

No entanto, atuação da CNBB também não foi homogênea, mas sim marcada por disputas, discursos moderados até 70 e mobilizações mais críticas ao regime pós 70: entre 1959 e 1964 – apoio às políticas de reforma; em 1964 – eleição para direção da entidade de grupos mais conservadores; entre 1964 e 1968 – a entidade se recolhe em atividades internas, enquanto bispos de várias regiões, em especial do Norte e Nordeste se envolvem em questões sociais locais com o acirramento dos conflitos na região impulsionados pelo programa de colonização do governo militar. Em 1968 com a realização do II CELAM, a Igreja é chamada à ação:

A Igreja Latino-Americana tem uma mensagem para todos os homens que neste continente têm fome e se de justiça [...] não basta, certamente refletir, conseguir mais clarividência e falar. É necessário agir. A hora atual não deixou de ser a hora da “palavra” mas já se tornou, com dramática urgência a hora da ação [...] O episcopado latino-americano não pode ficar indiferente

¹⁵ Para Gomes (2014), esse Concílio foi uma das mais amplas reformas da Igreja. Em linhas gerais, nele se discutiu a importância de o clero não manter suas funções alheias à realidade sociopolítica-econômica, onde valorizou-se o diálogo ecumênico e atribuiu-se maior responsabilidade aos leigos, destacando-se a necessidade da Igreja rever seus padrões de autoridade no relacionamento com a sociedade (p.37). No Brasil as repercussões do Concílio Vaticano II ganharam força com o II CELAM – o Conselho Episcopal Latino-Americano ocorrido na Colômbia, em 1968, que tinha como objetivo traduzir as determinações do Concílio para a realidade do chamado “terceiro mundo” (p. 48).

ante as tremendas injustiças sociais existentes na América Latina (Documento da II Assembleia do CELAM *apud* Gomes, 2014, p. 49).

Interessante notar como essa mensagem da “ação” repercute no Brasil. Na Paróquia da Vila Alpina, em São Paulo, onde as atividades do MICC se iniciaram, em 1989 (21 anos após a Assembleia), os ecos dessa mensagem impulsionaram o apoio às ocupações de terra que ocorriam em São Paulo naquele momento, como será visto mais adiante nas falas dos gestores do MICC entrevistados.

Segundo Gomes (2014), a declaração do II CELAM teria lançado a teologia da libertação no continente (p. 49). Entre 1968 e 1969 a atuação da CNBB foi marcada por inovações dos trabalhos eclesiais de base por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) que denunciavam o aumento das desigualdades e a intensificação das perseguições a membros do clero, com o Ato Institucional nº5. De 1970 em diante, a entidade tratou publicamente da questão da tortura, inclusive internacionalmente, além de emitir declarações que pregavam uma autêntica reforma das estruturas e da política agrária (p. 53), tendo se tornado um dos atores mais importantes de oposição ao regime militar. Os documentos emitidos alcançavam os lugares mais recônditos do país através das Paróquias e do trabalho pastoral em movimentos populares.

Em São Paulo, a arquidiocese passou por profundas transformações com a chegada de Dom Paulo Evaristo Arns, que organiza, em 1972, a Comissão de Justiça e Paz de São Paulo (CJP/SP), entidade que lideraria a luta pela volta do regime democrático. Nesse contexto, os bispos que antes eram vozes isoladas na CNBB, ganham cada vez mais espaço (Gomes, 2014), aproximando-se, sobretudo, das questões trabalhistas, em especial do movimento grevista do ABC paulista em 1978/1979. Era, portanto, no tripé questões trabalhistas, fundiárias e indígenas que o discurso do episcopado progressista se constituía. Sobre a questão fundiária, cabe destaque, por fim, o documento emitido pela entidade em sua 18ª Assembleia, realizada em 1980, intitulado “A Igreja e os problemas da terra”, que será apresentado no Capítulo 3.

1.3. Contestações e negociações – o emergente 3º regime alimentar?

Cabe apontar que para a maioria dos autores que analisam os regimes alimentares, o período pós década de 70 – e que se estende até os dias atuais, pode ser

definido como uma era de transição, onde as tensões ainda não estariam estabilizadas, impedindo a caracterização de um novo regime. Nesse cenário, Friedmann (2009) chega a sugerir um possível fim dos ciclos sob a forma de regimes:

Se não houver um conjunto de elementos que permitam identificar a estabilização das tensões, a ótica do regime alimentar sugere um novo período de transição – ou talvez, o final dos regimes por ciclos. Eras transitórias, por sua vez, estão cheias de múltiplas possibilidades (Friedmann, 2009, p.2).

Adotando a perspectiva de Friedmann e considerando, portanto, que vivemos uma era de transição marcada por relações ainda mais complexas entre agricultores, consumidores, corporações, indústrias, Estados, organizações e instituições internacionais que estão a reconfigurar a geopolítica mundial e o sistema agroalimentar – por vezes, reforçando tendências e paradigmas, com modelos e padrões ainda dominantes, ao mesmo tempo em que, pelas brechas da dinâmica do próprio movimento hegemônico, constroem alternativas e processos específicos, abrindo perspectivas de novos paradigmas, é que se desenvolve o presente trabalho. Alguns fatos importantes do período pós 70, bem como a discussão dos autores sobre um possível emergente 3º regime alimentar serão apresentados, com o objetivo de contextualizar e caracterizar, à luz desse debate, as diversas tensões e negociações em curso.

Pritchard (2009) sugere que o 2º regime (mercantil-industrial) teria sido substituído por um regime corporativo, baseado nos acordos comerciais estabelecidos no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC)¹⁶, estabelecida a partir de 1995. Segundo Rego (1999), a OMC se caracterizaria como uma organização permanente, com personalidade jurídica própria, sendo os compromissos assumidos sob seus auspícios, absolutos e permanentes. Dessa forma,

Os policymakers, ao definirem as políticas nacionais, precisariam levar em conta não apenas as demandas e necessidades domésticas, mas também os compromissos assumidos com seus parceiros internacionais. Além de adequar seus instrumentos de comércio exterior às regras estabelecidas multilateralmente, os governantes precisariam também adequar sua retórica à

¹⁶A OMC sucedeu o antigo GATT – Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio, criado em 1947, que propunha regras multilaterais para o comércio internacional, com o principal objetivo de diminuir barreiras comerciais e promover o livre comércio. Seus idealizadores acreditavam que a cooperação comercial aumentaria a interdependência entre os países e ajudaria a reduzir os riscos de uma nova guerra mundial (Rego, 1996). Em 1986 a agricultura foi incluída no GATT, recebendo grande apoio do setor agroindustrial que, por sua vez, foi beneficiado com grande crescimento por mais de três décadas (Friedmann, 2003).

nova realidade, para evitar que os esforços para melhorar a competitividade externa dos produtos nacionais fossem contestados e/ou neutralizados por outros países, ainda que, efetivamente, não violem qualquer compromisso acertado (Rego, 1999, p.15).

No entanto,

Os compromissos e obrigações assumidos pelos membros da OMC tornaram o intercâmbio mundial mais previsível, mas também retiraram graus de liberdade dos governos nacionais na definição de suas práticas comerciais. Ou seja, restringiram significativamente o raio de manobra dos *policymakers* na definição das políticas nacionais (Rego, 1999, p.17).

Para Pritchard (2009), o período entre 1986 (inclusão da agricultura no GATT) e 1999 (Rodada da OMC em Seattle – que prometia ser a “rodada do milênio”, mas que, no entanto, fora marcada por grandes protestos e mobilizações de movimentos sociais e ambientais, dentre outros), foi marcado pela preservação dos interesses dos países do Norte, que, ao utilizar os mecanismos previstos pela OMC, sustentaram o protecionismo interno, por meio dos subsídios, ao mesmo tempo em que promoveram a liberalização dos mercados ao resto do mundo.

Contrariando a defesa da OMC, de que a incorporação da agricultura promoveria a liberalização dos mercados em benefício dos exportadores do Sul, na realidade, a participação desses países nas exportações agrícolas mundiais caiu de 46% em 1986 para 42% em 1997. Esses processos serviram para perpetuar as turbulências e as desigualdades no sistema agroalimentar mundial (Pritchard, 2009, p.5).

[...] e como o Ministro da Argentina descreveu a questão: “como os países em desenvolvimento podem ser convidados a fazer parte da globalização quando não podem comercializar seus produtos no mercado internacional?” (BBC, 2000 *apud* Pritchard, 2009, p. 6).

Em 2001 teve início a Rodada de Doha¹⁷, também conhecida como Rodada do Desenvolvimento¹⁸, cujo tema central de negociação fora os subsídios agrícolas. Logo na primeira reunião, realizada em Cancun, em 2003 (onde se pretendia o estabelecimento de um acordo para o cumprimento dos objetivos da Rodada de Doha, prevista para terminar em 2005), a OMC viveu sua segunda “crise”, com o veto dos

¹⁷ Como parte da Rodada de Doha, ocorreram as seguintes negociações: Cancun (2003), Genebra (2004, 2006 e 2008), Paris (2005) e Hong Kong (2005 e 2006). Entre 2007 e 2012 vários acordos e renegociações foram realizados na tentativa de retomada da rodada, o que só ocorreu em dezembro de 2013, em reunião realizada em Bali, Indonésia.

¹⁸ Segundo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comercio Exterior (MDIC): <http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=373>

países do Sul a novas concessões até o cumprimento dos compromissos já firmados pelos países do Norte (Friedmann, 2003, p.27). É diante desse cenário turbulento que Pritchard (2009) aponta o colapso da Rodada de Doha em 2008, afirmando que as sucessivas crises e falências das rodadas, entre 2003 e 2008, marcaram a crise do regime corporativo, tendo a sua base fundacional na liberalização dos mercados:

Em 2002, a Oxfam¹⁹ lançou sua campanha “Faça Comércio Justo”, uma crítica direta aos subsídios agrícolas impostos pelos países do Norte. Outras organizações não governamentais (ONGs), como a “*Focus on the Global South*”²⁰ e a Via Campesina²¹, seguiram a linha de ataque, mobilizando uma campanha para a retirada da agricultura da OMC. ONGs e países em desenvolvimento olharam para a primeira reunião da Rodada de Doha, como o lugar e o momento propício para extrair concessões significativas dos países do Norte. Essa estratégia coordenada de ação foi mobilizada e construída a partir de uma série de reuniões e discussões anteriores entre os ministros dos Brasil, Índia e África do Sul. Dessa forma, tanto a União Europeia como os Estados Unidos foram incapazes de chegar a um consenso sobre reformas substanciais em suas políticas agrícolas, ainda que tenham conseguido chegar a um “leve” acordo. Cancun, assim como Seattle, fracassou. Em Genebra, 2008, a Rodada de Doha entrou em colapso (Pritchard, 2009, p.7).

Burch & Lawrence (2009) defendem a emergência de um 3º regime alimentar financerizado²², onde grandes corporações globais estariam reorganizando as cadeias agroalimentares, baseadas na ampliação e concentração do setor varejista, e na comercialização de produtos “frescos e saudáveis”, além da expansão de produtos de marcas próprias²³:

Esse processo envolveu uma mudança no *locus* de controle dessas cadeias do setor industrial para o setor de varejo, dominado pelas grandes redes de supermercados globais [...] resultando em um sistema alimentar neoliberal, caracterizado pela flexibilidade produtiva e pela terceirização internacional, além de uma ampla e diversificada gama de produtos alimentares, voltados a

¹⁹<http://www.oxfam.org/>

²⁰<http://focusweb.org/>

²¹<http://viacampesina.org/en/>

²²Friedmann (2009) contesta a estabilidade do regime financerizado, apontando que a instabilidade lhe é intrínseca. Nesse sentido, argumenta que a dinâmica da financerização, ao permitir a movimentação de dólares (padrão do atual sistema monetário) entre os países do Norte e do Sul, e entre indústrias localizadas na China, Índia, Indonésia e Brasil, faz com que, a exemplo do ocorrido na última crise financeira internacional, em 2008, todo o mundo seja afetado pelo aumento da volatilidade dos preços dos alimentos, argumentando, dessa forma, a incapacidade do sistema financeiro em estabilizar dinâmicas.

²³ A Rede Pão de Açúcar possui, atualmente, as seguintes marcas próprias: *Taeq*, *Qualitá* e *Casino*, cuja comercialização representa 8% das receitas da rede (<http://economia.ig.com.br/empresas/2013-04-19/com-socio-frances-vendas-de-marcas-proprias-disparam-no-pao-de-acucar.html>). A Rede Walmart possui as seguintes marcas próprias: *Bom Preço* e *Sentir Bem* (<http://www.walmartbrasil.com.br/sustentabilidade/produtos-sustentaveis/marcas-proprias/>).

preocupações cotidianas, como conveniência, escolha, saúde e bem-estar e inovação (Burch & Lawrence, 2009, p.2).

Friedmann (2003) aponta que o crescimento das marcas próprias estava associado, em grande medida, a uma resposta do setor varejista ao crescimento da crítica aos seus produtos, como sendo antinatural, insalubre e não orgânico, e ao atendimento de uma demanda pela oferta de produtos mais saudáveis:

Estas experiências iniciais de linhas de produtos específicas permitiram o estabelecimento de um ‘nicho’, o que por sua vez, permitiu às marcas corporativas a apropriação das palavras ‘saudável’ e ‘natural’ [...] de fato, barras de chocolate com adição de vitaminas passaram a ser vendidas como alimentos funcionais (Friedmann, 2003, p. 24).

Por trás de todo esse processo estaria uma alteração do sistema financeiro, com a ampliação dos fundos de hedge e dos fundos de investimento privado, que, por sua vez, ao aumentarem a influência do capital financeiro sobre o sistema agroalimentar, proporcionariam não somente novas e ampliadas oportunidades de geração de lucro (sobretudo pelos fundos de hedge), mas criariam uma situação onde as empresas agroalimentares, incluindo os fabricantes de alimentos, os comerciantes de commodities internacionais e supermercados, se beneficiariam. Os supermercados estariam, por exemplo, se movendo para o setor financeiro – o que os autores chamam de “financeirização reversa²⁴” – ampliando sua atuação de revendedores de produtos para o fornecimento de capitais (a exemplo da emissão de cartões específicos para compra a prazo e concessão de crédito).

A financeirização refere-se, portanto, a “crescente importância dos mercados e motivações financeiras, das instituições financeiras e das elites financeiras no funcionamento da economia, tanto em nível nacional quanto internacional” (Burch & Lawrence, 2009). Nesse contexto novos atores financeiros estariam envolvidos na reconfiguração das etapas da cadeia agroalimentar, das quais nunca antes foram partícipes, a partir de seus próprios instrumentos e interesses incluindo, entre outras ações, a aquisição de áreas produtivas, o incentivo ao desenvolvimento de cadeias específicas, armazenamento, logística, inspeção, certificação, processamento de

²⁴ Como exemplo, os autores apontam a parceria das varejistas *Tesco* e *Sainsbury* (localizadas no Reino Unido) com os Bancos Comerciais *Royal Bank of Scotland* (RBS) e *Halifax Bank of Scotland* (HBS), que ofertam uma ampla gama de produtos financeiros, como empréstimos, seguros de vida e automóvel, crédito e cartões de lojas, dentre outros. Ver Burch & Lawrence (2009).

alimentos e serviços de alimentação. Como exemplos, os autores citam²⁵: investimentos dos fundos de hedge em terras produtivas ao redor do mundo; investimentos em insumos agrícolas e no setor de logística; a intensificação dos Bancos Comerciais em investimentos e aquisições ligadas ao setor agroalimentar, dentre outros.

Para Burch & Lawrence, ainda que não haja consenso sobre o 3º regime alimentar, parece igualmente relevante aos processos de financeirização, a atual conjuntura de investimento crescente em cadeias de alimentos do tipo “limpo e verde”; “fresco e natural” tal como descrito por Friedmann (2003).

Para Friedmann o emergente 3º regime alimentar relaciona Estados, movimentos sociais e corporações agroindustriais em uma nova perspectiva de acumulação de capital pautada no ambientalismo, o que a autora tem chamado de “capitalismo verde”. Ou seja, ainda que novos movimentos e perspectivas estejam se apresentando no cenário do sistema agroalimentar, o mesmo permaneceria inalterado no que diz respeito ao acúmulo de capital, apenas se reorganizando a partir da incorporação das críticas ambientais e sociais:

Assim como a coalizão de capitalistas esclarecidos, reformadores da classe média, e sindicatos não trouxe o socialismo, mas o capitalismo de bem-estar, a coalizão entre meio ambiente, consumidor, e os movimentos de comércio justo não promete a reorganização da sociedade em torno do valor central de reforçar a integridade do ecossistema, mas, sim, o capitalismo verde (Friedmann, 2003, p. 5).

Faz-se importante apontar que o cenário descrito acima é parte do reconhecimento da autora de que, ainda que o sistema agroalimentar esteja se reconfigurando, todas as transações financeiras são realizadas tendo o dólar como moeda padrão internacional. Dessa forma, tal como ocorreu em 2008, “qualquer crise financeira é, na verdade, uma crise do dólar” (Friedmann, 2003, p.30). No entanto, a mesma autora, aponta que a China²⁶ é um dos únicos países capazes de disputar espaço nas relações hegemônicas internacionais, sobretudo, devido ao seu grande contingente de consumidores. A relação da China, em especial dos (e com os) países que compõe os BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, podem ser um bom exemplo das tensões atuais nas relações hegemônicas internacionais. Cabe ressaltar que, a depender do referencial adotado, da metodologia aplicada e dos objetivos a serem alcançados, os

²⁵ Ver Burch & Lawrence (2009).

²⁶ Ver matéria site *Carta Maior* de 1º de abril de 2015: “O desafio da China diante do FMI: incorporar o yuan ao sistema SDR”. Disponível em: <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/O-desafio-da-China-diante-do-FMI-incorporar-o-yuan-ao-sistema-SDR/7/33172>. Consulta em 14 de agosto de 2015.

debates dos regimes alimentares podem nos levar a ser mais ou menos otimistas em relação a reorganização da sociedade e do sistema agroalimentar ou mesmo em relação ao reforço ou tensionamento do capitalismo. No entanto, como já apontado, o presente trabalho é otimista em relação às transformações, a medida em que analisa os movimentos surgidos nas brechas da sociedade e nas contradições do capitalismo.

Ainda no campo das tensões do emergente 3º regime alimentar, McMichael (2009) aponta que a atual conjuntura inclui questões tanto sobre a dependência de combustíveis fósseis (para a produção, transporte e abastecimento de alimentos), como o surgimento de variadas formas de “localismos”, com movimentos e organizações que, “baseados na pequena produção de alimentos orgânicos, na democracia, na ecologia, na valorização da cultura, e, em novos paradigmas de qualidade, estão a reorganizar sistemas locais, inspirados por visões sociais alternativas” (p. 14). Para esse autor, essas contradições giram em torno da conjuntura histórica dos regimes alimentares:

Assim como a dinâmica dos regimes anteriores eram centradas sobre as tensões entre princípios geopolíticos opostos: relações coloniais versus nacionais (1º regime); relações nacionais versus transnacionais (2º regime), para o 3º regime emergente, a contradição central parece ser entre a agricultura global, também chamada de “alimento de nenhum lugar”, e a agricultura local, baseada na agroecologia, também chamada de “alimento de algum lugar” (McMichael, 2009, p. 10).

Outro elemento do emergente 3º regime alimentar seria a disputa pela regulação social dos espaços públicos e privados pelos seus principais atores: Estados, empresas, movimentos sociais e cidadãos consumidores (Friedmann, 2003). Para a autora, parece haver uma crescente disputa no campo da agricultura e da alimentação no que diz respeito a novas formas de governança e relações, o que pode ser caracterizado como um processo de ampliação da democracia e de ressignificação do espaço público – um novo paradigma, mais integrado ambientalmente, estaria em processo de formação a partir dessas novas relações. Esse novo paradigma teria sua concretude manifestada em estruturas públicas e/ou sociais, voltadas à aproximação entre produtores e consumidores, fomentadas por programas de governo e/ou organizadas pelos próprios movimentos sociais e de consumidores, permitindo a valorização do local e da sazonalidade.

Duas questões surgiram como pontos centrais nas relações ambientalmente instáveis dos regimes alimentares anteriores: a distância (entre produção e o

consumo) e a durabilidade. Para se atingir um regime alimentar sustentável faz-se necessário a subversão dessas dinâmicas, reincorporando os alimentos em seus próprios locais. (Campbell, 2009 *apud* McMichael, 2012).

Nesse contexto, Campbell (2009) propõe, para a análise dos regimes alimentares, o conceito de “*feedback* ecológico”, indicando que, na contemporaneidade, os impactos ambientais têm provocado uma volta da perspectiva cultural dos regimes alimentares, manifestada nas preocupações ambientais e de saúde pública. Isso teria feito surgir o termo “alimento de algum lugar”.

Para McMichael (2012), as características desse novo possível emergente regime incluem uma perspectiva mais democrática, autônoma e descentralizada da produção e do consumo de alimentos, dinamizadas mais pelo cálculo ecológico, do que pelo cálculo econômico, significando, portanto, que a vida social pode ser reconstituída em torno de princípios alternativos que respeitam relações ecológicas.

Por fim, parece figurar como desafio, no “cenário de novidades” do emergente 3º regime alimentar, uma questão de cunho teórico-metodológico: diante de tantas complexidades e variados atores (que possuem trajetórias e dinâmicas ora imbricadas, ora opostas), como analisar o atual processo em curso? Ou ainda, como identificar os elementos estabilizadores para denominação do regime? Para além da utilização de um conjunto de referenciais teóricos (citados anteriormente), Friedmann (2009) tem apontado a necessidade de utilização de lentes diferenciadas para a cada um dos processos entre Estado, mercado, sociedade civil e inovação tecnológica. Wilkinson (2006), por sua vez, aponta que a Teoria do Ator-Rede e a perspectiva de “redes alimentares” têm sido bastante eficientes na análise da atual conjuntura do sistema agroalimentar, que, comumente acompanhada do termo “alternativa”, tem sido utilizada como referência a iniciativas estabelecidas fora do *mainstream*, tais como os circuitos diretos entre produtores e consumidores (p. 5).

A teoria do ator rede tem enfatizado a contingência de formação reformação de redes, permitindo a exploração de novas abordagens para os fenômenos como as crises alimentares, transgênicos, bem-estar animal e questões ambientais. O foco na variabilidade, flexibilidade e simetria, juntamente com a orientação de “seguir o ator”, fez com que os métodos de pesquisa dos estudos agroalimentares, desenvolvimento regional e rural se tornassem mais abertos à incorporação de novos atores e menos dispostos a trabalhar dentro dos limites tradicionais da atividade econômica. Isso tem sido particularmente importante num momento em que as redes agroalimentares alternativas têm assumido uma crescente importância (Wilkinson, 2006, p.14).

O emergente 3º regime é situado no período pós-70, momento em que também se verifica uma mudança no mundo do trabalho e nos padrões de consumo. Portilho (2005) aponta que diversos autores diagnosticaram uma mudança nos princípios estruturantes e organizacionais das sociedades modernas a partir desse período, pois assim como a chamada modernização simples dissolveu, no século XIX, a sociedade agrária e elaborou a imagem da sociedade industrial, a modernização reflexiva²⁷ dissolveria hoje os contornos da sociedade industrial, fazendo surgir outra realidade ainda em fase de compreensão (p. 69), sendo, o consumo, por sua vez, um dos elementos centrais para essa compreensão.

Há uma considerável produção teórica recente que aponta o esgotamento do regime fordista e a mudança paradigmática do princípio estruturante da sociedade, da produção para o consumo (Portilho, 2005, p. 72). As principais características das mercadorias do regime fordista eram sua vida útil – grande durabilidade, funcionalidade e padronização. Ainda que esse sistema produtivo tenha predominado por muitas décadas, parece ter sido justamente sua inflexibilidade em se adaptar às circunstâncias de mudança que teria fortalecido a crise dos anos 70. Começando na esfera da produção, mas rapidamente se expandindo também para as esferas da distribuição e do consumo, novas noções como flexibilidade, adaptabilidade e diversidade, possibilitadas pelas novas tecnologias computacionais, estabeleceram as novas ortodoxias do emergente regime de acumulação flexível, ou pós-fordista (p. 79). O pós-fordismo se caracteriza pela produção *just in time* dirigida pela demanda, pequenos lotes, ampla variedade de produtos e controle de qualidade, permitindo a comercialização não somente de um produto, mas de uma experiência cultural. “Embora o pós-fordismo seja analisado principalmente em termos de mudança tecnológica, a razão básica para sua expansão é o universo de alta reflexividade, que conduz a uma maior autonomia de ação” (p. 81). Ou seja, até a metade da década de 70 a cultura de consumo era tão uniforme quanto as linhas de montagem nas fábricas. O mundo da publicidade, da mídia e dos negócios tinha a cultura do consumo firmemente em seu controle. Com a transição para diferentes processos de produção, a década de 80 viu uma mudança quando à flexibilização, à individualização, ao gerenciamento dos recursos humanos e outras tendências que

²⁷ Para Anthony Giddens a modernização reflexiva reage a diferentes circunstâncias, tendo sua origem nas profundas mudanças sociais causadas com o impacto da globalização, das mudanças na vida pessoal e cotidiana e do surgimento de uma ordem pós-tradicional (Portilho, 2005, p. 69).

mudaram os processos de produção e fizeram com que a cultura do consumo também se tornasse mais flexível e fluida (p. 79).

1.4 Consumo verde, consumo sustentável e consumo responsável

A atuação dos movimentos sociais no que se refere a questões ambientais, de saúde e bem-estar animal, além de preocupações sobre segurança alimentar e sobre os efeitos da agricultura industrial, estaria desencadeando uma crescente crítica sobre o uso de agrotóxicos e ampliando a demanda por novos tipos de mercadorias por parte dos consumidores, provocando o crescimento do mercado de alimentos naturais e frescos, especialmente os orgânicos (Friedmann, 2003, p. 4). Haveria, portanto, nesse contexto, uma tensão estabelecida entre modelos convencionais e alternativos de produção e consumo de alimentos.

Nos anos 1960 e 1970, as preocupações com aditivos alimentares e resíduos de pesticidas vieram a público. À medida que mais consumidores foram abastecidos pelo sistema alimentar industrial, na década de 1980 e 1990, os movimentos ambientalistas e de consumidores trouxeram à tona questões relacionadas com a segurança e a qualidade dos alimentos, em resposta aos surtos de doenças, como a E. coli e o vírus BSE (crise da vaca louca), além do ativismo pelo direito dos animais (Friedmann, 2003, p. 24).

Carneiro (2012) aponta que a década de 90 representou um marco na concepção da alimentação como campo político, por ter emergido a noção de risco (com os escândalos alimentares), o que levou a um aumento da preocupação e da polêmica em torno da produção de alimentos. De um lado, os riscos passam a ser vistos como consequências imprevisíveis, enquanto de outro, a ideia de alimento “natural” é valorizada. Desta forma, o novo papel político da alimentação passa a se relacionar a uma maior consciência acerca das questões que perpassam tanto a produção, distribuição e comercialização, quanto os locais de aquisição e preparo dos alimentos. Barbosa assinala uma transição do ato de comer, “de uma atividade corriqueira, prazerosa, privada e familiar para uma prática altamente consciente, regulada e política”, decorrente de vários fatores: o conhecimento científico sobre a nutrição humana e da medicina; o movimento ecológico, que pauta as implicações ambientais decorrentes do tipo de alimentação que as sociedades ocidentais contemporâneas adotam; os movimentos sociais em defesa de populações que vivem de métodos

tradicionais de produção e se encontram ameaçadas pelas transformações ocorridas no campo; os movimentos em defesa dos animais e o processo de globalização.

Sobre as mudanças na consciência ambiental e a crescente demanda por alimentos “naturais”, frescos e “verdes”, cabe reproduzir a contribuição de Portilho (2005) que, ao analisar o consumo verde e o consumo sustentável, aponta que, no Brasil, a preocupação com o consumo no interior do pensamento ambientalista institucionalizado foi difundido, principalmente, a partir da Rio 92²⁸, ainda que o tema estivesse sendo abordado desde a década de 60 pelo chamado ambientalismo alternativo.

Sobre o consumo verde, a autora aponta que a crítica ao “consumismo” e a transformação da mesma em propostas de consumo verde fazem parte do processo de emergência do setor empresarial no cenário ambientalista, que passa a investir na racionalidade econômica e no desenvolvimento tecnológico. Com isso, buscam incorporar os custos ambientais no preço das mercadorias, transferindo-o para o consumidor: “assim, até mesmo a disponibilidade, declarada por alguns consumidores, para pagar mais caro por um produto ‘amigo do verde’ evidencia a margem de manobra que a empresa possui para investir numa produção mais limpa e repassar os custos ao consumidor” (Portilho, 2005, p. 126).

Em relação ao consumo sustentável, Portilho aponta que, apesar do mesmo estar mais relacionado a uma perspectiva transformadora, por adotar um referencial mais amplo de ação e debate, que chega nas estratégias de políticas públicas de consumo voltadas à sustentabilidade ambiental e social com nítida pretensão política e transformadora, o mesmo não se difere substancialmente do consumo verde, pois:

A grande maioria dos debates relacionados ao consumo sustentável começou a enfatizar que a necessária melhoria na qualidade ambiental deveria ser atingida mais através da substituição dos bens e serviços por outros mais eficientes e menos poluentes, conforme a proposta de consumo verde, do que através da redução do volume de bens e serviços consumidos e da distribuição equitativa dos mesmos. Assim, mudar os padrões de consumo, mas não os níveis de consumo, passou a ser o objetivo principal, visto como politicamente mais plausível nas sociedades desenvolvidas e democráticas do hemisfério Norte. Na prática, as considerações e propostas relacionadas ao

²⁸ A Rio 92 foi a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em junho de 1992. Devido a sua grande repercussão mundial, a partir da adesão de vários países, a reunião seguinte, realizada em Johannesburgo, na África do Sul, foi denominada de Rio+10. Outro grande momento foi a realização da Rio+20, ocorrida no Rio de Janeiro em junho de 2012 (<http://www.rio20.gov.br/>).

consumo sustentável, em sua maioria, se confundem com aquilo que se propuseram a ultrapassar: o consumo verde. Assim como as mudanças dos padrões de produção foram limitadas à eficiência tecnológica, as mudanças dos padrões de consumo estão se limitando a propostas de mudanças comportamentais, tecnológicas e econômicas (Portilho, 2005, p. 146).

Outra abordagem sobre consumo verde e sustentável vem de Goodman e Goodman (*apud* Portilho, 2005). Para os autores, o potencial dessa proposta depende de como o capitalismo é teorizado. Dessa forma, duas possibilidades podem ser consideradas. A primeira refere-se à presença do capitalismo e de sua racionalidade instrumental em todas as áreas da interação humana, incluindo a vida social, onde tudo é transformado em mercadoria: “a partir desse ponto de vista universalista, o consumo sustentável pode ser caracterizado essencialmente como um subconjunto da generalizada relação produção-consumo capitalista” (p. 158). Nesse sentido, as alternativas tecnológicas estariam transformando o consumo sustentável em uma forma de competição tecnológica que agregaria um “brilho verde ao capitalismo, reforçando suas inerentes dinâmicas e tendências, sem se diferenciar, fundamentalmente, da estratégia de consumo verde” (p. 159). A segunda possibilidade refere-se ao que os autores chamam de abordagem “progressista”, que considera que a racionalidade instrumental da economia capitalista não é universal nem regular. Assim,

Formas alternativas de organização social podem coexistir e mesmo desenvolver-se paralelamente à economia capitalista. Ou seja, a economia capitalista é estruturalmente casada com outros sistemas, com suas lógicas operacionais ou racionalidades próprias, formadas por várias relações sociais, identidades, interesses e valores que não estão necessariamente ancorados no sistema. Neste sentido, consumo sustentável envolveria o crescimento de novas redes e relações entre produtores e consumidores que compartilham valores semelhantes (Goodman e Goodman *apud* Portilho, 2005, p. 160).

Cabe acrescentar a esse debate o termo “consumo responsável”, adotado por vários segmentos, como empresas (Ambev), *sites* de dicas financeiras, projetos de acesso a mercados para alimentos orgânicos²⁹ e organizações não governamentais (como o Instituto Kairós e o Idec). Uma rápida pesquisa no site de buscas *Google*³⁰ com o termo “consumo responsável” revela:

²⁹ Como, por exemplo, o *Organics net*, projeto da Sociedade Nacional de Agricultura.

³⁰ A consulta foi realizada no dia 03 de julho de 2015.

Consumo responsável significa adquirir produtos eticamente corretos, ou seja, cuja elaboração não envolva a exploração de seres humanos, animais e não provoque danos ao meio ambiente. Isto pode ser feito através das maneiras: compras corretas — favorecendo produtos eticamente corretos e realizar negociações baseadas em princípios no bem comum, e não só na satisfação de interesses individuais, permitindo a negociação para o interesse próprio apenas para perpetuar algum bem comum além deste interesse; boicotes morais — a compras e negociações que vão de encontro à proposta anterior; consumo sustentável — o consumo feito interagindo com o nosso planeta, produtos orgânicos são fundamentais, como também produtos recicláveis ou reutilizados (<http://pt.wikipedia.org/>).

Consumir de forma responsável significa transformar o ato de consumo em uma prática permanente de cidadania. Significa também adquirir produtos eticamente corretos, ou seja, cuja elaboração não envolva a exploração de seres humanos, animais e não provoque danos ao meio ambiente (<http://www.organicnet.com.br/>).

Acreditamos que a sustentabilidade do nosso negócio está diretamente ligada à responsabilidade corporativa. Não nos interessa nenhum tipo de consumo indevido dos nossos produtos, seja em excesso, por menores, gestantes ou associado à direção de veículos (<http://www.ambev.com.br/consumo-responsavel/>).

Cuidar de suas finanças significa observar, entre outros aspectos, seus hábitos de consumo. Você não precisa necessariamente cortar gastos, mas sim analisar a forma como usa seu dinheiro. Tem observado seus direitos enquanto consumidor? Questiona suas decisões? Considera-se bem informado quanto aos melhores preços, condições de pagamento e qualidade de um produto, antes de adquiri-lo? Seja um consumidor responsável! (<http://www.financaspraticas.com.br/>).

O Kairós vem pesquisando o tema dos grupos de consumo responsável há alguns anos e ao longo desse percurso reunimos um bocado de informações sobre o tema. Então, para os pesquisadores, curiosos e entusiastas de plantão decidimos reunir nesse post um compilado de trabalhos desenvolvidos e notícias geradas, sobretudo sobre a articulação da Rede Nacional dos Grupos de Consumo. Esperamos que essa organização possa facilitar a busca de quem quer conhecer ou se aprofundar no tema (<http://institutokairos.net/>).

Dessa forma, a utilização do termo consumo responsável no presente trabalho é oriunda de sua apropriação e utilização pelo Instituto Kairós – organização não governamental mobilizadora da Rede Nacional de Grupos de Consumo Responsável (GCR), como será visto mais adiante, no Capítulo 2. Nesse contexto, o termo pode ser caracterizado como uma categoria nativa. No entanto, sua importância analítica tende a crescer, devido à incorporação dessa pauta pela sociedade, e ainda como possibilidade de diferenciação dos conceitos anteriormente abordados, de consumo verde e sustentável.

Segundo Pistelli (2014), na concepção do Kairós, a prática do consumo responsável deve estar alinhada a relações de produção e comercialização, pautadas pela busca da justiça social e pela redução das desigualdades. Assim, a entidade situa a sua concepção de consumo responsável no campo dos movimentos sociais e populares:

Entendemos que o consumo responsável é um conjunto de hábitos e práticas que fomentam um modelo de desenvolvimento comprometido com a redução das desigualdades sociais. O consumo responsável visa melhorar as relações de produção, distribuição e aquisição de produtos e serviços, de acordo com os princípios da economia solidária, soberania alimentar, agroecologia e o comércio justo e solidário. É a valorização e a vivência de atitudes éticas para a construção conjunta de um novo panorama social e ambiental (Kairós, *apud* Pistelli, 2014, p. 38).

O consumo responsável é entendido, pelo Kairós, como uma intervenção do consumidor na cadeia produtiva, por meio de suas escolhas cotidianas, que envolvem o ato da compra e/ou troca de produtos (principalmente de alimentos, no caso dos GCR). Essa intervenção, por sua vez, envolve elementos sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais que influenciam e/ou determinam a escolha, quais sejam: a forma em que o alimento foi produzido (pela agricultura familiar e/ou produção orgânica e/ou produção agroecológica); o local em que foi produzido (próximo ao local de consumo, em assentamentos da reforma agrária, em cooperativas de economia solidária, em cooperativas de mulheres); o respeito à biodiversidade; a forma de trabalho (não exploradora); a remuneração dos trabalhadores; a forma com que o alimento chega até o consumidor (feiras, grupos, redes solidárias e/ou alternativas); as formas de gestão desses grupos e redes alternativas (notadamente marcadas pela autogestão e trabalho coletivo) e as formas de participação. Ou seja, o consumo responsável seria uma forma de engajamento e participação política e o consumidor responsável seria um novo ator político que, ao modificar suas escolhas individuais e diárias de consumo, exerceria pressão sobre o sistema de produção (Portilho, 2005, p.33).

Em entrevista com uma das gestoras do Kairós, quando perguntada sobre o que o Instituto considera como consumo responsável e em que medida essa categoria se diferencia dos demais “tipos” de consumo é interessante notar que o termo é utilizado em referência a um processo, uma construção que provoca o olhar dos atores envolvidos para algo mais abrangente, que extrapola o consumo, assim como apontado por Pistelli (2014).

Tem uma questão muito importante que é assim: como você vai discutir consumo responsável sem entrar na lógica da culpabilização do indivíduo? Como que a gente coloca isso de uma maneira mais propositiva e menos punitiva? E ainda tem coisas daquele tipo: “eu fiz minha parte, então eu tô legal”. A ideia é encarar de uma maneira crítica um pouco mais profunda: o que a gente, como ator político, pode fazer quando a gente descobre o poder que a gente tem como consumidor? É a sua capacidade de escolher entre uma coisa e outra e tudo que tá por trás daquilo. Então tem que ver para além da compra e eu acho que essa é a proposta dos grupos de consumo. Tem que haver um engajamento, uma transformação de visão de mundo mesmo, de somar num propósito de transformação [...]. Seria então um conjunto de hábitos e práticas que tá comprometido com outro modelo de desenvolvimento. E aí, quando você fala de modelo de desenvolvimento você tá indo muito profundo na questão (Juliana, gestora do Instituto Kairós, em entrevista realizada pela autora em fevereiro de 2015. Grifos da autora).

Sobre as possibilidades de transformação efetiva do sistema agroalimentar, a partir dessas iniciativas, nota-se a compreensão do Kairós acerca do papel dos GCR de tensionar o sistema hegemônico, ao mesmo tempo em que, atuando à margem do *mainstream*, se coloca como uma possibilidade de acesso a alimentos:

Eu acho que a gente tem um poder de decisão dos rumos do sistema alimentar. Ele tá concentrado na mão de meia dúzia de grandes empresas que hoje decidem o destino da alimentação do mundo. Dizer como que eu acho que a gente pode transformar isso, eu acho que a gente tem que encontrar as brechas para insurgências [...]; acho que a gente, pra falar em mudança mais significativa, não pode falar só de mudança de abastecimento. A gente tem que falar de mudança de cultura alimentar, a gente tinha que falar de outras coisas. Então, assim, a gente abastece, só que você não vai comer trigo o ano inteiro, você não vai comer molho de tomate o ano inteiro. É uma mudança tão profunda que tem que vir associada a uma crítica sistêmica [...]. Se a gente for capaz de promover essas mudanças integradas, eu acho que a gente é sim capaz de responder plenamente a essa demanda (Juliana, gestora do Instituto Kairós, em entrevista realizada pela autora em fevereiro de 2015).

E ainda como processos e experimentações de práticas alternativas:

Reanalizando pontualmente cada uma delas [as iniciativas dos GCR], o poder de transformação no âmbito da comunidade e da realidade de transformação ali, pra aquele produtor e consumidor que tá participando daquilo, é tão profundo [...], então quando falam: “o MICC é que vai abastecer SP?” Não sei. Agora, será que o que eles fazem no contexto que eles estão já não é incrível? A gente tá nadando contra a corrente [...]. Para participar de uma experiência dessas, já é tão rico, tão simbólico, tão importante, que eu tenho medo da gente se desmobilizar por causa dessa pretensão: “ah, então se eu sou esse ator e não consigo transpor todas essas barreiras, então não serve pra nada”. Cara, eu acho que serve sim, sabe? É o fazer que vai transformando. Então eu sinto que essa coisa do ator político e do responsável é uma coisa muito mais do convite pra ação, para a prática

(Juliana, gestora do Instituto Kairós, em entrevista realizada pela autora em fevereiro de 2015).

Ainda que não seja possível uma discussão aprofundada sobre a gênese e as diferenças de noções como consumo verde, sustentável e responsável, vale apontar que, no geral, esses termos refletem uma mudança nos valores relacionados ao consumo, ou seja, haveria uma maior preocupação (ainda que com diferentes enfoques e interesses), de variados segmentos da sociedade (Estado, empresas, organizações não governamentais, movimentos sociais e indivíduos) com a eficiência tecnológica dos produtos, com os processos produtivos, com as formas de descarte, com o desperdício, com os padrões e níveis de consumo e, até mesmo, com um “novo” modelo de desenvolvimento. No entanto, para além da disputa conceitual, cabe-nos as seguintes questões: o que será efetivamente transformador? Quais caminhos e processos contribuem para a transformação? Quais atores, práticas e tecnologias (pesquisas, inovação e tecnologias sociais) deverão ser adotados? Que regulamentações serão necessárias? A essas questões, sabemos, não há uma única resposta e tampouco ela é simples. No entanto, acredita-se, que o MICC, estudado pelo presente trabalho, é um bom exemplo dos processos transformadores em curso.

1.5 Redes Alimentares Alternativas

O contexto da emergência do 3º regime alimentar aponta para duas transformações importantes para este trabalho: 1) o protagonismo dos consumidores e 2) a conformação das redes alimentares alternativas³¹.

Portilho (2005) aponta que a construção de alternativas envolve a participação de novos atores sociais e novas relações mais solidárias entre produtores, “comercializadores” e consumidores (p. 35). A busca por formas alternativas e solidárias na produção, articuladas a experiências bem-sucedidas em mercados limpos e justos, vem se aliando aos movimentos de consumidores organizados na articulação de mecanismos de resistência, reorientação dos modelos produtivos e tentativas de interferência nas agendas hegemônicas.

³¹ Embora as redes alternativas tenham se tornado um lócus para análise de práticas relacionadas ao consumo contemporâneo, as primeiras cooperativas de consumo datam do início do século XIX. Esse histórico será abordado mais adiante, no Capítulo 2.

Vários autores, como David Goodman, Melaine Du Puis, Michael Goodman, Terry Marsden, Jonathan Murdoch, Frederick Buttel, Thomas Lyson, Henk Renting e Roep e Wiskerke, entre outros, têm se dedicado a descrever, contextualizar e debater os significados e as políticas envolvidas nos processos de estabelecimento das redes alimentares alternativas e cívicas, chamadas na literatura internacional de *Alternative Food Networks* (AFN) e *Civic Food Networks* (CFN). Os principais autores estão nas Universidades Americanas, com destaque para a Universidade da Califórnia, e nas universidades do Reino Unido, com destaque para Universidade de Cardiff. Registra-se, também, a contribuição da Universidade de Wageningen/Holanda, com estudos empíricos sobre essas redes, no contexto europeu.

Pode-se dizer que as redes alternativas se inserem no contexto dos chamados Novos Movimentos Sociais Econômicos (NMSE), caracterizados, segundo Gendron, Bisailon & Otero (*apud* Portilho, 2009), pela predominância do mercado, no lugar do Estado, como lócus das lutas, e pela construção, por seus próprios atores, de uma nova cultura de ação política visando à reapropriação da economia a partir de valores próprios.

Thomas Lyson (2004) parece ter sido um dos primeiros autores a lançar luz sobre os processos contemporâneos de conformação das redes alimentares alternativas. Seu foco principal, entretanto, foi a contribuição no desenvolvimento do conceito de agricultura cívica (*civic agriculture*), entendida como uma estratégia de promoção de uma agricultura sustentável e um sistema alimentar alternativo, centrado em diferentes práticas agrícolas e no estabelecimento de laços comunitários, (re)conectando o lugar às pessoas. Segundo o autor, inúmeros casos de *civic agriculture* estão em curso, protagonizados por produtores que, em rede e ignorados pelo processo produtivo de grande escala industrial, ressignificam seus espaços sociais e econômicos e articulam-se a consumidores urbanos que demandam alimentos frescos, orgânicos e produzidos localmente. Nessa perspectiva, a *civic agriculture* é uma prática enraizada no território, sustentada por processos organizacionais e institucionalidades próprias, articulando-se com o desenvolvimento da capacidade de resolução de problemas (*problem-solving capacity*) das comunidades, fazendo com que as complexas dinâmicas coletivas tornem-se instrumentos de empoderamento local, em detrimento da competição individual.

Visando contribuir com a formulação de um quadro teórico para a análise das iniciativas de *civic agriculture*, o autor lança mão de algumas bases conceituais, propondo um contraponto ao modelo clássico utilizado na análise do que denomina de

agricultura convencional³². Dialoga, nesse sentido, com a teoria social e biológica, guiado pela questão “o que funciona?” (Lyson, 2004, p. 71) e dando ênfase aos processos, às práticas de cidadania comunitárias e à ecologia. No que diz respeito aos modelos de desenvolvimento, seu foco está na preocupação com a equidade econômica e social: produção artesanal em mercados locais e ênfase no bem-estar das famílias e das comunidades. Sobre os formatos de organização comunitária, o autor privilegia as dinâmicas das cooperativas de produtores e associações comerciais regionais. Sobre as estruturas de classe mobilizadas, cita os agricultores e os trabalhadores. Sobre os processos políticos, cita a democracia, os consumidores-cidadãos, o poder econômico e político descentralizado e os movimentos sociais.

Ainda que o foco de Lyson seja, predominantemente, o desenvolvimento local por meio da produção e circulação de alimentos localmente, os consumidores aparecem em seu quadro teórico como potenciais cidadãos ativos, pois, a partir do engajamento – condição *sine qua non* para a dinâmica da *civic agriculture* – estes ampliariam seu escopo de preocupações, indo além da demanda por alimentos frescos, de qualidade e produzidos localmente, passando a abranger questões relativas à identidade, à cultura local e à geração de emprego e renda.

Para Lyson, a *civic agriculture* abrangeria, portanto, a reorganização do sistema agroalimentar, considerando, como ponto de partida, o local, as pessoas, as práticas, o bem-estar e os processos econômicos criados a partir de uma dinâmica específica. Dessa forma, as práticas teriam as seguintes características³³: a) agricultura orientada para mercados locais que visam atender as demandas de consumidores locais, ao invés de mercados de massa nacionais ou internacionais; b) agricultura vista como parte integrante das comunidades rurais, e não apenas como mercadoria; c) preocupação com a qualidade e o valor agregado³⁴, ao invés de quantidade e redução dos custos de

³² Para Lyson (2004), agricultura convencional é aquela resultante das três revoluções agrícolas: mecanização, utilização de fertilizantes sintéticos e desenvolvimento da biotecnologia. Ao tornarem-se globais, passaram a incorporar as dinâmicas industriais de produção em massa, concentração, distanciamento de cadeias e controle da terra. As categorias utilizadas para sua análise da agricultura convencional privilegiam os seguintes conceitos: modernização e globalização; biotecnologia; produção e consumo global; eficiência e produtividade; corporações multinacionais; competição global; integração vertical/horizontal entre firmas; poderes econômicos e políticos concentrados; capital humano; ações individuais.

³³ Segundo Lyson (2004), essas características servem como um tipo ideal para comparações de casos empíricos.

³⁴ A qualidade, nesse contexto, refere-se predominantemente a produtos artesanais e tradicionais, chamados de “produtos de qualidade superior”. Essa dinâmica é baseada no modelo francês “*appellations d’origine*” e tem por objetivo a melhoria de renda das famílias, bem como a promoção do turismo rural e do consumo do espaço rural. Já a noção de valor agregado foi inicialmente pensada como um mecanismo

produção; d) trabalho intensivo e uso intensivo da terra, ao invés de capital intensivo e utilização extensiva da terra; e) valorização do conhecimento e formas de gerenciamento local, ao invés de uniformidade das práticas; f) aproximação com o consumidor e eliminação de intermediários.

Cabe ressaltar, entretanto, que o estabelecimento de processos econômicos específicos não é livre de contradições. Wilkinson (2008) alerta que as tensões existentes entre a crítica e a cooptação, entre movimentos sociais e mercados, circuitos comerciais alternativos e circuitos comerciais dominantes não devem ser desprezadas, pois respostas aos processos de marginalização de pequenos produtores, que geraria formas de localismos, têm sido variadas, incluindo a participação em nichos de mercado baseados em qualidades especiais e em apelos estéticos, até desafios mais universais e éticos, como o comércio justo e a sustentabilidade.

Na medida em que o capitalismo se concentrou na endogeneização da crítica estética, lançada pelos movimentos sociais nos anos 60, abriu-se espaço para o ressurgimento de movimentos sociais contestatórios de direitos básicos, dos quais o movimento do comércio justo é uma expressão notável. O mercado passou a assumir uma posição central nos objetivos dos movimentos sociais. Apesar de apresentar “riscos” em termos de exclusão ou cooptação (nesse caso pela apropriação de valores simbólicos associados ao movimento), o caráter multifacetado do movimento social sempre abre novas perspectivas (Wilkinson, 2008, p. 192).

Um exemplo desse processo é a produção orgânica, que, até pouco tempo, poderia ser caracterizada como um desafio de caráter ético, pois começou como um movimento alternativo para pequenos produtores em defesa de produtos, práticas tradicionais e estratégias de produção sustentável e, posteriormente, foi sendo amplamente adotada como uma estratégia de segmentação de mercado por parte dos atores dominantes (o que ficou conhecido como um processo de convencionalização dos orgânicos). Assim, o movimento de orgânicos foi se desprendendo das suas raízes na pequena produção, até se tornar definido em termos de processos de produção universalistas. No entanto, como o “movimento social sempre abre novas perspectivas”, a resposta para a entrada dos orgânicos nos circuitos comerciais convencionais pode ser encontrada no fortalecimento do movimento agroecológico, bem como no

para aumentar a renda e retê-la no âmbito da economia local. A limitação estaria na escala e na incorporação de novas tecnologias (Wilkinson, 2003).

ressurgimento dos mercados de orgânicos informais, diretos e locais, promovidos por redes alternativas (Wilkinson, 2008), que envolvem produtores e consumidores.

Goodman *et al* (2011) conceituam as redes alternativas como uma “comunidade de práticas reflexivas de consumidores e produtores, cujos repertórios criam um novo espaço, material e simbólico, nos sistemas de abastecimento alimentar e comércio internacional” (p.7). O consumidor, nessa abordagem, é entendido como um ator crítico, autoconsciente e reflexivo, que articula e executa valores políticos, éticos e estéticos em suas rotinas diárias de compras, abastecimento alimentar doméstico e reprodução social. A abordagem se estende aos movimentos sociais críticos ao sistema agroalimentar convencional, tanto àqueles pautados sob os valores universais éticos de justiça social e sustentabilidade ambiental, como àqueles pautados por uma perspectiva mais particularista da crítica estética.

Para compreensão dos processos e dinâmicas que envolvem as redes alimentares alternativas, Goodman e Goodman (2009) propõem alguns referenciais e conceitos a serem desenvolvidos pelos estudos acadêmicos. Para tanto, apontam os caminhos: o primeiro seria a utilização dos referenciais da Teoria da Convenção, que “envolve a identificação de normas, qualificações e formas organizacionais de coordenação da rede, oferecendo uma tipologia geral para distinguir a qualidade do produto em termos de ordens de valor” (pág. 1). Apresentam, para tanto, o conceito de “reflexividade local”, entendida não somente como um conjunto de valores, mas como processos através dos quais se buscam os objetivos enquanto se reconhecem a imperfeição das ações:

Contra a perspectiva de “certezas normativas”, para correção da injustiça social e das desigualdades, os autores propõem a reflexividade local como elemento fundador de uma política alimentar local e democrática, entendida, nesse contexto, como processual, aberta a experimentações, negociações e mais aberta a visões alternativas de mundo. (Goodman *et al*, 2012, p.8)

No entanto, os autores parecem concordar que, mais do que um referencial teórico a ser utilizado para a análise das redes alimentares alternativas, faz-se necessário um “mergulho” na complexidade que o tema envolve. Para tanto, lançam mão da abordagem reflexiva da noção de justiça, utilizando a perspectiva de J. Rawls (*Theory of Justice*), compreendendo que o local não deve ser idealizado como espaço de isolamento, mas formado relacionalmente por atores locais e externos que,

constantemente, estão a manobrar para obter vantagem na mudança da divisão espacial do trabalho.

Outro referencial utilizado pelos autores é a noção de “*embeddedness*”, traduzida como enraizamento. Essa noção caracteriza-se por uma extração entre a sociologia econômica de Mark Granovetter e a economia heterodoxa, estando as redes alimentares alternativas reforçando uma recolocação, ou enraizamento, dos alimentos dentro de seus contextos sociais, culturais, econômicos, geográficos e ambientais, em contraposição ao deslocamento ou distanciamento provocados pelas “redes convencionais” globalizadas.

Esse movimento tem sido caracterizado também pela abordagem do “alimento de algum lugar”, que suscita vários debates, dentre eles: a) o da Indicação Geográfica (IG), que, assemelhando-se ao modelo francês de “*appellations d’origine*” (Wilkinson, 2003 e 2008), caracteriza-se e tem por objetivo “proteger” os produtos de origem tradicional/artesanal (Santos e Menasche, 2014); e, b) o dos circuitos locais de comercialização, também chamados circuitos curtos ou, ainda, circuitos de identidade. Segundo Cassol e Schneider (2015), a característica central das cadeias curtas de produção e comercialização está relacionada à distância física de extensão e percurso entre os produtores primários e os destinatários finais dos alimentos, em contraposição aos circuitos longos formados por cadeias industriais de abastecimento que distanciam e separam cada vez mais esses atores entre si.

Recentemente organismos internacionais como FAO, CEPAL e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) publicaram o boletim “Promoção de circuitos curtos como uma alternativa para a ascensão da agricultura familiar”, como documento complementar a publicação “Perspectivas da Agricultura e Desenvolvimento Rural nas Américas: Um ponto de vista sobre a América Latina e o Caribe 2014”³⁵. De maneira geral, o documento aponta que tanto na América Latina, quanto na Europa e em outras partes do mundo, há uma crescente demanda por transparência no sistema agroalimentar e que o fomento aos circuitos curtos beneficiariam produtores e consumidores, gerando renda, criando mercados e enfatizando a identidade cultural dos territórios.

Para Wilkinson (2002), a valorização do padrão de qualidade tradicional/artesanal e da produção orgânica e/ou agroecológica faz parte de um conjunto de ressignificações conhecido como “a virada da qualidade” (*turn of quality*),

³⁵ Disponível em <http://www.iicabr.iica.org.br/circuitos-curtos-de-comercializacao-beneficiam-produtores-e-consumidores/>. Acesso em 08 de julho de 2015.

caracterizada, de maneira geral, pela diferenciação, mas, sobretudo, pela confiabilidade e pela dispensa de garantias formais de qualidade (Wilkinson, 2002) – essa questão é fortemente verificada entre os consumidores do MICC, como será visto mais adiante. Tida como uma construção social que em grande medida foi utilizada para controlar os modos de integração entre a produção e o consumo, a “virada” representa uma reconfiguração da relação produtor/consumidor:

A proeminência da proveniência e do lugar em novas construções de qualidade tem recebido um novo impulso, estreitamente relacionado ao consumo ético e a uma “moral imaginária” de alimentos, que engloba a sustentabilidade ecológica, a justiça social, a integridade cultural e o bem-estar animal (Goodman e Goodman, 2009, p. 4).

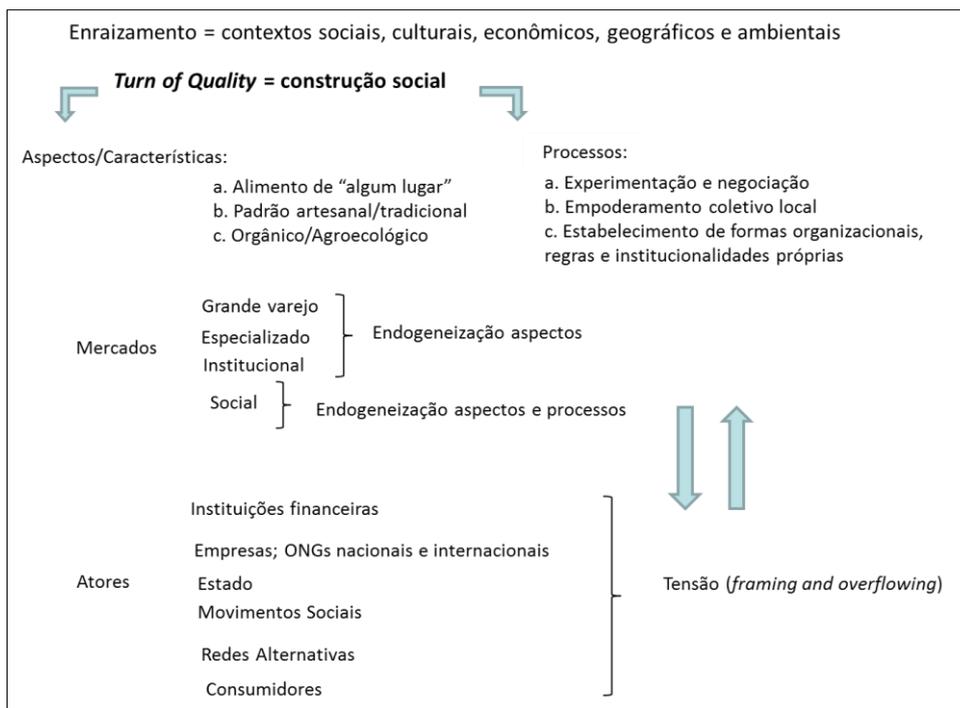
No entanto, Wilkinson (2003) aponta as possíveis ambiguidades dessa valorização:

O reconhecimento pelo consumidor cidadão, dos valores associados à pequena produção, seja social, cultural, político e ambiental, e as iniciativas de transformar esses valores em mercado trazem ameaças de diversas ordens. Toda valorização passa pela promoção de mudanças e investimentos que podem ter um impacto desestabilizador, seja internamente ao grupo em questão, seja na comunidade mais ampla (Wilkinson, 2003, p. 163).

No geral, pode-se dizer que as redes alternativas engendram uma miríade de relações sociais, culturais e econômicas, presentes no interior dos territórios nos quais emergem, fazendo com que as transações econômicas aí realizadas estejam imersas nesses valores e sejam influenciadas por eles (Cassol e Schneider, 2015). Nesse contexto, a construção de “novos espaços econômicos”, ou espaços “alternativos”, vai variar de acordo com o contexto político, os atores sociais e a história de cada território ao qual estão vinculadas. Portanto, “definir o que é qualidade e o quão “alternativo” essas redes são, depende das características dos contextos sociais em que se encontram” (p. 153). De acordo com Fonte (2010 *apud* Cassol e Schneider, 2015), embora os modelos convencional e alternativo sejam quase sempre considerados antagônicos, eles operam em um mesmo espaço econômico, interseccionando e sobrepondo-se um ao outro. Ou seja, não podemos falar de um modelo alternativo e outro convencional de forma ideal, uma vez que, na realidade, ambos formam redes que se relacionam, se comunicam e até mesmo se justapõem (p. 153).

Considerando, portanto, as limitações de se caracterizar a “alternatividade” das redes alternativas, cabe apontar que os conceitos de *Civic Agriculture* e *Alternative Food Networks*, referem-se a aspectos e processos semelhantes, que podem ser traduzidos no enraizamento do alimento. O quadro abaixo ilustra as principais características do enraizamento bem como o tensionamento existente entre os processos e os atores envolvidos.

Figura 2: Quadro enraizamento (*embeddedness*)



Fonte: elaboração da autora.

O enraizamento, como foi visto acima, é um processo de re colocação dos alimentos em seus contextos sociais, culturais, econômicos, geográficos e ambientais. Sua principal característica é a construção social da qualidade, marcada pelos aspectos do “alimento de algum lugar”, pela valorização do padrão artesanal/tradicional e da produção de alimentos orgânicos e agroecológicos. Os processos, comuns tanto nos referenciais da *Civic Agriculture* quanto da *Alternative Food Networks*, envolvem a democracia, a experimentação, a negociação o empoderamento coletivo local e o estabelecimento de formas organizacionais, regras e institucionalidades próprias, específicas de cada contexto. A proposta da Figura 2 é ilustrar, também, os tensionamentos existentes entre diferentes mercados e atores em relação a tais aspectos e processos de enraizamento: parece-nos que tanto o grande varejo (com a valorização

do alimento natural e fresco), quanto os mercados especializados (com forte valorização dos produtos artesanais/tradicionais) e os mercados institucionais (preço diferenciado para alimentos orgânicos e agroecológicos) abrangem somente os aspectos do enraizamento. Por outro lado, os mercados sociais estabelecidos pelas redes alternativas, mesmo considerando seus diferentes contextos e características de governança, seriam capazes de abranger tanto os aspectos quanto os processos do enraizamento, o que lhes configuraria uma potencialidade alternativa.

Roep e Wiskerke (2010) aplicaram as categorias governança, enraizamento e mercado para analisar três casos no âmbito do projeto SUS-CHAIN³⁶: a cadeia de produção de porcos na Holanda, a cadeia de produção de leite e carne na Suíça e a experiência de produção e comercialização de alimentos orgânicos na Alemanha. Para os autores, essas categorias podem ser consideradas “chaves” para a análise de redes alimentares alternativas em curso, bem como para a formulação de políticas públicas de desenvolvimento local. Segundo os autores, essas redes alternativas respondem a uma reemergência da valorização do tradicional e do local e se diferenciam dos regimes alimentares globais por construir novas alianças entre produtores e consumidores, criando espaços onde se desenvolvem novas práticas ancoradas em valores, normas e desejos que se voltam para a revalorização do alimento de “algum lugar”, sobretudo, no que diz respeito à qualidade. Essas estariam, portanto, fortemente reconectadas com o social, o cultural, o ambiental e as particularidades do local onde os alimentos são produzidos.

Para tal elaboração, os autores utilizam, como referencial teórico, a Teoria do Ator-Rede (*Actor-Network Theory*), considerando que esta auxilia a contar a história sobre como as relações se estabelecem, ou não, e evoluem, evidenciando os pontos de passagem e retorno ou, ainda, de revezamento. Para os autores, “sua utilização permite explorar e caracterizar as redes formadas, além das práticas que as sustentam e sua heterogeneidade, incluindo-se os atores, os objetos, a natureza, a organização, a escala e os arranjos geográficos” (Roep e Wiskerke, 2010, pág.3). As três dimensões analíticas são entendidas, portanto, por:

³⁶ SUS-CHAIN é um projeto co-financiado pela Comissão Europeia, entre 2003 e 2005, que reuniu sociólogos, economistas e especialistas em marketing de sete principais universidades europeias com o objetivo de analisar ações de produção sustentável e desenvolvimento local em curso. O projeto foi coordenado por Han Wiskerke, do Grupo de Sociologia Rural, da Universidade de Wageningen/Holanda. Informações disponíveis em <http://www.sus-chain.org/>.

- a. Governança: envolve a estrutura e os processos de criação, manutenção e transformação das redes alimentares alternativas. Está dividida em estrutura de governança (forma como as alianças e parcerias são organizadas) e processos de governança (forma como as redes são conduzidas ou “governadas”, ou seja, divisão, regras, decisões, responsáveis, relações de poder, arranjos contratuais, valores, códigos e práticas);
- b. Enraizamento: relacionado à ideia de sistemas econômicos, ou seja, à cadeia de alimentos operando as relações em rede, os arranjos institucionais, os significados culturais e as relações com os atores econômicos – racionalidades (de mercado ou outras) e instrumentos; especialmente no caso dos estudos agroalimentares, envolve a relevância do local, incluindo-se a sustentabilidade, os conhecimentos, as lógicas próprias e os valores;
- c. Mercado: trata das orientações e estratégias de mercado, além de alianças e parcerias. As estratégias vão além da inclusão dos produtos no mercado, passando por um contínuo processo de entender, antecipar e adaptar as estratégias de mercado orientadas pelos tipos de consumidores. Podem ser divididas nos seguintes tipos: diferenciação, especificidade de opções de consumo (a exemplo dos alimentos orgânicos), valores ambientais e/ou culturais e comércio justo.

Os autores concluem que as dimensões apresentadas devem servir não como um modelo normativo a ser seguido, mas como uma ferramenta para auxiliar a estruturação das redes alternativas – tanto para os atores locais no desenvolvimento de habilidades e capacidades específicas, como para os *policymakers* na definição de estratégias para financiamento de políticas públicas.

1.6 Tendências atuais

A análise do sistema agroalimentar a partir do referencial dos regimes alimentares apresenta a oportunidade de realizar uma discussão, ao mesmo tempo, abrangente e específica sobre os processos e transformações ocorridas ao longo do tempo. Nota-se que o próprio conceito de regimes alimentares: “existência de regras

envolvendo e orquestrando atores relevantes que condicionariam os formatos da produção e do consumo de alimentos pelos espaços nacionais” (Friedmann, 2009), é posto em questão diante da complexidade que o cenário contemporâneo apresenta. Nesse contexto, cabe apontar que não há ingenuidade de se imaginar que as “regras orquestradoras” tenham desaparecido; entretanto, o que se pretende é lançar luz sobre os atores – especialmente os consumidores– e os processos desencadeados a partir de suas organizações – as redes alimentares alternativas – que estão a reaproximar produtores e consumidores.

Outros elementos que, assim como as redes alternativas, podem ser considerados desestabilizadores das regras orquestradoras podem ser citados: a) os BRICS; b) a expansão e ampliação da agenda de movimentos sociais internacionais e nacionais como é o caso do *SlowFood*³⁷ e do MST, e, no caso do Brasil, c) as políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, que têm criado novas dinâmicas em torno da produção, circulação e consumo de alimentos, sobretudo a partir do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)³⁸. Sobre a política brasileira, especificamente em relação aos programas citados, cabe lembrar que em 2013 os Estados Unidos e o Canadá encaminharam à comissão que trata da agricultura na OMC, uma solicitação de informação acerca das quantidades de alimentos adquiridos pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), bem como a origem e o destino dos mesmos, além de esclarecimentos acerca dos incentivos fiscais a produtores brasileiros³⁹. Ou seja, como afirmou Friedmann (2003), ainda que atores predominantes ressignifiquem sua atuação, incorporando as críticas oriundas da sociedade, em especial dos consumidores, está em curso na arena pública uma disputa em torno da questão alimentar envolvendo, mais do que nunca, tanto o consumo como a produção de alimentos. Para Portilho:

³⁷ A agenda política do *SlowFood* (um movimento inicialmente situado no campo do consumo e da valorização da sociabilidade em torno do prazer da alimentação) parece ter sido atualizada e “eticizada”, a partir da incorporação do “justo” e do “limpo” em suas preocupações, que, juntamente com o “bom”, deu origem a seu slogan atual: alimento “bom, limpo e justo” (Oliveira, 2014). Por outro lado, o MST (um movimento historicamente situado no campo da produção) parece ampliar sua agenda na perspectiva da “estetização”, quando em seu último Congresso, em 2014, um de seus mais expressivos integrantes cita uma “mudança ideológica” nos rumos do movimento, como será apresentado mais adiante.

³⁸ Sobre o PAA, ver, entre outros, “*Brazil’s Food Purchase Programme: linking farmer and consumer to promote change in food and agriculture systems and the right to adequate food*” (disponível em <http://paa-africa.org/wp-content/uploads/2014/04/artigo-PAA.pdf>. Consulta em 23 de outubro de 2014). Sobre o PNAE, ver, entre outros, o site do programa disponível em <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar> (consulta em 23 de outubro de 2014).

³⁹ Ver <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/Subsidio-agricola-o-que-os-ricos-querem-do-Brasil-/7/29352> (consulta em 07 de julho de 2015).

Talvez seja necessário considerar a possibilidade de uma mudança na forma de compreender as ações políticas contemporâneas. Assim, se as ações na esfera do consumo eram interpretadas como estando “nas bordas” das arenas políticas clássicas, hoje nos parece que caminham na direção de se estabelecerem como uma das formas centrais de ação política na modernidade contemporânea (Portilho, 2008, p. 16).

O que se tem, portanto, é uma tensão entre um modelo convencional e um modelo chamado de alternativo ou cívico de produção, abastecimento e consumo. No escopo do modelo alternativo, identificam-se formas de atuação local, valorização da cultura e do meio ambiente e a construção de novos paradigmas acerca da qualidade. Estruturas públicas e/ou sociais são estabelecidas com a finalidade de aproximar e integrar produtores e consumidores que, por sua vez, estão a exigir alimentos mais frescos e naturais, além de terem incorporado a crítica aos agrotóxicos (Friedmann, 2003).

Sassatelli (2006, *apud* Portilho e Barbosa, no prelo) destaca a “expansão e a variedade de discursos e propostas, construídas em vários setores sociais que apontam para o consumidor como um sujeito ativo, e, acima de tudo, como um sujeito moral e político” (p. 2). A relação entre consumo e cidadania tem sido, nesse contexto, cada vez mais evidenciada, havendo um transbordamento de questões políticas amplas (sobretudo aquelas relacionadas ao impacto ambiental e a questões éticas, como exploração da força de trabalho e bem-estar animal) das esferas públicas para a esfera privada, pautando-se em escolhas cotidianas e individuais caracterizadas como “responsáveis” ou “conscientes”, permitindo, dessa forma, a construção de variadas formas de ação política:

Este processo tem sido chamado de politização do consumo, no qual consumir passa a ser uma prática percebida como uma forma de participar de um cenário de disputas sobre o que a sociedade produz, o modo como produz e os significados e formas de usufruto de tal produção. Consequentemente, nas sociedades contemporâneas, o consumo vem se tornando, cada vez mais, uma esfera de demandas, reivindicações e lutas políticas (Portilho e Barbosa, 2014, p. 5, no prelo).

Portilho *et al* (2011) citam autores como Jeffrey Alexander, Anthony Giddens, Ulrich Beck e Nestor García Canclini como os que têm destacado as mudanças nas formas de participação na esfera pública e no repertório de ação política das sociedades contemporâneas, ocorrendo, no geral, uma ampliação (e, por vezes, substituição) dos

espaços tradicionais, abrangendo formas mais autônomas, menos hierárquicas e não institucionalizadas: “nesse contexto, as ações e escolhas mais triviais e cotidianas são percebidas como podendo influenciar rumos globais, ao mesmo tempo que se tornam globalmente determinadas” (Portilho *et al*, 2011, p.101).

No campo da alimentação, as dimensões políticas e politizadoras têm sido cada vez mais abordadas no contexto contemporâneo onde a saudabilidade do alimento, a sustentabilidade e a valorização de origem se apresentam como tendências, fazendo do “nosso prato de cada dia” um ponto de convergência e disputas acerca de questões políticas, ambientais, éticas, estéticas, morais, ideológicas, simbólicas, identitárias, filosóficas e sociais, entre outras, transformando o ato de comer de uma atividade corriqueira para uma prática altamente consciente, regulada (moralmente) e, portanto, política e ideológica (Barbosa, não publicado; Portilho *et al*, 2011).

A cada garfada percorremos um longo caminho que vai não só da terra ao prato, mas dos governos à mesa da cozinha; de comunidades rurais tradicionais a laboratórios sofisticados; de fazendas de criação de animais em confinamento até a tela da TV; dos movimentos sociais centrados em torno da alimentação às identidades individuais; e do automatismo da refeição cotidiana à sinfonia de sentidos da gastronomia e da culinária do século XXI (Barbosa, não publicado, p. 1).

O que esse cenário em geral aponta, é uma crescente participação dos consumidores individuais, mas, em especial, dos movimentos de consumidores organizados em redes alternativas, como é o caso dos GCR no Brasil. Aqui, dois elementos são centrais: os consumidores que emergem como potenciais atores de um possível novo regime e as redes alternativas, que, mantendo estruturas pautadas em sistemas de governança específicos, impulsionam formatos específicos de circulação e acesso aos alimentos, comumente produzidos localmente, por vezes orgânicos ou agroecológicos.

Capítulo 2: Grupos de Consumo Responsável no Brasil – dados empíricos iniciais

“Pisa ligeiro, pisa ligeiro
Quem não pode com a formiga
Não assanha o formigueiro”
(Juvenal Lopes e Dilson Dória)

Atualmente encontram-se mobilizados 23 Grupos de Consumo Responsável (GCR) no Brasil⁴⁰, conforme pode ser visualizado na Tabela 1. Para a estimativa do quantitativo de GCR, foram considerados os seguintes documentos produzidos pelo Instituto Kairós:

- “Levantamento do perfil dos Grupos de Consumo no Brasil”, publicado em 2010, onde foram identificados 17 grupos;
- Cartilha “Organização de Grupos de Consumo Responsável”, publicada em 2011, onde o número foi atualizado para 22 grupos;
- Relatório Final do II Encontro Nacional de GCR, realizado em 2013, onde estiveram presentes 17 grupos;
- Apostila da I Oficina de Comercialização para GCR, realizada em 2014, onde estiveram presentes 19 grupos.

Ressalta-se que o quantitativo de GCR é bastante variável, pois, por motivos diversos, alguns grupos deixaram de existir (a exemplo da CooperSol/RS, Triambakam/SC e Girassol/RS) ou alteraram a natureza do seu funcionamento (como, por exemplo, o grupo Sementes de Paz/SP), enquanto outros se aproximaram do processo mobilizador do Kairós (como a Rede Tapiri/AM, o grupo de Consumo Consciente do ABC/SP e a Rede Agroecológica Caiçara/SP). Para efeito desse trabalho, serão considerados apenas os GCR com informações disponíveis e identificadas pelo Kairós.

⁴⁰ Grupo de Consumo Responsável (GCR) é a denominação utilizada pelo Instituto Kairós, a partir do primeiro mapeamento dessas iniciativas no Brasil, realizado em 2009. Cabe apontar que outras organizações, como o IDEC (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor) e o FBES (Fórum Brasileiro de Economia Solidária), também organizaram informações, no formato de mapas, sobre essas iniciativas. No entanto, ambas elaboraram seus mapas a partir dos dados levantados pelo Kairós. Os mapas podem ser acessados nas respectivas páginas: <http://www.idec.org.br/feirasorganicas> e <http://cirandas.net/rgcr/pagina-inicial/rede-de-grupos-de-consumo-responsavel-esta-no-mapa>. Acesso em 10 e outubro de 2014.

Tabela 1 - Grupos de Consumo Responsável no Brasil

Grupos de Consumo Responsável	Cidade/UF	Participou do Levantamento em 2010?	Participou do I Encontro Nacional?	Participou do II Encontro Nacional?	Participou da I Oficina?	Situação atual
Siscos – Sistema de Comercialização Solidária	Alta Floresta/MT	Sim	Sim	Sim	Sim	Ativo
CSA Brasil Bauru	Bauru/SP	Não	Não	Não	Sim	Ativo
Rede Terra Viva	Belo Horizonte/MG	Não	Não	Sim	Sim	Ativo
CSA Demetria Botucatu	Botucatu/SP	Não	Sim	Não	Não	Ativo
Grupo de Consumo Consciente	Botucatu/SP	Não	Sim	Não	Não	Sem informação
Giramundo	Botucatu/SP	Não	Não	Sim	Não	Sem informação
Trocas Verdes	Campinas/SP	Sim	Sim	Sim	Sim	Ativo
Grupo de Compras Coletivas	Dourados/MS	Não	Sim	Sim	Não	Ativo
Compras Coletivas Ecosolidárias Florianópolis	Florianópolis/SC	Sim	Sim	Sim	Sim	Ativo
ADAO - Associação para o Desenvolvimento da Agropecuária Orgânica	Fortaleza/CE	Sim	Sim	Não	Não	Sem informação
Grupo de Consumidores do Benfica	Fortaleza/CE	Sim	Sim	Sim	Sim	Ativo
ADAO - Associação para o Desenvolvimento da Agropecuária Orgânica	Goiania/GO	Sim	Sim	Não	Não	Sem informação
Compra Coletiva de Produtos Orgânicos (Triambakam)	Itajaí/SC	Sim	Sim	Não	Não	Encerrou atividades
Rede de Consumo Responsável de Limeira – RECORE	Limeira/SP	Não	Não	Não	Sim	Ativo
Rede Tapiri	Manaus/AM	Não	Não	Sim	Sim	Ativo
Associação de Comercialização Xiquexique - Rede Xiquexique	Mossoró/RN	Sim	Sim	Não	Não	Ativo
Techne	Natal/RN	Sim	Sim	Não	Não	Sem informação
CooperEcosol	Passo Fundo/RS	Sim	Sim	Não	Não	Encerrou atividades
Rede Guandu - Terra Mater	Piracicaba/SP	Sim	Sim	Sim	Sim	Ativo

Rede de Produção e Consumo Responsável de Piracicaba e Região	Piracicaba/SP	Não	Sim	Não	Não	Sem informação
Direto da Roça	Piracicaba/SP	Não	Não	Sim	Sim	Ativo
Cooperativa GiraSol	Porto Alegre/RS	Sim	Não	Não	Não	Encerrou atividades
Rede Ecológica	Rio de Janeiro/RJ	Sim	Sim	Sim	Sim	Ativo
RedeMoinho	Salvador/BA	Sim	Sim	Sim	Sim	Ativo
Coletivo de Consumo Rural – Urbano	Santo André/SP	Não	Não	Não	Sim	Ativo
Consumo Consciente ABC	São Bernardo do Campo/SP	Não	Não	Sim	Sim	Ativo
ConsumoSol - Articulação Ética e Solidária para um Consumo Responsável	São Carlos/SP	Não	Sim	Não	Sim	Ativo
CSA Brasil São Carlos	São Carlos/SP	Não	Não	Não	Sim	Ativo
ComerAtivaMente	São Paulo/SP	Sim	Sim	Sim	Sim	Ativo
Rede Sementes de Paz	São Paulo/SP	Sim	Não	Não	Não	Alterou natureza de atividade
MICC – Movimento de Integração Campo Cidade	São Paulo/SP	Sim	Sim	Sim	Sim	Ativo
Rede Agroecológica Caiçara	Ubatuba/SP	Não	Não	Sim	Sim	Ativo
Rede Agroecológica Raízes da Mata	Viçosa/MG	Não	Não	Não	Sim	Ativo
Broto	Vitória/ES	Não	Sim	Não	Não	Sem informação

Fonte: elaboração da autora, em outubro de 2014, a partir dos documentos do Instituto Kairós, citados acima.

O Instituto Kairós é uma organização sem fins lucrativos fundada em 2000 que atua, desde 2005, na articulação de organizações coletivas de consumidores (entre 2000 e 2005, sua atuação estava centrada em questões ambientais). Suas ações são pautadas pelos princípios da economia solidária e da autogestão e estão organizadas em cinco temas prioritários: Consumo Responsável (CR), Comércio Justo e Solidário (CJS), Economia Solidária (ES), Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e Agricultura Familiar, com foco na produção orgânica e agroecológica. Para classificação de um grupo como GCR, o Kairós utiliza o seguinte parâmetro: “grupos de pessoas que decidem organizar-se para comprar determinados produtos, de uma forma diferente da que ocorre no mercado convencional” (Kairós, 2011, p.11), “transformando a compra (de alimentos, na maioria dos casos) em um ato político e, considerando as práticas agroecológicas e as relações solidárias⁴¹ na produção, comercialização e no consumo”. Nesse contexto, o consumo responsável é considerado, pela entidade, um tipo de intervenção do consumidor na cadeia produtiva, à medida que esses atores passam a fazer suas escolhas cotidianas a partir de um panorama que abrange, além de sua qualidade de vida, a sociedade, a economia e a natureza.

O financiamento das ações de levantamento do perfil (mapeamento), formação e mobilização dos GCR empreendidas pelo Kairós ocorreu por meio de Editais Públicos da Secretaria Nacional de Desenvolvimento Territorial (MDA/SDT), do Ministério do Desenvolvimento Agrário, e da Secretaria Nacional de Economia Solidária (MTE/SENAES), do Ministério do Trabalho e Emprego, tendo sido desenvolvidas as seguintes principais atividades:

- 2009/2010: Levantamento do Perfil (mapeamento) dos Grupos de Consumo Responsável;
- 2011: I Encontro Nacional;
- 2013: II Encontro Nacional;
- 2014: I Oficina de Práticas de Comercialização para Grupos de Consumo Responsável.

⁴¹O Kairós, entende como prática agroecológica o “modo de produzir que considera, além da produção orgânica, as dimensões ambientais – utilização de recursos naturais disponíveis e integração da biodiversidade; sociais – valorização da agricultura familiar; econômicas – comercialização dentro do parâmetro do comércio justo e solidário; e, culturais – valorização do conhecimento do agricultor, seu modo de vida e da cultura local” (Kairós, 2011, p. 10). Como relações solidárias, a entidade entende aquelas baseadas na (co)responsabilização dos atores – produtores e consumidores, em todas as etapas da comercialização, desde o estabelecimento do preço, que deve ser justo para ambas as partes, até a transparência na divulgação de informações.

2.1 Mapeamento Grupos de Consumo Responsável, 2010

Entre 2009 e 2010, o Instituto Kairós mapeou o perfil dos GCR brasileiros apontando a existência de 17 grupos. Visando o aprofundamento das informações, sete desses grupos foram objetos de detalhamento: Rede Ecológica (Rio de Janeiro/RJ), MICC/Movimento de Integração Campo-Cidade (São Paulo/SP), Rede Sementes de Paz (São Paulo/SP), Trocas Verdes (Campinas/SP), CooperEcosol (Passo Fundo/RS), Cooperativa GiraSol (Porto Alegre/RS) e RedeMoinho (Salvador/BA).

A publicação intitulada “Levantamento do perfil dos Grupos de Consumo no Brasil. Consumo como intervenção – Um olhar sobre as experiências de consumo coletivo no Brasil”⁴² traz um panorama geral dos grupos mapeados nessa ocasião.

Cabe apontar que o Kairós não se reconhece como um ator cuja tarefa seja definir quais são iniciativas de grupos de consumo responsável e quais não são. Ao contrário, se veem como facilitadores de um processo que cresce à medida que, espontaneamente, aparecem novos grupos interessados em participar das discussões e mobilizações:

Acho que a figura do Kairós nesse espaço de interação com os grupos é o nosso interesse e capacidade de sistematizar e disponibilizar materiais e reflexões sobre essas experiências, que, aos poucos, vai chamando a atenção para o Kairós como um ator que tá mapeando grupos e dizendo o que é grupo e o que não é grupo. Isso é uma situação complicada e que no fundo não é o que a gente faz. Não tem uma metodologia definida e definitiva ou uma busca ativa de grupos, pelo contrário, é uma coisa muito mais informal, mas que vai depois virando relatórios, artigos e pesquisas [...]. A gente, às vezes, tá conversando com uma pessoa de um grupo de consumo e ela vira e fala: “tem uma experiência de grupo de consumo parecida com essa na minha cidade”, ou “tem um cara que foi no grupo de consumo que eu participo, não quer participar nesse grupo porque é um pouco longe da casa dele, mas quer montar um grupo”, ou “a gente sabe da cartilha⁴³ do Kairós, posso ir aí falar com vocês?”. Então, a entrada é diversa. O que a gente faz, na medida do possível, é tentar investigar um pouco quando chega. O auto reconhecimento acho que é a primeira coisa. Quem vai dizer que é um grupo de consumo? O próprio grupo (Juliana, em entrevista realizada pela autora em fevereiro de 2015).

Além do mapeamento em si, a principal contribuição do Kairós refere-se à tipificação das redes formadas pelos GCR. Assim, partindo de uma elaboração própria,

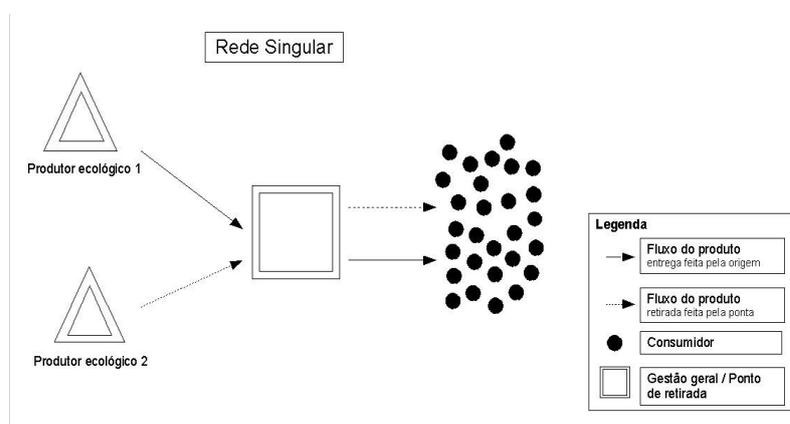
⁴² O mapeamento completo pode ser acessado na página do Instituto Kairós: <http://institutokairos.net/2012/03/levantamento-do-perfil-dos-grupos-de-consumo-no-brasil-2/>. Acesso em 24 de agosto de 2014.

⁴³ Cartilha “Caminhos e práticas de consumo responsável – Organização de Grupos de Consumo Responsável”, publicada pelo Kairós em 2011.

classifica as redes como “redes singulares” e “redes capilares”. O olhar do Kairós para a “organização do meio” (Carneiro, 2012), que busca reconectar produtores e consumidores, parece ser fundamental para a compreensão das dinâmicas de consumo responsável, além de lançar luz sobre a heterogeneidade dessas iniciativas. A estrutura que viabiliza essa conexão possui, nesse contexto, diferentes arranjos e conformações. A tipificação das redes feita pelo Kairós, como “redes singulares” e “redes capilares”, possibilita observar estruturas mais ou menos complexas e relacioná-las às formas de funcionamento, logística, custos envolvidos e preços dos alimentos.

As redes singulares são organizadas a partir de um ponto fixo de retirada dos produtos, conforme pode ser visualizado na Figura 3. Após serem colhidos ou produzidos, os produtos são transportados até a unidade gestora do GCR, onde um coletivo de consumidores é responsável pela gestão e distribuição dos produtos nos locais de entrega ou pontos de retirada. Este coletivo pode ser formado por todos os membros do grupo ou por parte do grupo, e se relaciona diretamente com os produtores (Carneiro, 2012).

Figura 3: Rede do tipo singular

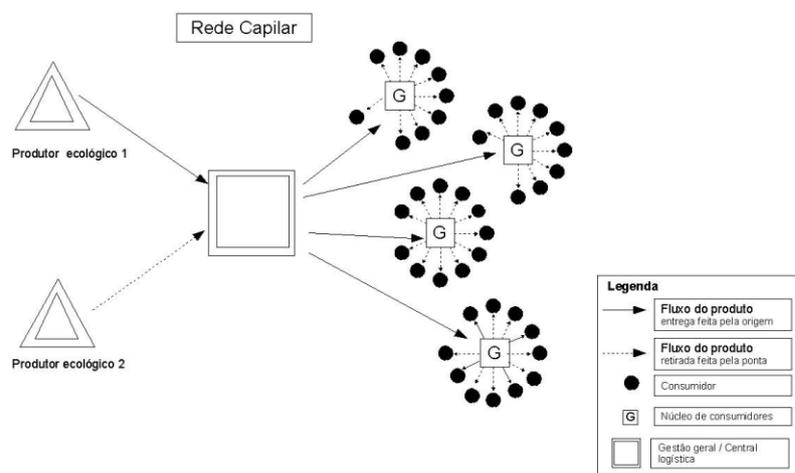


Fonte: Kairós (2010)

Já as redes capilares são organizadas pela retirada dos produtos em núcleos descentralizados de consumidores, conforme Figura 4: após serem colhidos ou produzidos, os produtos são transportados dos produtores até o local da gestão geral/central de logística, onde então são separados e distribuídos aos núcleos de consumo. Esses núcleos podem possuir distintos graus de autonomia em relação ao

grupo como um todo, que varia de acordo com a proposta de cada iniciativa (Carneiro, 2012).

Figura 4: Rede do tipo capilar



Fonte: Kairós (2010)

O mapeamento do Kairós aponta que cada GCR articula uma média de dez produtores, organizados, na sua maioria, em cooperativas e associações, envolvendo diversas famílias⁴⁴. Entretanto, registra-se também a participação direta de famílias, unidades produtivas privadas e coletivas e assentamentos da Reforma Agrária. No geral, são ofertados alimentos in natura (frutas, legumes, hortaliças) e minimamente processados (arroz, feijão e grãos em geral), além de produtos artesanais (pães, queijos e produtos de limpeza e higiene pessoal).

Quanto ao perfil dos consumidores envolvidos nos GCR, o estudo do Kairós apontou que, de uma maneira geral, a maioria dos grupos é composta por consumidores de classe média e média alta. Outros autores que se dedicaram a analisar o perfil e a percepção dos consumidores orgânicos apontam que esses indivíduos estão, na sua maioria, conectados aos assuntos atuais da modernidade e seus efeitos, além de serem fortemente influenciados pelo movimento ambientalista:

⁴⁴ Tomando como exemplo a Rede Moinho, de Salvador/BA, seus produtores/fornecedores são: Coopes (Cooperativa de Produção da Região do Piemonte da Diamantina – 47 famílias), Cooperbio (Cooperativa de Produtores Orgânicos da Chapada Diamantina – 27 famílias), Coopercuc (Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá – 141 famílias), Coopermonte (45 famílias) e Coopama (Cooperativa dos Produtores Associados de Cana e Seus Derivados da Microregião de Abaíra – 36 famílias). Disponível em: <http://redemoinho.coop.br/associados>. Consulta realizada em 05 de maio 2014.

Esse grupo que timidamente está emergindo na sociedade, não só com o propósito de um consumo alternativo, mas com um estilo de vida alternativo, aponta um novo sujeito que percebe o mundo sob uma outra ótica, recriando um modo de vida, que procura diferenciar-se do universo moderno e suas implicações (Rucinski e Brandenburg, 2002, p. 14).

Guivant (2003), ao realizar pesquisa entre consumidores de alimentos orgânicos em supermercados, propõe uma diferenciação entre dois tipos: os consumidores ego-trip, que consomem alimentos orgânicos porque os percebem como saudáveis, revelando um estilo de vida preocupado com a saúde pessoal, e os consumidores ecológico-trip, frequentadores de feiras e outros canais de comercialização além dos supermercados, que também estariam preocupados com a saúde, mas também com questões ambientais e sociais mais amplas. Para a autora, os consumidores de orgânicos do tipo ego-trip não poderiam ser entendidos como praticando uma ação política, pois estariam preocupados apenas com a dimensão individual da própria saúde⁴⁵.

Na mesma linha, Cassol e Schneider (2015) apontam que o consumidor “alternativo” não seria um ator marginal ao sistema convencional e que sua opção de comprar tais produtos não seria necessariamente uma contraposição ao modelo. Antes disso, este consumidor estaria buscando satisfação pessoal, que poderia estar ligada a preocupações com a saúde e o bem-estar (p. 168). Barbosa (2009 *apud* Cassol e Schneider) também diferencia as motivações da busca de produtos alternativos por consumidores, sendo a saudabilidade e a preocupação com a origem dos alimentos importantes motivações: a primeira estaria mais relacionada a preocupações em torno do valor nutricional dos alimentos e prevenção de doenças (portanto mais relacionadas à saúde) e a segunda, mais ligada a questões de estilização do consumo, preocupação em consumir produtos produzidos através de relações justas e igualitárias (*fair trade*), além da busca por produtos típicos/artesanais, valorizando atributos de autenticidade, originalidade e naturalidade (p.169).

Sobre o perfil dos consumidores de alimentos orgânicos, variados estudos e pesquisas apontam semelhanças quanto às seguintes características: elevado grau de escolaridade, alto poder aquisitivo, predominância do sexo feminino e faixa etária entre 30 e 59 anos. Carneiro (2012), ao analisar o perfil dos consumidores da Rede Ecológica/RJ, aponta que 80% possuem ensino superior completo e pertencem,

⁴⁵ Um interessante contraponto a esta argumentação, que percebe a dimensão individual como uma ação menos cidadã e menos politizadora, pode ser encontrado em Barbosa *et al.* (2013).

principalmente, às classes A e B; 73,8% são do sexo feminino e 47,7% possuem entre 21 e 30 anos.

Rucinski e Brandenburg (2002), analisando os consumidores orgânicos de feiras em Curitiba, chegaram às seguintes conclusões: 58% dos entrevistados cursam ou concluíram o terceiro grau; 45,1% dos consumidores têm renda mensal acima de 12 salários mínimos e 23,5% entre 12 e 9 salários mínimos; 66% são mulheres e 34% encontram-se na faixa etária de 31 a 40 anos.

Em 2010, as empresas *Organic Service* e *Vital Food* divulgaram resultado de uma pesquisa⁴⁶, apontando que 40% dos consumidores de orgânicos das sete capitais brasileiras pesquisadas têm, pelo menos, o curso superior completo; 44% ganham acima de R\$ 6 mil (21% entre R\$ 6 mil e R\$ 10 mil e 23% mais de R\$ 10 mil); 69% dos consumidores de orgânicos são mulheres, sendo que 29% delas têm de 31 a 45 anos de idade e 39% de 46 a 60 anos.

Diante do cenário apresentado, sobretudo no que diz respeito à renda dos consumidores de orgânicos encontrada nas pesquisas citadas acima, um dos desafios apontados pelo estudo do Kairós refere-se justamente à acessibilidade de outros perfis de consumidores, denominados por ele de “grupos populares”. Outro desafio diz respeito a um maior envolvimento dos consumidores naquilo que chamam de “questões mais amplas”, ou seja, questões que vão além da preocupação pessoal com a saúde, referindo-se ao que consideram ser o “sentido político” dos grupos, onde, embora a compra seja uma atividade estruturante, espera-se a construção de novas formas de participação relacionadas à concretização de políticas públicas.

Além de informações sobre a estrutura dos grupos, produtores, produtos e perfil dos consumidores, outros elementos foram identificados na caracterização dos GCR pelo Kairós, como as motivações para a organização dos grupos. O mapeamento apontou, como principais: (a) a aproximação e integração entre produtores e consumidores e entre a cidade e o campo; (b) o fortalecimento dos agricultores por meio da criação de vínculos que garantem a compra; (c) a oportunidade aos consumidores para o exercício do consumo responsável; (d) a construção de relações mais justas e solidárias, tanto de comercialização como de consumo; (e) o fomento à produção e ao consumo de alimentos saudáveis e ambientalmente sustentáveis; e (f) a organização dos

⁴⁶ Pesquisa realizada em 2010 em sete capitais brasileiras: São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Brasília, Belo Horizonte, Goiânia e Belém, com um total de 1.907 entrevistas, dos quais 765 entrevistas foram feitas via internet e 1.139 nos principais pontos de venda de orgânicos (VITALFOOD e ORGANIC SERVICES, 2010).

consumidores, possibilitando o acesso a alimentos de qualidade a um preço mais acessível do que aqueles do mercado convencional.

O mapeamento do Kairós apontou que a composição dos preços guarda, no geral, a seguinte proporção: 60% para os produtores e 40% para despesas operacionais dos grupos. No entanto, essa sistemática não parece ser algo consolidada nos grupos, já que as despesas operacionais são apenas estimadas. Dessa forma, o preço final pago pelo consumidor é estabelecido a partir do preço dado pelo produtor, acrescido de percentual para cobrir os custos operacionais, variável entre os diferentes grupos, sobretudo devido as diferentes conformações das redes. Nesse sentido, a composição dos preços, a logística e as configurações de rede são elementos que interferem diretamente na viabilidade econômica dos grupos – o estudo do Kairós apontou que as redes singulares movimentam menos recursos, quando comparadas às redes capilares, o que se relaciona com a localização dos grupos (em geral, essas últimas estão em localidades maiores) e também com o tempo de existência dos mesmos. A viabilidade econômica é apontada pelo Kairós, a partir do mapeamento dos GCR, como uma questão central para as atividades dos grupos.

A qualidade e a certificação dos produtos são outros dois elementos que permeiam o cotidiano de debates dos GCR e, principalmente, dos produtores envolvidos. No geral, os grupos não exigem que os produtores sejam certificados, adotando e reconhecendo formas alternativas de garantia de qualidade, tendo a confiança como principal elemento da qualidade. Alguns grupos mencionaram a intenção de desenvolver um padrão próprio, ainda que informal, para certificar os produtores, tornando-os independentes de certificações externas, consideradas demasiadamente rígidas, caras e, por isso, excludentes.

Considerando os pontos em comum dos grupos, no que diz respeito a práticas de valores solidários e comércio justo, relações de confiança, aproximação entre produtores e consumidores e acesso a alimentos orgânicos, dentre os aspectos mais relevantes do mapeamento destaca-se a heterogeneidade das “estruturas do meio” ou das também chamadas redes alternativas, que podem ser singulares ou capilares. Destaca-se, ainda, sua influência no encurtamento das cadeias alimentares e, conseqüentemente, na aproximação entre produtores e consumidores, além da relação de confiança e da noção de qualidade envolvidas nessas dinâmicas. Pode-se dizer que o mapeamento realizado pelo Kairós em 2009/2010 inaugurou um tempo de mobilização e fortalecimento dos

GCR no Brasil, como será visto mais adiante, seguido da realização de dois Encontros Nacionais e uma Oficina de Comercialização.

2.2. Encontros Nacionais de Grupos de Consumo Responsável no Brasil

O I Encontro Nacional dos GCR, realizado em 2011, na cidade de Parelheiros/SP, reuniu treze grupos, além de outros atores da sociedade civil, representantes institucionais do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e parceiros, como o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), Faces do Brasil, Núcleo de Apoio às Atividades de Cultura e Extensão em Economia Solidária (Nesol/USP) e a Organização Não Governamental Capina.

O objetivo do encontro era promover a aproximação e o reconhecimento dos sujeitos envolvidos com a temática do consumo responsável, visando à criação de uma identidade comum e à consolidação dos consumidores como atores políticos organizados em uma rede nacional – proposta aprovada como encaminhamento final do encontro.

O contexto do I Encontro Nacional parece inaugurar um tempo específico para os grupos em relação às políticas públicas e ao próprio Instituto Kairós. Por um lado, têm-se inúmeras iniciativas de consumidores e outros atores – como no caso do MICC, que envolve a Igreja Católica – que, por diferentes motivos, organizam-se em torno da pauta do consumo responsável; por outro, tem-se o Instituto Kairós, que capta recursos públicos para iniciar um processo de organização desses grupos, ancorando-se nas regras previstas pelos instrumentos de financiamento estatal. Nesse sentido, os objetivos de criação de uma identidade comum e de fortalecimento do papel protagonista dos grupos como atores políticos, parece dizer muito sobre o processo ainda em curso. Pode-se dizer, pelos perfis dos GCR mobilizados pelo Kairós, que, no Brasil, as motivações para a organização desses grupos possuem duas grandes explicações: uma relacionada aos processos de articulação e desenvolvimento local, como uma estratégia para a viabilização econômica das famílias de agricultores, e outra relacionada a uma demanda de consumidores urbanos por alimentos orgânicos e saudáveis.

Cassol e Schneider (2015) analisaram a conformação de duas redes alternativas: uma organizada por consumidores italianos, o Grupo de Aquisição Solidária (GAS), que construiu diversas redes de relações ao redor do consumo de alimentos frescos e saudáveis na região de Pisa, na Toscana; e outra organizada a partir de doze produtores

do município de Passo Fundo/RS, que comercializam seus produtos na Feira do Pequeno Produtor de Passo Fundo e que encontraram, nesse tipo de comércio, uma possibilidade para vender seus produtos diretamente aos consumidores, agregando mais valor aos mesmos. Para os autores, a busca pelos produtos da Feira do Pequeno Produtor em Passo Fundo é diferente das motivações dos consumidores do GAS, pois “enquanto os primeiros orientam suas práticas (alternativas) de consumo a partir da mobilização de valores sociais e culturais relacionados ao modo de fazer específico dos produtores, o qual está ligado à memória de um passado rural recente, os segundos parecem orientar suas práticas (alternativas) de consumo a estilos de vida sustentáveis e a preocupações políticas relacionadas ao meio ambiente e à produção de alimentos” (p. 167).

Os autores apontam ainda que:

Os motivos dessas diferenças [...] decorrem dos contextos sociais e culturais distintos, nos quais essas redes emergem. As características relacionadas à criação, estruturação, manutenção e funcionamento dessas redes – e os atores, instituições e as relações envolvidas – diferem entre si pelo fato de que as características sociais e culturais (e históricas) são diferentes de acordo com cada contexto analisado [...] assumindo assim características, formas de organização e significados diferentes (Cassol e Schneider, 2015, p. 167).

Analisando algumas iniciativas americanas, descritas por Hope e Agyman (2011), Madison (2013) e Lyson (2004), nota-se que, no geral, essas iniciativas se configuram como práticas espontâneas oriundas, sobretudo, da sociedade civil organizada, que, ao ganhar envergadura própria, começam a influenciar as políticas públicas, sendo algumas delas financiadas pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA). No contexto brasileiro, pode-se dizer que, ainda que se verifique práticas espontâneas oriundas da sociedade civil organizada, o Estado tem tradição de apoio e financiamento de ações voltadas tanto para a produção como para o consumo, sendo essa última agenda, entretanto, mais recente em alguns espaços públicos. O consumo aparece como relevante na agenda do Ministério do Meio Ambiente, com a temática do consumo sustentável, e no Ministério da Saúde, com a revisão e publicação do Novo Guia Alimentar da População Brasileira⁴⁷, enquanto que,

⁴⁷ No “Novo Guia Alimentar da População Brasileira” nota-se uma importante valorização e recomendação do consumo de alimentos produzidos localmente. Essas recomendações gerais acerca da escolha dos alimentos aparecem no Capítulo 2 do guia. Outro destaque está no capítulo seguinte, que traz sugestões de combinações de alimentos para preparação de pratos saudáveis e adequados à cultura e ao

em outros espaços públicos esta pauta ainda está avançando, como é o caso do Ministério do Desenvolvimento Agrário, com o Programa Nacional de Desenvolvimento Territorial (Pronat)⁴⁸, a Secretaria Nacional de Economia Solidária, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que, por meio do Edital de Chamada Pública nº 004/2012, vem financiando algumas atividades do Kairós de mobilização de GCR, como será visto mais adiante; e, ainda, a Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que, em 2014, viabilizou a publicação do Plano Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade⁴⁹. Entretanto, cabe apontar que a influência do financiamento público nas atividades dos GCR, bem como a pauta do consumo na agenda governamental não serão objetos de análise por este trabalho, ainda que esse pareça ser um campo interessante de investigação. A questão fundamental a ser observada aqui é o processo de organização e mobilização dos GCR em “rede nacional” e como ele vem ocorrendo, visto que grande parte dos sujeitos envolvidos nos GCR reivindica o papel político do consumidor e considera relevante a agenda política.

O II Encontro Nacional foi realizado em 2013, também na cidade de Parelheiros/SP, tendo como principais objetivos o fortalecimento da identidade coletiva e da atuação política e a construção de uma rede nacional de Grupos de Consumo Responsável. Participaram do II Encontro 16 grupos de consumo de diversas regiões do país e representantes de três organizações não governamentais⁵⁰, além do Kairós.

Partindo dos objetivos propostos e analisando as expectativas dos participantes, levantadas no início das atividades, nota-se certa assimetria de interesses, pois enquanto o objetivo norteador do Kairós na organização do II Encontro era a reafirmação da identidade coletiva, visando à constituição de uma rede nacional, dentre as expectativas

hábito alimentar de cada região do país. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira.pdf. Consulta em 09 de julho de 2015.

⁴⁸ O Programa Nacional de Desenvolvimento Territorial (Pronat) foi criado em 2003, no momento da criação da Secretaria Nacional de Desenvolvimento Territorial (SDT), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O principal objetivo do programa era fomentar a mobilização de uma rede nacional para a elaboração de políticas públicas com abordagem territorial, centrada principalmente na organização e formação de agentes territoriais de desenvolvimento e ações de inclusão produtiva. Atualmente, o Pronat está presente em 242 territórios rurais, além de ser a base do Programa Territórios da Cidadania. Fonte: <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/editais/2012/agricultura-familiar/programa-territorio-da-cidadania.pdf>. Acesso em 19 de agosto de 2014.

⁴⁹ O Plano Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade tem como objetivo prevenir e controlar a obesidade na população brasileira. Para tanto, incentiva, assim como o Guia Alimentar da População Brasileira, o consumo dos alimentos regionais e as preparações tradicionais, regionais e locais.

⁵⁰ Cooperativa EITA (Educação, Informação e Tecnologia para Autogestão), Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e Terra Mater.

dos grupos presentes figuravam temas mais próximos do cotidiano, como o fortalecimento das redes regionais, a definição de estratégias para garantir acesso aos grupos de pessoas oriundas das classes populares e a reflexão sobre os possíveis motivos que fazem com os grupos não cresçam em termos quantitativos, levando alguns, inclusive, a interromper suas atividades⁵¹.

O II Encontro foi dividido em três momentos⁵², incluindo a realização de grupos de trabalhos, apontando como “tarefa final” a elaboração de um Plano de Ação para o cumprimento do objetivo proposto: a construção da rede nacional.

Durante as atividades, representantes dos grupos presentes apresentaram suas experiências. Dessas apresentações, algumas semelhanças entre o MICC (SP) e a Rede Tapiri (AM) podem ser apontadas: a principal motivação para a organização desses grupos – mesmo que em diferentes momentos (MICC na década de 80 e Rede Tapiri em 2006) – estava relacionada aos desafios de viabilizar a comercialização de alimentos orgânicos para consumidores “de baixa renda”, “grupos excluídos”, no caso do MICC cultivados em fazendas ocupadas pelo MST, e, no caso da Rede Tapiri, produtos e alimentos oriundos de empreendimentos econômicos solidários⁵³. Além disso, antes de se constituírem como MICC e Rede Tapiri, possuíram outros formatos e denominações, sendo, respectivamente, Rede de Apoio à Reforma Agrária (RARA) e Grupo de Trabalho de Produção Comercialização e Consumo (PCC). Outro fato interessante é a presença da Igreja nas duas experiências: para o MICC a instituição foi o “começo de tudo”; para a Rede Tapiri, a Igreja apareceu como uma possibilidade de apoio para a viabilização da sede da entidade, como parte das ações da Campanha da Fraternidade de 2008, cujo tema foi “Fraternidade e Defesa da Vida”. No entanto, ao contrário do MICC, o apoio não se concretizou, levando inclusive a uma temporária desmobilização do grupo, que, entretanto, fixou-se, em 2011, no bairro Terra Nova, Zona Norte de Manaus/AM.

⁵¹ Registra-se que, desde o mapeamento de 2009/2010, três grupos interromperam suas atividades (CooperEcosol/RS, Triambakam/SC e GiraSol/RS), enquanto outros sete grupos se aproximaram do Kairós (Rede Terra Viva/MG; Rede Tapiri/AM; CSA Brasil, de São Carlos/SP; Grupo de Compras Coletivas/MS; Rede Agroecológica Caiçara/SP; Direto da Roça/SP e Consumo Consciente ABC/SP).

⁵² Momento 1: “De onde partimos”- localização dos grupos no tempo (ano de organização) e no espaço (localização geográfica); Momento 2: “Onde estamos – a rede que mobilizamos”; Momento 3: “Onde queremos chegar – elaboração do Plano de Ação”.

⁵³ Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) são organizações coletivas e supra familiares, cujos trabalhadores exercem a autogestão das atividades e da alocação dos seus resultados, dispondo ou não de registro legal e realizando atividades econômicas das seguintes naturezas: produção de bens, prestação de serviços, fundos de crédito, de comercialização e de consumo solidário. Disponível em http://www3.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_empreendimento.asp. Acesso em 10 de outubro de 2014.

O que se pode concluir, a partir do relato dessas experiências pelos próprios representantes dos grupos, é que ambas parecem relacionar-se mais com temas como justiça, cidadania e direitos, tendo como objetivos centrais ou, ao menos, iniciais a superação da vulnerabilidade e a viabilização econômica, do que propriamente a saúde, apontada como um dos elementos centrais na demanda do consumidor de orgânicos, conforme exposto acima.

O registro dos resultados dos Grupos de Trabalho (GT), que refletiram sobre a constituição de uma rede nacional e a consolidação de uma identidade coletiva para o fortalecimento da atuação política, demonstra o tamanho do desafio apresentado pelo Kairós aos grupos de consumo:

Embora nenhum GT tenha formulado uma resposta exata para as duas questões, muitos temas, ações e objetivos foram levantados e escritos em tarjetas para serem depois apresentados no coletivo. Durante a apresentação foi criado um quadro buscando aproximar os temas comuns: os mais abrangentes ajudaram a formular o objetivo geral e os objetivos específicos e os mais específicos ajudaram a formular as linhas de ação da Rede. (Relatório Final do II Encontro Nacional, p.18)

Considerando as expectativas apresentadas pelo Kairós e os resultados dos trabalhos, os grupos pareciam estar mais inclinados a pensar os desafios cotidianos e as estratégias para a viabilidade das próprias redes do que propriamente a criação de uma Rede Nacional. Entretanto, como parte do Plano de Ação, foi consensuado como objetivo geral da Rede “articular os GCR para o fortalecimento de suas ações, troca de conhecimentos e experiências, e construção de ações conjuntas tanto no âmbito das práticas de comercialização e consumo responsável como em atuações políticas e formativas”; e como objetivos específicos: “fortalecer as ações internas dos grupos de consumo; compartilhar conhecimentos e experiências constantemente; [desenvolver] ações conjuntas para a prática de comercialização e consumo (logística e sistema); [desenvolver] ações conjuntas políticas e formativas”. Visando ao cumprimento dos objetivos propostos, foi pactuada a criação de GTs temáticos, sendo os principais:

- GT de Produção e Logística – executar ações de “logística compartilhada” entre os GCR;

- GT de *Software* – acompanhar e interagir com o sistema de pedidos desenvolvido pelo Cirandas⁵⁴.

A avaliação dos pontos positivos e negativos da primeira experiência dos GCR como rede nacional deverá ser realizada no próximo Encontro Nacional, marcado para agosto de 2015. Na visão do Kairós, a rede nacional reflete um desafio primeiro operacional, situado no plano “micro”, e depois político, assumindo pautas mais abrangentes:

Como a rede nacional ajuda esses grupos a se fortalecer individualmente? Trocando informações, tecnologias, ferramentas, instrumentos pra aprender um com o outro, pra saber que o caminho das pedras de um já foi o caminho das pedras percorrido por outro [...]. E aí surge aquela história da ferramenta de gestão dos grupos de consumo no Cirandas. Então é essa tentativa: vamos trocar mais no âmbito operacional pra gente fortalecer as nossas estruturas individuais pra que, aí sim, a gente tenha fôlego pra assumir uma pauta de rede nacional, fazendo essa representação política. (Juliana, em entrevista realizada pela autora em fevereiro de 2015)

Em 2014, vários grupos se encontraram na I Oficina de Práticas de Comercialização, com o financiamento da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES)⁵⁵ e o tema da rede nacional foi incorporado na pauta, a pedido dos próprios GCR presentes, tendo havido alguns encaminhamentos. As atividades da Oficina seguem relatadas, em seus principais aspectos, a seguir.

Em 2014, o Kairós, em parceria com a Capina⁵⁶ realizou a “I Oficina de Práticas de Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar e Economia Popular Solidária”, tendo como público-alvo os GCR.

⁵⁴O Cirandas é uma iniciativa do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, que tem como objetivo oferecer ferramentas na internet para promover a articulação econômica, social e política de quem atua em Economia Solidária ou vive dela. Seus principais objetivos são: potencializar o fluxo de saberes, produtos e serviços da Economia Solidária; oferecer ferramentas para a constituição e consolidação de redes e cadeias solidárias; ser um espaço de divulgação da economia solidária e de busca de seus produtos e serviços para consumidores individuais e coletivos (públicos, privados e grupos de consumidores) e permitir a interação entre vários atores em comunidades virtuais e espaços territoriais, temáticos e econômicos.

⁵⁵A Oficina de Comercialização, ocorrida em 2014, fazia parte de uma das metas previstas no Plano de Trabalho do Kairós, no âmbito do Edital da SENAES. Ainda que pareça ser uma resposta à demanda dos GCR em discutir questões mais operacionais e do cotidiano dos grupos, isso não pode ser afirmado. No entanto, ao que parece, para além do cumprimento de uma meta, a realização da atividade tem a ver, também, com a introdução de um importante tema – o da comercialização, pauta norteadora das políticas públicas da SENAES, que, dentre outros, tem como objetivos centrais a viabilização econômica dos empreendimentos econômicos e solidários, a partir da comercialização e da integração em mercados, locais ou não.

⁵⁶Como já mencionado, a Capina é uma organização que atua, desde a década de 80, prestando assessoria a organizações de produtores da cidade e do campo, ou seja, suas atividades estruturantes situam-se no campo da produção. A realização da Oficina com os GCR ganha contornos de novidade para a instituição, o que, por sua vez, pode indicar também, uma ampliação da agenda da Capina.

A aproximação inicial entre o Kairós e a Capina deu-se em 2008, quando seus gestores identificaram afinidades e complementaridades entre as duas instituições. Entre 2011 e 2012 realizaram o primeiro trabalho em conjunto. Com o objetivo de despertar para novos questionamentos, novas compreensões e novas possibilidades de atuação, seguem configurando e reconfigurando suas ações conjuntamente, mantendo-se, no entanto, alguns princípios metodológicos específicos (Kairós e Capina, 2013), amadurecidos, sobretudo, pela Capina ao longo de sua trajetória.

A participação na oficina, realizada entre os dias 03 e 07 de abril de 2014, no Rio de Janeiro/RJ, foi de fundamental importância para o desenvolvimento desse trabalho, pois, pela primeira vez, estive em contato com os representantes dos GCR do Brasil, conhecendo melhor suas principais pautas, compreendendo melhor suas dinâmicas, compartilhando conhecimentos e reflexões, mas, sobretudo, aprendendo.

Participaram da oficina dezenove grupos, de todas as regiões do país, além do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e de gestores do Kairós e da Capina.

O principal objetivo da oficina foi trabalhar questões práticas sobre a comercialização de produtos da agricultura familiar e da economia solidária e apresentar ferramentas para a realização das vendas e planejamento das demais etapas da comercialização. Nesse sentido, a atividade teve um forte caráter formativo, tendo sido utilizado, como referencial teórico para a discussão dos aspectos econômicos, as contribuições do historiador Fernando Braudel⁵⁷. As reflexões sobre as principais questões do cotidiano dos grupos foram, portanto, perpassadas pelas atividades de formação. Um exemplo foi a discussão sobre formação do preço justo, que ocorreu após a apresentação do painel “Passo a passo de um ciclo de pedidos de Grupo de Consumo Responsável – Rede Guandu” e do painel “Cadeia de Mercado: uma visão”. Outro exemplo foi a alteração da programação para a incorporação do debate sobre a construção de consensos e encaminhamentos sobre a Rede Nacional de GCR.

O desenvolvimento dos trabalhos nesse formato faz parte da proposta metodológica da Capina, caracterizada como “autogestionada”:

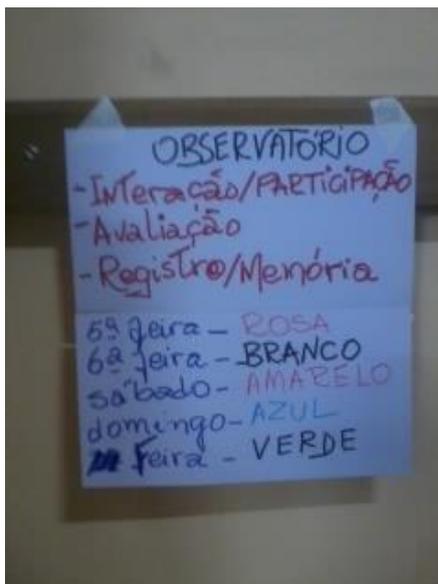
⁵⁷ Segundo Kraychete e Santana (2012), o referencial teórico de Braudel alcança a percepção da lógica peculiar da economia dos setores populares, entendida como aquelas atividades que possuem uma racionalidade econômica ancorada na geração de recursos destinados a prover e repor os meios de vida e na utilização de recursos humanos próprios, agregando, portanto, unidades de trabalho e não de inversão de capital (p. 56). Por esse motivo, Braudel tem sido utilizado pela Capina nas interpretações do campo da economia solidária, no qual a se insere.

Para inventar esse percurso partimos de princípios metodológicos comuns que norteiam o processo. Entendemos que não há um único caminho, mas que este é sempre recriado a partir das pessoas que o fazem acontecer – com as bagagens, realidades e valores que trazem. Não há prática educativa que não seja também, necessariamente, política. (Kairós e Capina, 2013, p. 27)

Vários aprendizados podem ser retidos: a construção da parceria é um processo em que o aprendizado é mútuo [...]. Em um processo de gestão partilhada, quem responde pelos resultados não é a equipe de formação. Ela propõe um percurso que pode ser modificado pelo interesse do coletivo. Esse é mais forte do que o caminho previsto. Isso pressupõe que o resultado de uma intervenção educativa depende mais da implicação dos participantes no processo do que dos mecanismos de controle e execução daquilo que foi programado [...]. Nesses processos o ponto de chegada não está dado. (Kairós e Capina, 2013, p. 45)

O que organizou a condução dos trabalhos, portanto, foi a pactuação e o consenso entre os participantes, tendo a equipe de formação, a tarefa de absorver as demandas surgidas no grupo, além de guiar os processos de construção de consensos e garantir o desenvolvimento das atividades. Para tanto, foi proposto o “observatório”, caracterizado como um dispositivo metodológico com o objetivo de “promover o olhar dos participantes sobre a formação, com possibilidade de intervenção” (Kairós, 2014, p. 45). Dessa forma, foram formados grupos, segundo as cores dos crachás, com a tarefa de, a cada dia da oficina, apresentarem um balanço geral das atividades, além de proporem uma dinâmica para o início das atividades do dia seguinte.

Figura 5: Metodologia "Autogestionada"



Fonte: arquivo pessoal

Nesse contexto, foram temas da atividade de formação as seguintes palestras: “Braudel: Economia de Mercado e Economia Capitalista”, “Cadeia de Mercado, uma Visão”, “Formação de Preços” e “Comércio Justo e Solidário – certificação e estratégias”. Já os temas que nortearam os debates dos grupos de trabalho relacionavam-se, sobretudo, aos desafios à viabilidade econômica para o funcionamento dos GCR e foram divididos entre os seguintes temas: Identidade, papel político e alinhamento do GCR; Produção e Logística; Gestão – participação, engajamento e divisão dos trabalhos internos; Gestão – organização administrativo-financeira.

A reflexão sobre a viabilidade econômica parece ter feito emergir o reconhecimento de que a “estrutura do meio” possui custos (que, por vezes, são altos) e que esses precisam ser conhecidos detalhadamente, pois são determinantes para o funcionamento do arranjo produção–distribuição–consumo, considerando, sobretudo, os princípios do comércio justo e solidário, nos quais se baseiam essas relações. Nesse sentido, o grupo apresentou as seguintes questões: como tratar custos fixos quando as receitas são variáveis? Como formalizar os fluxos financeiros sem cair no que chamam de *lógica do mercado*?

A Rede Nacional de GCR, fomentada pelo Kairós desde o I Encontro Nacional, parece, aos poucos, entrar na pauta dos grupos. A partir do ajuste na programação inicial das atividades, foram traçadas propostas de ação em comum, considerando os seguintes eixos prioritários: a) logística: fortalecimento dos GTs de produção e logística, que deverão articular, por meio de ferramentas tecnológicas (inicialmente, *Yahoo Groups*), um banco de dados de produtores, além de resolverem questões cotidianas, como a negociação de produtos em estoque e possíveis compartilhamentos de rotas de abastecimento; b) representação: pactuação de um “Comitê Gestor” composto pelo Kairós, MICC, SISCOS, Rede Moinho, Rede Guandu e Rede Tapiri, com a tarefa de mobilizar e animar a Rede; e c) participação política: organização em rede para participação em encontros nacionais com temas afins, como o Encontro Nacional de Agroecologia (ENA).

Durante os momentos finais da Oficina, foram apresentados os Planos de Trabalho das “Bases de Serviço de Apoio à Economia Solidária”, compostas pelos seguintes grupos: Rede Moinho/BA, SISCOS/MT, MICC/SP, Rede Tapiri/AM e Rede Guandu/SP. A formação dessas “Bases de Serviço” é uma meta a ser cumprida pelo Kairós e pelos grupos que aceitaram desenvolver as atividades previstas, no âmbito do

Edital de Chamada Pública SENAES/MTE nº 004/2012⁵⁸. Para o desenvolvimento das atividades, cada grupo elaborou um Plano de Trabalho contemplando os seguintes aspectos gerais: a) perfil das famílias atendidas – indicadores de renda, número de pessoas na família, motivação para participar do GCR, grau de escolaridade; b) GCR – quanto movimentada e mapa de logística; c) produtores – renda da família e renda relativa à venda para o GCR, motivação para vender ao GCR; e d) outros canais de comercialização. Acredita-se que o desenvolvimento dessas atividades poderá servir para uma melhor compreensão das dinâmicas que envolvem os GCR, bem como do perfil dos principais atores envolvidos. No caso do MICC, o primeiro relatório – sobre o perfil dos consumidores será apresentado, em seus aspectos mais relevantes, no Capítulo 3.

A definição sobre o que são “Grupos de Consumo Responsável” parece ter sido objeto de “ajuste de foco” ao longo da caminhada do Kairós, entre 2011 (I Encontro Nacional) e 2014 (I Oficina de Comercialização). A definição sobre GCR na publicação “Caminhos para prática do consumo responsável – Organização de Grupos de Consumo Responsável”, de 2011, é a seguinte:

Os Grupos de Consumo Responsável são experiências de consumidores e produtores organizados que se propõem a transformar seu ato de compra em um ato político, visando à sustentabilidade da própria experiência e ao bem-estar do planeta. (Kairós, 2011, p. 11)

Já a definição sobre GCR no “Relatório Final da I Oficina de Práticas de Comercialização”, de 2014, é:

Os Grupos de Consumo Responsável são articulações autônomas e coletivas de consumidores que pretendem aproximar-se de produtores familiares, orgânicos, agroecológicos, entre outros, com o principal objetivo de promover o acesso à alimentação com qualidade em circuitos curtos de comercialização, ou com menos intermediários, que aproxima produtor e consumidor. Com isso, os GCR, educam seus próprios participantes e são uma alternativa concreta de comercialização para pequenos produtores. (Kairós, 2014, p. 3)

⁵⁸ Os objetivos específicos deste edital são organizar Bases de Serviços de Apoio à Economia Solidária (BS-Ecosol - fluxo de informação) para a estruturação de instrumentos de apoio às Redes de Cooperação Solidária, tais como: estudos e diagnósticos de viabilidade técnica, econômica e organizativa; planos territoriais e setoriais de encadeamento de atividades de produção e comercialização; planos de sustentabilidade econômica para os empreendimentos econômicos solidários organizados em Redes de Cooperação, plano de logística solidária; prospecção de negócios; projetos de estruturação da verticalização e adensamento de cadeias produtivas; projetos de financiamento e investimentos com vista à organização de produtos e serviços da economia solidária, do comércio justo e solidário, entre outros. Disponível em <http://portal.mte.gov.br/>. Acesso em 07 de agosto de 2014.

Nota-se, comparando-se as definições presentes em diferentes documentos, a incorporação, para além da compra como um ato político, de aspectos econômicos e territoriais, ou seja, da cadeia produtiva como um todo, considerando o local e o produtor como ator de grande relevância, assim como o consumidor.

Tomando como ponto de partida as ações do Kairós, inicialmente voltadas ao consumo responsável e tendo como parceiras outras organizações e movimentos da sociedade civil (Sementes da Paz, Instituto Pólis e MST), é possível supor que sua participação em Editais Públicos tenha, de alguma maneira, influenciado tanto na ampliação da definição quanto, ao mesmo tempo, no aprimoramento das atividades, tendo inclusive como proposta a construção de uma Rede Nacional de GCR. No entanto, mesmo considerando esse um aspecto importante do tema aqui estudado, enveredar por esse caminho acabaria trazendo outros elementos e discussões⁵⁹ que, por ora, não se fazem possíveis. Nesse contexto, cabe apenas evidenciar alguns possíveis pontos de maior atenção: a relação entre o Kairós e as instituições estatais, mais especificamente a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT/MDA) e a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES/MTE); um contexto governamental que possui políticas públicas voltadas ao desenvolvimento territorial e econômico e à inclusão produtiva; e o possível avanço da pauta do consumo responsável na agenda governamental, configurando-se, nesse caso, como um tema relacionado aos temas da soberania e segurança alimentar e nutricional; da superação da pobreza e do desenvolvimento econômico de territórios considerados vulneráveis.

O principal desafio que parece figurar nessa caminhada é a consolidação da Rede Nacional dos Grupos de Consumo Responsável (tema articulador do próximo Encontro Nacional), por meio da identificação dos aspectos em comum desses grupos, para o estabelecimento de uma identidade e de um plano de ação.

Eu acho que mais na identidade e valores do que no operacional. Acho que todos estão preocupados com questões que tangem alimentação saudável, segurança alimentar, com vontade de se aproximar de produtores e com o desejo de fazer alguma coisa pra mudar e pra estabelecer, construir algum tipo de relação alternativa que pode propor uma mudança social e ambiental. Eu sinto que em todos os grupos tem a questão da alimentação muito presente, de qualidade de alimentação, do direito à alimentação, e eu acho que daria para dizer que a maioria dos grupos tem essa coisa de tentar se aproximar do produtor pra tentar ressignificar essa relação urbano-rural, mas

⁵⁹ Como a discussão de políticas públicas e sua influência nas iniciativas oriundas da sociedade civil, ou mesmo as políticas públicas voltadas à produção, comercialização e consumo de alimentos.

também pra acessar produtos de qualidade num preço melhor (Juliana, em entrevista realizada pela autora em fevereiro de 2015).

Enquanto caminham, esses grupos vão construindo novas capacidades e formas de atuação política em rede, também viabilizadas, em grande medida, por ferramentas tecnológicas como *Yahoogroups*, *Skype*, *wikispaces* e *Facebook*, o que também representa um grande desafio de mobilização e de aprendizado.

2.3. Grupos e Redes de Consumo Internacionais

Compreender o processo social, econômico e político de formação e expansão dos grupos de consumo exige uma contextualização histórica e sociológica acerca das cooperativas de consumo, que datam do início do século XIX, inspiradas pelas iniciativas de Robert Owen.

A primeira cooperativa de consumo, segundo Singer (2002), foi a famosa Cooperativa dos Pioneiros de Rochdale, fundada em 1844, na cidade de Rochdale, um importante centro têxtil no norte da Inglaterra. Segundo o autor, o impulso para a criação da cooperativa parece ter sido a derrota operária em uma greve de tecelões, ocorrida no mesmo ano. A partir daí, vinte e oito operários “qualificados em diversos ofícios” fundaram a cooperativa, que tinha como objetivo a “criação de uma colônia autosuficiente” e por princípios (que vieram a tornar-se os princípios universais do cooperativismo) os seguintes: a. nas tomadas de decisões cada membro teria direito a um voto, independentemente de quanto investiu na cooperativa; b. o número de membros era aberto; c. sobre capital emprestado, a cooperativa pagaria uma taxa de juros fixa; d. as sobras seriam divididas entre os membros, na proporção às compras de cada um; e. as vendas feitas seriam sempre à vista; f. os produtos vendidos seriam sempre puros, isto é, não adulterados; g. a cooperativa se empenharia na educação cooperativa; h. a cooperativa manter-se-ia sempre neutra em questões religiosas e políticas (Singer, 2002, p. 39).

A experiência histórica do cooperativismo chama a atenção em alguns aspectos: o primeiro diz respeito ao que Singer chama de “surto de sindicalismo” (p.27), ou seja, nesse contexto, o surgimento das cooperativas relaciona-se diretamente à luta operária por melhorias nas condições de vida e de acesso aos bens materiais de produção e de consumo, tendo sido o cooperativismo, a partir de 1829, “assumido pelo crescente movimento sindical da classe trabalhadora” (p. 28); o segundo aspecto diz respeito ao

contexto histórico do surgimento do uso do consumo como ato político, fortemente relacionado às lutas por direitos.

Carneiro (2012), ao tratar das contribuições de Frank Trentmann sobre o surgimento da noção de consumidor, aponta que “a ideia de consumidor não surgiu da cultura do consumo (caracterizada no senso comum como cultura do supérfluo), mas, ao contrário, surgiu da luta pelos seus direitos, ou seja, em relação direta com a sociedade civil e com o Estado” (p.13). Portilho (2009), citando diversos autores, resgata o contexto histórico do uso do consumo como forma de ação política, mostrando que o mesmo não é novo e ratificando a ideia de Trentmann:

Linden (1994) enfatiza a forma de poder resultante do uso coletivo do poder de compra das classes trabalhadoras. Blee (1985) ressalta diversos exemplos, desde o século XVII, em que revoltas de consumidores precederam outras formas de protesto. Frank (1991 e 1994) aborda a mudança de tática do movimento operário de Seattle/EUA e suas famílias que organizaram, entre 1919 e 1929, diversas atividades no sentido de fortalecer seu poder enquanto consumidores, pressionando seus empregadores não apenas nos locais de trabalho, mas também nos locais de consumo (o boicote à loja de departamentos Bom Marché, a criação de cooperativas de consumo como alternativa de compras e a “rotulagem sindical”). Ferreras (2006) analisa uma estratégia semelhante utilizada pelo movimento operário de Buenos Aires, no período entre 1880 e 1920 (Portilho, 2009, p.209).

Todas essas iniciativas históricas relacionam-se diretamente ao questionamento da estrutura produtiva, tanto em relação aos preços, às estruturas de produção, quanto às formas de distribuição dos produtos.

Atualmente, no âmbito internacional, destacam-se diversas iniciativas de consumidores e produtores que, articulados por meio de redes locais e internacionais, estão construindo formas alternativas e solidárias de desenvolvimento local e consumo de alimentos orgânicos, tradicionais, artesanais e, ainda, os produzidos localmente.

A *Rede Urgenci*⁶⁰ tem sido a principal expoente desse movimento ao propor a articulação de “cidadãos, pequenos agricultores, consumidores, ativistas e atores políticos envolvidos em conjunto a nível global, através de uma abordagem econômica alternativa chamada ‘parcerias locais’ de solidariedade entre produtores e consumidores” (www.urgenci.net/en-gb/content/network).

Integram a *Rede Urgenci*:

- Teikeis, no Japão (www.joaa.net/english/teikei.htm);

⁶⁰ O detalhamento dos principais grupos internacionais pode ser visualizado no Anexo II.

- CSA (Comunidade Sustentada pela Agricultura), no Reino Unido (www.soilassociation.org) e nos Estados Unidos (www.localharvest.org/csa/);
- Amap (Associação para a Preservação da Agricultura Camponesa), na França (www.reseau-amap.org/);
- Gasap (Grupos de Compra Solidária para a agricultura familiar de pequena escala), na Bélgica (www.gasap.be/?lang=fr);
- GAS (Grupos de Compra Solidária), na Itália (www.retegas.org/);
- ASC (Agricultura Sustentada pela Comunidade), no Canadá (www.equiterre.org);
- Reciproco (Relações de Cidadania), em Portugal.

As parcerias locais configuram-se como um princípio para a atuação da *Rede Urgenci*, sendo caracterizada pelo compromisso mútuo entre produtores e consumidores, como parte de uma abordagem que visa a realocização da economia, pautada pelo estabelecimento de vínculos de confiança e solidariedade. As parcerias envolvem “o compartilhamento dos riscos e dos benefícios da produção saudável” (www.urgenci.net/), o que significa que os consumidores efetuam pagamento antecipado da produção, tendo, portanto, um papel fundamental na sustentabilidade das comunidades e dos agricultores.

Inicialmente formada por um Comitê Internacional, em junho de 2006, a *Rede Urgenci* se institucionalizou e estabeleceu sede na cidade de Aubagne/França. No mesmo ano foram aprovados o estatuto e o regulamento interno, além de ter sido definido um programa de trabalho piloto. Sua estrutura atualmente conta com uma Secretaria Executiva, além do Comitê Internacional. Em 2008, os programas de trabalho foram reformulados, passando a incorporar os seguintes eixos temáticos: mobilização; formação; biodiversidade; acesso à terra; acordos/contratos; integração social; e consumo responsável. Além disso, novos objetivos têm sido pactuados, como o funcionamento baseado em um “sistema policêntrico”, que compreende a seguinte forma de organização: “cada um dos programas deve ser animado por um grupo de trabalho, coordenado por um mediador, membro do Comitê Internacional; cada grupo é independente e funciona de forma autônoma, considerando, sempre, os objetivos definidos. Dessa forma, cada grupo deve definir suas atividades e cronograma além de buscar meios para financiamento. O Comitê Internacional supervisiona os avanços dos

grupos de trabalho, observando a coerência das ações e garantindo o cumprimento dos objetivos gerais” (www.urgenci.net/).

Um dos principais projetos em curso no âmbito da *Rede Urgenci*, é o Projeto Urbano-Rural⁶¹, que tem como objetivo geral “gerar novos compromissos entre cidadãos e atores locais de zonas urbanas e rurais em territórios europeus”. Caracteriza-se por um projeto transnacional apoiado por agências de desenvolvimento portuguesas, francesas e espanholas, e cofinanciado pela União Europeia.

Desde 2004, antes mesmo da institucionalização da *Rede Urgenci*, foram realizados colóquios internacionais, onde foram pactuados os principais objetivos que norteiam o desenvolvimento de programas e a atuação dos grupos de trabalho. Pode-se dizer que foi a partir desses momentos que a *Rede Urgenci* foi se configurando, estabelecendo sua conformação e ampliando sua representatividade no cenário internacional. Além dos colóquios, foram realizados, entre 2012 e 2014, encontros internacionais em diferentes países. No geral, os encontros permitiram o refinamento metodológico, além de manter e garantir a animação e monitorar os resultados dos programas propostos, ações que, em muito, assemelham-se à caminhada brasileira na conformação da Rede Nacional de Grupos de Consumo Responsável.

Segundo Hitchman (2008), a diversidade de iniciativas, a heterogeneidade das formas de funcionamento e os variados contextos regionais e culturais apontam que “não existe receita ou uma única forma de abordagem”, sendo, entretanto, os elementos comuns e fatores que garantem a unidade das ações os seguintes: circuitos diretos, economia solidária e desenvolvimento local.

A incorporação, nesse trabalho, do histórico e das experiências internacionais atuais de cooperativas, redes, movimentos e grupos de consumo responsável, reunidos em diferentes contextos e épocas em torno de um “modelo alternativo” de produção, abastecimento e consumo, é motivada por um objetivo muito simples: demonstrar que diferentes processos sociais e inúmeras dinâmicas econômicas foram, e são, construídas por consumidores e organizações ao longo do tempo, como uma forma de contraposição ao modelo hegemônico do sistema agroalimentar, o que configura, como afirmado por

⁶¹ O Projeto é desenvolvido em zonas urbanas e rurais do sudoeste europeu, abrangendo a zona periurbana de Lisboa, o território rural próximo às vilas de Tarbes e Pau, na França, e o território rural de Aragón, próximo a Zaragoza, na Espanha. Tem como principais atividades: a formação e fomento à inovação e ao desenvolvimento; o desenvolvimento integrado de projetos pilotos de inserção social, consumo responsável e gestão do património cultural e natural (desenvolvidos em escolas locais); e a integração e reflexão de metodologias educativas. Os membros do projeto são as seguintes instituições: ADEMA (*Asociación para el Desarrollo de Maestrazgo/Espanha*); SEMADOUR/França e INDE (Intercooperação e Desenvolvimento/Portugal).

Friedmann (2003), uma disputa pela regulação do sistema agroalimentar, onde está em curso a exigência de mais democracia, mais transparência e mais direitos.

Ainda que possuam sistemas de governança próprios, essas experiências guardam a semelhança de terem o consumo e os consumidores como pilares centrais desses processos em curso.

Capítulo 3: Movimento de Integração Campo Cidade (MICC)

“Andar com fé eu vou
Que a fé não costuma faia”
(Gilberto Gil)

O interesse em estudar o Movimento de Integração Campo-Cidade (MICC) teve início em abril de 2014, durante a I Oficina de Práticas de Comercialização, promovida pelo Instituto Kairós em parceria com a Capina, no Rio de Janeiro/RJ, momento em que tive a oportunidade de realizar um trabalho de campo exploratório, por meio de uma conversa com o Sr. José Santana⁶², vice-presidente do movimento, presente na Oficina. Em 2015, estive em São Paulo/SP, entre os dias 01 e 06 de fevereiro onde foram aplicados questionários semiestruturados, com dois integrantes do MICC: (novamente) com o Sr. José Santana, e com outro gestor fundador, o Sr. Antônio Zanon; com cinco consumidoras do MICC: três frequentadoras da feira e duas envolvidas na dinâmica de recebimento e entrega dos Kits de alimentos; e, uma gestora do Kairós. Não foi aplicado questionário com os produtores envolvidos no MICC, uma vez que os objetivos desta pesquisa centravam-se na captação de dados e análise dos processos de governança, mercado e enraizamento do movimento, além da verificação da motivação dos consumidores para envolvimento nessa rede. A visita aos produtores não foi planejada como etapa da pesquisa de campo, embora tenha ocorrido, no último dia da mesma, por iniciativa e convite do Sr. Santana, uma visita ao assentamento da Fazenda Ipanema, em Iperó/SP, onde o MICC teve participação durante sua ocupação na década de 90. Durante a visita, conheci três famílias que participaram da ocupação e que, até hoje, residem na Fazenda. Em uma delas, a conversa foi gravada, com consentimento, e seus principais aspectos seguem descritos nesse Capítulo.

Todas as entrevistas foram gravadas eletronicamente, o que tornou possível obter o registro integral das falas dos participantes, por meio da transcrição, totalizando 9h de gravações e mais de 50 páginas transcritas.

A seguir, seguem os resultados da pesquisa de campo, sistematizados e discutidos a partir das categorias governança, mercado e enraizamento, tal como proposto por Roep e Wiskerke (2010). Optou-se por dar voz aos sujeitos desse processo

⁶² A conversa foi gravada com o consentimento do entrevistado e possui duração total de 1h e 33 min.

com a apresentação de trechos das falas que representam os acontecimentos e os processos que marcaram as articulações, a formação da estrutura e suas transformações, bem como a atualidade do MICC.

Vários são os aspectos que chamam a atenção acadêmica para o MICC, a começar por sua trajetória, iniciada no final da década de 80 como “Grupo de Apoio ao Campo” e suas articulações com a Rede de Apoio à Reforma Agrária (RARA). A questão central do MICC, naquele momento, estava ligada à luta pela reforma agrária, tendo como principal apoiador a Paróquia de Nossa Senhora do Carmo, situada na Zona Leste da cidade de São Paulo/SP. Após a primeira produção do Assentamento de Porto Feliz, outro desafio se apresentava: a comercialização dos alimentos produzidos. A decisão de levar os alimentos para serem vendidos, inicialmente, na própria Paróquia, enveredou o MICC para outros contextos: a articulação de consumidores urbanos, a ampliação dos canais de comercialização e a atualização da sua agenda, culminando com sua participação nas reuniões e Encontros Nacionais de GCR, viabilizados pelo Kairós, para a criação da Rede Nacional de Grupos de Consumo Responsável.

3.1 Governança - “A missa só começa quando você sai para fora da porta da Igreja”

Ao iniciar a entrevista, realizada na casa do Sr. Santana, com a presença do Sr. Antônio Zanon (ambos compõem a atual diretoria do MICC e integram o movimento desde as primeiras articulações), a primeira pergunta foi sobre o “início de tudo”. Segundo Sr. Zanon, antes mesmo das articulações de apoio à reforma agrária, existia na Vila Alpina uma organização de consumidores para compra coletiva de alimentos, visando o barateamento dos custos com alimentação:

Aqui em São Paulo formavam-se grupos coletivos de pessoas para compras coletivas. Inicialmente, o pessoal ia no CEASA e entrava no grupo pra sair mais barato [...], quando se tem pouco dinheiro o pessoal se junta para gastar menos e aproveitar mais o dinheiro. Então, começaram esses grupos, eles foram uma sementinha que foi lançada nessa linha [...], compravam em quantidade, comprava, uma caixa de pé de alface e distribuía. Começou em 86 com o trabalho assim, não tanto visando assentamentos ou coisa desse tipo [...], mas foram grupos que não vingaram, vamos dizer assim. Não foi muito longe (Sr. Zanon, em entrevista realizada pela autora em fevereiro de 2015).

O contexto de desenvolvimento e crescimento do bairro de Vila Alpina, localizado na Zona Leste de São Paulo, bem como a presença de alas progressistas da Igreja católica, que lutavam pela redemocratização no final dos anos 80 e início dos anos 90, ajuda a compreender o processo de articulação do MICC: alguns de seus principais atores eram operários nas cidades vizinhas, conhecidas como “ABC paulista” (Santo André, São Bernardo e São Caetano), envolvidos nas greves que marcaram o início dos anos 80, além de serem lideranças do bairro envolvidos na criação das Comunidades Eclesiais de Base, as CEBs.

A Vila Alpina era quase um parque dormitório. O pessoal começou a ocupar aqui, comprar terrenos pra ir trabalhar em São Caetano, porque tinha muitas firmas, principalmente dos Matarazzo. Então, tanto que a nossa praça tem até uma revolta com ela porque trocaram o nome dela. Era Flor do Morro. Por que Flor do Morro? Porque se você prestar atenção, isso aqui é um morro e você consegue ver tudo. Infelizmente, sem ninguém saber de nada, mudou o nome para Praça Melo Gaia. E o pior de tudo é que aqui que era a resistência da ditadura e Melo Gaia era um coronel da ditadura. E aí foi crescendo, crescendo e hoje tá isso aqui. É divisa com São Caetano (Sr. Santana, em entrevista realizada pela autora em fevereiro de 2015).

[...] e aí, o pessoal era envolvido com o movimento operário, sindicato e aqui era um centro de distribuição de alimentos e de resistência, né? Tudo isso sempre foi apoiado pelos padres, tanto que eu te contei antes que o padre batia lá em casa 4 horas da manhã e falava: “acorda, vamos parar uma fábrica” (Sr. Santana, em entrevista realizada pela autora em fevereiro de 2015).

Nessa força do tempo da ditadura, a CEB teve muita importância porque a politização do povo se fazia nas CEBs e algumas Igrejas, como, por exemplo, essa aqui. Tanto que a gente tinha quatro CEBs aqui (Sr. Santana, em entrevista realizada pela autora em fevereiro de 2015).

[...] e aí no tempo que começou a transformação era o tempo do Concílio Vaticano II, aí que a gente começou a ver, peraí: o que é religião? Ressuscitar Jesus Cristo? E o que ele vem fazer aqui? Dentro da Igreja ou é pra fora da Igreja? Aí a Igreja não pode só sentar e se fortalecer, mas a missão é pra fora. Tinha um padre que falava: “a missa só começa quando você sai pra fora da porta da Igreja” (Sr. Zanon, em entrevista realizada pela autora em fevereiro de 2015).

Então, aí que nós começamos a trabalhar na metalúrgica e a participar das greves, e com o sindicato. Isso naquela época, oitenta e poucos. Isso já foi bem antes, porque o Concílio Vaticano II começou lá em 1964. E aí com as Campanhas da Fraternidade teve muita influência na transformação nossa, que a gente viu essa questão. A Igreja somos nós e não o templo. Nós é que somos a Igreja, não é o templo (Sr. Santana, em entrevista realizada pela autora em fevereiro de 2015).

As nossas formações era a própria Igreja que dava. E aí depois eu fui pra São Bernardo e aí conhecemos mais gente, a liderança do Lula e fizemos muita greve juntos [...]. Éramos lideranças políticas na época e tinha vários movimentos contra a ditadura. Esses movimentos que estavam contra a ditadura estavam sempre apoiando (Sr. Santana, em entrevista realizada pela autora em fevereiro de 2015).

O envolvimento da Igreja nas questões sociais relaciona-se, sobretudo, ao processo de redemocratização do Brasil, período de grande efervescência social e política, iniciado em 1979. Seu apoio ao movimento grevista pode ser observado no documentário “ABC da greve”, de Leon Hirzman⁶³. As greves deflagradas pelos sindicatos das Indústrias Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico, em 1979, mobilizaram milhares de trabalhadores em plena ditadura militar. Nesse contexto, o papel da Igreja parece ter sido fundamental na garantia da mobilização dos trabalhadores, sobretudo, quando o governo militar determinou a intervenção federal e a destituição da diretoria do sindicato. Dessa forma, algumas Igrejas tornaram-se locais de encontro para realização de reuniões, além de pontos de distribuição de alimentos. Missas campais foram realizadas em apoio à greve, a exemplo da Missa do “1º de Maio Unitário”, que contou com a participação e o apoio de lideranças tanto da luta pela Anistia, quanto de outros sindicatos e categorias profissionais, além de artistas consagrados da época, como Elis Regina, Milton Nascimento e Vinicius de Moraes.

Os trabalhadores mantiveram-se mobilizados, pois a diretoria do sindicato, embora destituída, continuava realizando reuniões [...]. O salão paroquial da Igreja Matriz de São Bernardo do Campo passou a ser a sede da direção do movimento. Sem poder imprimir a Tribuna Metalúrgica, boletim oficial do sindicato, o ABCD Jornal, semanal que já existia em edição mensal, passou a circular frequentemente, com linha editorial fornecida pela Diretoria e com distribuição gratuita. Realizaram-se shows, torneios de futebol e várias outras atividades, com objetivo também de arrecadar fundos. O ato de 1º de Maio, ocorrido durante esse período, reuniu mais de 150 mil pessoas no Estádio de Vila Euclides (<http://www.abcdeluta.org.br/>).

Também na questão da terra, o apoio da Igreja é expresso no documento da 18ª Assembleia da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), realizada em Itaici/SP, em fevereiro de 1980, onde aponta:

Este documento está voltado para a problemática da posse da terra em nosso país. Não é um estudo sobre agricultura, nem sobre a questão técnica da

⁶³O documentário foi realizado durante as greves de trabalhadores das Indústrias Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano, em 1979. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2hhFk0cml6Y>. Acesso em 14 de março de 2015.

produção, mas sobre a questão social da propriedade fundiária. (Stédile, 2012, pág. 277)

Como encaminhamento, a Igreja chama seus fieis para a realização de “ações concretas que apoiem lavradores, para que esses reconquistem suas terras e trabalhem para produzir alimentos de que todos precisamos” (p. 278). O documento, após trazer uma análise conjuntural⁶⁴, aponta como principais problemas 1) a concentração de terras – “52,3% dos estabelecimentos rurais têm menos de 10 hectares e ocupam 2,8% de toda terra possuída; em contrapartida, 0,8% dos estabelecimentos têm mais de 1.000 hectares e ocupam 42,6% da área total” (p. 279); 2) o desenraizamento dos povos “que gera insegurança pelo rompimento dos vínculos sociais e perda dos pontos de referência culturais, sociais e religiosos” (p.283); 3) o atravessamento na comercialização – “em muitos produtos destinados ao consumo urbano, os setores comerciais intermediários costumam reter mais de 50% do preço final pago pelo consumidor” (p. 287); e 4) a transferência de renda da pequena agricultura, produtora da maior parte dos alimentos, para o grande capital.

O alimento considerado caro pelo consumidor urbano e que o produtor agrícola considera insuficientemente pago, beneficia outra categoria econômica. Na verdade, o custo dos alimentos consumidos pelo trabalhador urbano é caro em face do salário baixo por ele recebido (p.288).

Apoiando-se no documento da Constituição Pastoral do Concílio Vaticano II, apontam as reformas necessárias: aumentar remunerações; melhorar as condições de trabalho; distribuir as propriedades insuficientemente cultivadas; assegurar recursos e instrumentos; apoiar a educação e a organização cooperativista.

Por fim, a Assembleia da CNBB, conclama seus fieis a respeitar os direitos de quem trabalha na terra; assumir o compromisso de denunciar situações abertamente injustas; apoiar a organização dos trabalhadores; estimular a participação consciente e crítica dos trabalhadores nos sindicatos, associações e outras formas de organização; e apoiar todos os esforços do homem do campo por uma autêntica reforma agrária.

Nesse contexto, de “a Igreja é lá fora”, foi mobilizado o Grupo de Apoio ao Campo, que depois se articulou a outros grupos, organizados em outros bairros da cidade de São Paulo, e, mobilizados pela Igreja, foi constituída a Rede de Apoio à

⁶⁴ Para a análise da conjuntura o documento traz dados dos Censos Agrícolas de 1950 e 1960, além dos Censos Agropecuários de 1970 e 1975 e outros documentos elaborados pela própria Igreja, como os Boletins da Pastoral da Terra.

Reforma Agrária, RARA. Segundo consta na página do MICC, a finalidade da RARA era “visitar acampamentos e pequenos produtores rurais, discutir a reforma agrária e moradia”⁶⁵. A proposta era que os membros da rede vivessem uma “experiência do povo, junto com o povo”. Nesse contexto, ganhava relevância as ocupações de terra organizadas e mobilizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), tendo iniciado, então, a visita a algumas ocupações, para, principalmente, auxiliar com campanhas de doação de alimentos e lonas para barracas.

O Grupo de Apoio ao Campo sabia das agendas de ocupação do MST. Quando tinha os encontros em São Paulo, pediam pra gente alojar as pessoas na Vila Alpina. A Igreja era sempre procurada pra isso. Quando os padres e os bispos apareceram lá na Região Belém, resolvemos partir seriamente para o apoio à reforma agrária (Sr. Santana, em entrevista realizada pela autora em fevereiro de 2015).

A RARA era esparramada em outras regiões. Em 86, cerca de 20 pessoas iniciaram uma reunião na Vila Alpina com a Igreja São João Batista e articularam a luta. E o que faziam? Visitavam acampamentos rurais e pequenos produtores. E se discutia reforma agrária, desemprego, moradia e eleição (Sr. Santana, em entrevista realizada pela autora em fevereiro de 2015).

Em 1989, a Região Belém sentiu a necessidade de aprofundar a reflexão sobre os problemas que o homem do campo enfrentava e ofereceu um gesto concreto da Campanha da Fraternidade⁶⁶ para comprar um sistema de irrigação para o assentamento de Porto Feliz. Isso foi em 89, então foi a primeira ação concreta (Sr. Zanon, em entrevista realizada pela autora em fevereiro de 2015).

É interessante que nós começamos, numa reunião da Vila Alpina, a analisar e procurar formas de apoiar mais a reforma agrária. Queremos fazer algo a mais. Mas o que fazer? Já tínhamos, em 89, feito esse gesto concreto do projeto de irrigação, que é no sentido de apoiar o pessoal do campo. Mas tá bom, apoiar e daí? Eles vão produzir mais, e aí...? (Sr. Zanon, em entrevista realizada pela autora em fevereiro de 2015).

3.1.1 Início da comercialização – “Então esse era o objetivo: que o produtor ganhasse mais, mas que o consumidor pagasse menos”

Em 1989, com as visitas aos assentamentos da região e a identificação da dificuldade de escoamento dos alimentos produzidos, iniciam uma grande articulação,

⁶⁵ Disponível em <http://www.micc.org.br/>. Acesso em 05 de abril de 2014.

⁶⁶ A Campanha da Fraternidade de 1989 teve como lema “Comunicação para a verdade e a paz”, e como objetivo geral “despertar a consciência crítica do receptor no uso da mídia, como atitude interior necessária para a comunicação da verdade e da paz; conscientizar os receptores sobre seu papel de agentes de influência na orientação de programas nos meios de comunicação”. Disponível em <http://www.cnbb.org.br/campanhas-1/fraternidade/2173-historico-das-cfs>. Acesso em 02 de março de 2015.

com apoio da Igreja, para comercialização. Os primeiros são os assentamentos de Porto Feliz (localizado a 120 km da capital paulista) e Itapeva (a 290 km da capital paulista).

E a gente pensou bem, e agora? Eles têm produção, o que fazer? Nesse mesmo momento, aqui também tinha as festas dos padroeiros – São Lucas, São Pedro [...] Então o que nós decidimos era que na festa dos padroeiros se colocasse uma barraca específica da reforma agrária. Era obrigado a colocar uma barraca com o nome da reforma agrária. A finalidade das festas era fazer a divulgação disso e vender os produtos [...] Foi assim por alguns anos, uns três ou quatro anos (Sr. Zanon, em entrevista realizada pela autora em fevereiro de 2015).

A partir de Porto Feliz, a gente começa a ter contato com outros lugares, com Itapeva, Sumaré [...]. E Itapeva foi tão claro que a gente viu que tinha produto e não tinha escoamento. Eles produziam muito feijão e arroz também. Mas o problema maior era o feijão, que produzia muito. Então começamos a buscar feijão de Itapeva para vender aqui. Eram mais ou menos 30 toneladas cada vez. Quinhentos sacos de 60kg (Sr. Zanon, em entrevista realizada pela autora em fevereiro de 2015).

Aqui a Região Belém tem 64 Paróquias. Então a gente ligava, a equipe era eu, Santana, Elza, os padres [...]. O que a gente fazia: ligava pros padres e perguntava quantos sacos eles queriam e vendia tudo nas paróquias, era um trabalho bastante árduo [...], a gente pegava a “perua” e ia distribuir para as Paróquias a quantidade de sacos que eles tinham encomendado. Só que como vai vender 1kg de feijão? Você não tem balança nas Paróquias. Então o que a gente fazia, pegava uma garrafa PET e cortava uma medida que era correspondente a 1kg. Enchia, passava a régua e punha num saquinho de 1 ou 2kg e aí vendia assim, tudo improvisado. Mas saía muito mais barato pro pessoal aqui e muito melhor pra eles lá. Então esse era o objetivo, que o produtor ganhe mais, mas que o consumidor pague menos (Sr. Zanon, em entrevista realizada pela autora em fevereiro de 2015).

3.1.2 Ocupação da Fazenda de Ipanema, Iperó/SP – “E a gente tem consciência de que a reforma agrária só acontece por causa do povo da cidade. Se não houver essa conscientização da cidade, a reforma agrária não vai acontecer”

Durante a pesquisa de campo, visitamos o assentamento da fazenda Ipanema, localizada no município de Iperó. Saímos de São Paulo às 6h e chegamos a Iperó por volta das 8h. A história da fazenda data do século XVI, com o descobrimento do Brasil. Em 1589, em busca de ouro, fora descoberta uma “montanha de ferro”. No local seria então construída, em 1810, a Real Fábrica de Ferro de São João do Ipanema. Desde então, a fazenda, hoje ponto turístico, abrigou uma fábrica de armas brancas, além de ter sido sede do Centro Nacional de Engenharia Agrícola (CENEA), que realizou pesquisas agrárias e tecnológicas de desenvolvimento de aviação agrícola. Em 1992, ano da

ocupação do MST, foi criada a Floresta Nacional de Ipanema, por meio do Decreto nº 530, de 20 de maio de 1992. Atualmente, além das famílias assentadas, a fazenda é dividida com o Instituto Chico Mendes, do Ministério do Meio Ambiente, e a Marinha do Brasil⁶⁷.

Na ocasião da visita, tive a oportunidade de conhecer três famílias que participaram da ocupação da Fazenda de Ipanema (Figura 6) e, assentadas, residem até hoje na fazenda. Uma delas foi a família do Sr. Boaventura, liderança política do MST no momento da ocupação e, atualmente, presidente da COOPAS (Cooperativa de Produção Agropecuária da Agricultura Familiar São Jorge). Conversamos por cerca de 2h e, a partir de seus relatos, foi possível conhecer os detalhes do processo de mobilização para a ocupação, que se iniciou em 1990, tendo culminado em 16 de maio de 1992:

Em 89, nos aproximamos do pessoal da Pastoral Rural. Em 90, começamos a fazer os trabalhos nas comunidades. Em 91, tomamos uma decisão própria, de fazer acontecer o movimento – a mobilização na cidade, para a ocupação. Começamos em Campinas, fomos para Hortolândia, Sumaré, Indaiatuba. No final de 91, me indicaram para ser da Coordenação Estadual do MST. Mas o pessoal não queria deixar porque eu morava na cidade, o pessoal falava “o Boaventura é urbano”⁶⁸, nunca morou debaixo da lona”. Mas nós reunimos 700 famílias [...], mas aí começou a demorar, quando deu um ano e nós não tínhamos ocupado ainda, começou a diminuir as famílias. Quando ocupamos [Figura 6] tinha umas 500 famílias e quando saiu mesmo a terra em 96, 97, só tinham 250 famílias (Sr. Boaventura, em entrevista realizada pela autora em fevereiro de 2015).

⁶⁷ A fonte dos dados históricos da Fazenda Ipanema está disponível em <http://www.cidadedeipero.com.br/ipanema.html>. Acesso em 18 de março de 2015.

⁶⁸ A “virada do MST para os urbanos” é discutida por Neto (2013) em sua tese de doutorado e parece ser uma característica do MST de São Paulo: “nas primeiras fases de sua história, o MST tinha como base fundamentalmente as classes subalternas das áreas rurais (filhos de colonos, parceiros e arrendatários, agregados e assalariados temporários, expropriados de barragens e mesmo um significativo contingente de lumpen do campo). [...] Atualmente o público mobilizado para a luta pela reforma agrária vem sendo recrutado crescentemente entre desempregados, subempregados, moradores de rua, trabalhadores rurais que mantêm residência nas cidades e não no campo, dentre outros segmentos da população que provêm das áreas urbanas” (Neto, 2013, p. 14).

Figura 6: Ocupação da Fazenda de Ipanema (Iperó/SP) por integrante do MST, 1992



Fonte: <http://fazendaipanemaemfotos.blogspot.com.br/p/invasao-do-mst-na-fazenda-ipanema-em.html>
Consulta em 18 de março de 2015.

A participação da Igreja e da RARA nas ocupações foi a doação de alimentos e lonas para as barracas, bem como a sensibilização de fieis e outras pessoas para visitas ao assentamento e esclarecimentos sobre o processo da reforma agrária.

Eles foram assentar, mas sem nada. Então nós fizemos campanhas pra comprar lona pra eles, pra fazerem os barracos. Aí, como disse, tinha pouca gente. Então como fazer para conscientizar esse pessoal? Aí decidimos fazer, como gesto concreto daquele ano, uma visita ao assentamento [Figura 7]. Achamos que não ia encher um ônibus, mas lotamos dois e ainda sobrou gente (Sr. Santana, em entrevista realizada pela autora em fevereiro de 2015).

Um das pessoas que ajudava na mobilização, o Paulinho, que acabou virando o coordenador da campanha, arrecadou, vamos supor, 6 mil reais, que o dinheiro era outro naquela época, só falando de pessoa em pessoa. Falou com umas 100 pessoas explicando o que era. A importância desse movimento também era justamente essa. A gente fazia conscientização nesse sentido. Depois dessa visita com 80 pessoas que foram pra lá, as coisas começaram a melhorar e as campanhas que a gente fez depois já eram abraçadas com mais vigor. (Sr. Santana, em entrevista realizada pela autora em fevereiro de 2015).

O pessoal que vinha comprar e durante as missas também se falava do trabalho, o porquê dos sem-terra. Nessa época nós tínhamos a celebração, por exemplo, a Vila Alpina tinha três missas durante o dia. Então, eu era Ministro, o Zanon também, e aí a gente aproveitava e fazia formação política. Catequização social também. Mas os padres também. A gente deve muita coisa aos padres, principalmente da Vila Alpina (Sr. Santana, em entrevista realizada pela autora em fevereiro de 2015).

Figura 7: Visita do MICC à Iperó, 1993



Fonte: Acervo pessoal do Sr. Santana

Atualmente, cerca de 20 famílias do assentamento da fazenda de Ipanema fornecem alimentos orgânicos para o MICC [Figuras: 8, 9, 10], na forma de Kits, conforme será detalhado mais adiante. A importância da produção e do consumo de alimentos orgânicos parece significativa para as famílias assentadas, como pode ser observado na fala do Sr. Boaventura:

Naquela época, eu não tinha a mínima consciência do mal que o agrotóxico faz, mas eu achava que a gente tinha que produzir o alimento da gente, não ficar indo buscar no supermercado. Porque no supermercado quem tem dinheiro busca, e quem não tem? E a terra dá de graça pra gente. Mas agora, minha consciência é ainda mais avançada, porque o que adianta ter dinheiro, ir no supermercado e comprar um monte de alimento envenenado pra família comer? (Sr. Boaventura, em entrevista realizada pela autora em fevereiro de 2015).

Figura 8: Produção de abóbora orgânica em Iperó, propriedade do Sr. João



Fonte: Registros de Campo

Figura 9: Produção orgânica em Iperó, propriedade do Sr. Valdomiro



Fonte: Registros de Campo

Figura 10: Criação de porcos em Iperó, propriedade do Sr. Boaventura



Fonte: Registros de Campo

A “consciência mais avançada” de lideranças políticas do MST parece estar relacionada a uma atualização de agenda do movimento. Fundado em 1984, o MST pode ser considerado um dos mais tradicionais movimentos sociais do Brasil contemporâneo e o mais tradicional movimento de luta pela terra e pela reforma agrária⁶⁹. Percebe-se, olhando-se os temas dos Congressos Nacionais do MST, uma gradual ampliação da pauta: em 1985, o I Congresso teve como tema “Ocupação é a única solução”; em 1995, o III Congresso discutiu “Reforma agrária uma luta de todos”;

⁶⁹ Como consta na página do movimento, o MST se caracteriza como “herdeiro e continuador de lutas históricas”, apontando, dentre elas, a resistência coletiva dos quilombos (século XVII), a Guerra de Canudos (1896-1897), a Guerra do Contestado (1912-1916) e as Ligas Camponesas (1945-1964). Disponível em: <http://www.mst.org.br/node/7702>. Consulta em 08 de janeiro e 2015. Registra-se a fundação, em 1994, do MLST – Movimento de Libertação dos Sem Terra, movimento que pretende a reforma agrária e pode ser considerado dissidente do MST.

em 2014, o VI Congresso optou pelo tema “Lutar, construir uma reforma agrária popular”.

O projeto de “reforma agrária popular” ganhou fôlego a partir do V Congresso Nacional, em 2007⁷⁰, como parte de uma proposta de “Projeto Popular de Desenvolvimento Nacional”, que teve por objetivo “um amplo processo de mudanças na sociedade e, fundamentalmente, da alteração da atual estrutura de organização da produção e da relação do ser humano e natureza”.

No entanto, é notadamente durante o VI Congresso, realizado em Brasília em 2014, que o debate sobre a produção de alimentos “saudáveis”, considerados, de maneira geral, como aqueles sem agrotóxicos, e o tema da agroecologia e da importância do consumidor entram na pauta do MST. Assim, uma reforma agrária popular, ganha sentido: a preocupação com o alimento e com a forma de produzir; o trabalhador rural e sua família; e, a integração com a cidade. É possível notar, nas falas de lideranças do MST, o reconhecimento de um sistema agroalimentar financeirizado e a necessidade de uma “mudança ideológica”⁷¹:

Atualmente, a luta pela terra tem outra natureza. Aquele jeito de fazer a luta pela terra tendo o latifúndio como inimigo, que veio até os anos 2000, era um jeito de fazer luta, agora, toda ocupação, quem enfrenta nós não é o latifúndio, mas é o banqueiro, o setor financeiro, as transnacionais (Edgar Kolling, MST/RS, vídeo do VI Congresso Nacional MST, 2014).

Tu pode falar qualquer coisa de reforma agrária, que a reforma agrária é igual uma feijoada: sem feijão, não há feijoada, tu pode botar toucinho, louro, pode botar o que quiser [...]. A reforma agrária é a mesma coisa, tu pode botar o adjetivo que quiser, mas se não começar distribuindo o latifúndio, não é reforma agrária. Então, a essência da reforma agrária é começar repartindo a terra. Porém, não pode ficar só nisso. Agora, a reforma que nós defendemos tem que ser pautada por outros pilares além da terra, como por exemplo, a produção de alimentos saudáveis. Notem a mudança ideológica: durante o século XX os camponeses diziam: “eu quero terra para poder trabalhar”. Agora nós temos que dizer: “quero terra para produzir alimentos saudáveis para todo o povo”. É aí que adquire o caráter popular da nossa reforma agrária (João Pedro Stédile, MST/RS, vídeo do VI Congresso Nacional MST, 2014).

Nós estamos reiventando o jeito de fazer a luta. Porque antes era bem simples: ocupar, produzir, fazer a roça e alimentar os filhos. Agora a gente tá sabendo, experimentando, saboreando esse saber, essa consciência que é

⁷⁰ Disponível em: <http://base.d-p-h.info/pt/dossiers/dossier-1783.html>. Acesso em 07 de janeiro de 2015.

⁷¹ As falas foram extraídas do vídeo do VI Congresso Nacional do MST, realizado em Brasília em 2014, disponível na plataforma *Youtube*: <https://www.youtube.com/watch?v=mcPhrGPktJc&t=137>. Acesso em 07 de janeiro de 2015.

preciso ampliar nosso jeito de fazer a luta, pra educação, pra saúde, pra cidade, pro campo, pra fora do Brasil, e em temas que antes a gente nem imaginava que podia “prosear”, como, por exemplo, a agroecologia (Zumbi, MST/PR, vídeo do VI Congresso Nacional MST, 2014).

Ainda que o pilar da luta seja a terra, a inclusão de novas pautas, como a agroecologia, e de novos atores, como os consumidores urbanos, torna a agenda mais abrangente: ocupar, resistir, produzir alimentos saudáveis e alimentar o povo. Isso seria a realização da reforma agrária no seu sentido mais amplo, a chamada “reforma agrária popular”. Em outubro de 2014, uma das principais lideranças do MST, João Pedro Stédile, em entrevista ao jornal italiano *Fatto Quotidiano*, em decorrência do Encontro Mundial dos Movimentos Populares, realizado em Roma, ao ser questionado sobre a atualidade do MST, apontou⁷²:

A nossa ideia, no início, era a de realizar o sonho de todo agricultor do século XX: a terra para todos, bater o latifúndio. Mas o capitalismo mudou. A concentração da terra também significa concentração das tecnologias, da produção, das sementes. É inútil ocupar as terras se, depois, produzirem transgênicos. Não é mais suficiente repartir a terra, mas é preciso uma alimentação para todos, e uma alimentação sadia e de qualidade. Hoje visamos a uma reforma agrária integral, e a nossa luta diz respeito a todos. Por isso, é preciso uma ampla aliança com os operários, os consumidores e também com a Igreja (Stédile, 2014).

Na década de 90, a RARA dá lugar ao que passa a ser denominado Movimento de Integração Campo-Cidade, o MICC. Ainda que a mudança de denominação se associe também a uma possível ampliação da pauta, quando perguntado sobre a atual motivação do MICC, a resposta do Sr. Santana é enfática:

A reforma agrária justa. Essa foi sempre a motivação do MICC [...], que haja uma reforma agrária justa, que o Brasil não tem. É até hoje essa motivação e vai continuar sendo. Trabalhamos pra provar que a reforma agrária dá certo e que necessita da cidade. Sem o povo da cidade não tem reforma agrária (Sr. Santana, em entrevista realizada pela autora em fevereiro de 2015).

A mudança de denominação ocorreu em 1997 [Figura 11], com a realização de um concurso para escolha definitiva do nome e da identidade visual, realizado entre as Paróquias envolvidas nos processos de comercialização.

⁷² Disponível em: <http://www.conic.org.br/portal/noticias/1184-vaticano-movimentos-populares-e-entrevista-com-joao-pedro-stedile>. Acesso em 07 de janeiro de 2015.

O nome MICC já tinha sido antes, em 93 a gente já falava MICC. De 86 até 90, foi RARA e aí, de 90 pra cá, começou essa transformação até ficar definitivo o MICC. E a intenção era essa, de fazer refletir sobre campo e cidade. Era uma provocação, a gente achava que tinha que discutir isso [...]. Aí, mobilizamos as Paróquias, teve uns desenhistas e depois foi feito um concurso e foi enxugando, com votação, até chegar nesse [...]. Foi a Paróquia da Nossa Senhora das Graças, aqui da Vila Califórnia, que ganhou (Sr. Santana, em entrevista realizada pela autora em fevereiro de 2015).

Figura 11: Atual identidade visual do Movimento de Integração Campo-Cidade vencedora do concurso em 1997.



Fonte: <http://www.micc.org.br/>. Acesso em 07 de janeiro de 2015.

O início da comercialização e da articulação de consumidores urbanos coincide com a nova denominação do movimento – MICC. Ainda que se tenha tentado explorar essa questão (da mudança de nome e da relação com a mobilização de novos atores, os consumidores urbanos) nas entrevistas, as respostas remetem à reforma agrária, como visto acima, na fala do Sr. Santana. Mas para o MICC, o apoio do consumidor urbano, ou do “povo da cidade”, à reforma agrária tem relação direta com a aquisição dos alimentos produzidos nos assentamentos, ou seja, com o estabelecimento de frentes de comercialização ou novos mercados, e não mais com a doação de lonas, alimentos e outros itens, que caracterizava a atuação da RARA. Ainda que essa fala não tenha aparecido de forma direta nas entrevistas realizadas, a atualização do nome da entidade, de RARA para MICC, coincide com as novas atividades de comercialização, o que nos leva a supor que tenha relação com uma estratégia de melhor aceitação, tanto do movimento quanto dos alimentos comercializados, pelos consumidores urbanos.

Wilkinson (2000) destaca que a crise da reforma agrária nos anos 90 deu-se por não situar suas perspectivas dentro de uma visão dos desafios impostos pelas transformações em nível macro do sistema agroalimentar (sobretudo a integração com a cadeia de *commodities*). Estudos desenvolvidos nos anos 90, sobre a produção familiar no meio rural, identificaram uma crise na articulação da agroindústria com a produção familiar e focalizaram o potencial de reestruturação do setor informal, além de apontarem para a necessidade de estratégias autônomas – tanto para se manter nas

cadeias de *commodities* quanto para ocupar espaços nos novos mercados de nicho. A ocupação desses novos espaços de mercado pode ser uma possibilidade de justificar a mudança de denominação, de RARA para MICC, conforme visto acima. Para Wilkinson (2000), três constatações, a partir das transformações dos anos 90, modificaram os pressupostos do enfoque agroindustrial desenvolvido na década anterior: a) ação coletiva para aumentar a escala na produção agrícola e/ou baixar custos na logística para manter a competitividade nos principais mercados de *commodities*; b) a persistência de mercados locais e regionais, onde as vantagens de proximidade conferem competitividade à produção familiar, permitindo o desenvolvimento ou fortalecimento de atividades agroindustriais rurais em pequena escala; c) a inserção nos novos mercados, onde a qualidade é fortemente associada à produção em forma artesanal e à atividade familiar.

3.1.3 Estrutura do MICC

Em 2008, o MICC tornou-se uma associação sem fins lucrativos e teve seu estatuto aprovado, passando, formalmente, a denominar-se “Associação de Integração Campo Cidade”. Em 2013, foi iniciada a compra de um terreno para a instalação da sede, no bairro de Vila Alpina, que está ainda em processo de regularização. Percebendo o trabalho dos integrantes do movimento para garantir uma sede própria, bem como a “independência” da Igreja para a realização das atividades, perguntei, durante a pesquisa, se o MICC era tão forte e organizado quanto uma pastoral. O Sr. Santana responde:

Acho que até mais. Se for pensar na questão de respeito, de reconhecimento, sim, parece com uma pastoral. Mas o MICC é uma entidade e uma pastoral não é [...]. Inclusive, eu estou cuidando da papelada da escritura desse imóvel e foi acordado no movimento de colocar, no caso de venda, para dar preferência à região episcopal Belém. E no caso de extinção do MICC, de ir para uma entidade social também ligada à Região Episcopal. A gente teve diversas preocupações nesse caso, por exemplo, numa troca de Bispo da Igreja se um chegar e falar: “ah, eu não gosto disso aí”. E outra coisa, num futuro quem vai dirigir o MICC? Será que vai ter pessoas? E o que elas vão fazer do movimento? Então é uma garantia de não passar pra qualquer um (Sr. Santana, em entrevista realizada pela autora em fevereiro de 2015).

Nota-se, a partir da fala do Sr. Santana, que, ainda que uma preocupação com os rumos da Igreja e do próprio movimento esteja presente no atual cotidiano dos gestores

do MICC, há o desejo de que tanto os bens materiais quanto os processos sociais, econômicos e solidários construídos fiquem ligados a entidades sociais de caráter religioso. A preocupação se faz presente pois o MICC se considera frágil com relação às oscilações e possíveis mudanças de dirigentes da Igreja Católica, onde, diferentemente do contexto da década de 60 e 70 em que contava com apoio de Dom Evaristo Arns, hoje se torna mais frágil com a crescente criminalização dos movimentos sociais mais tradicionais, sobretudo o MST.

A estrutura organizacional do MICC é composta por cerca de 80 pessoas, entre associados e colaboradores, a maioria voluntária⁷³. Os associados, cerca de 30, são aqueles que manifestaram vontade de participar – para isso, basta fazer uma inscrição, podendo formar e compor chapa para diretoria e assumir o compromisso de participação em todas as assembleias, não podendo faltar a três assembleias consecutivas sem justificativa. Os colaboradores são aqueles envolvidos, de alguma forma, na dinâmica do movimento – divididos em equipes temáticas, responsabilizam-se pelo desenvolvimento das diversas atividades: organização e distribuição de Kits (como os “grupos de rua”, que será visto mais adiante), organização e divulgação da feira, elaboração de estratégias de comunicação, organização e promoção de cursos. Esses podem participar das assembleias, sem o compromisso da assiduidade, e não podem formar ou compor chapa para diretoria.

A diretoria é formada por Presidente, Vice-Presidente, Tesoureiro, Tesoureiro-Adjunto, Secretário e Secretário-Adjunto, além do Conselho Fiscal, formado por três associados. É eleita de forma direta e tem como período de gestão dois anos, podendo ser reconduzido, por igual período, uma única vez. No estatuto do MICC está prevista a realização de três assembleias ordinárias anuais, que são abertas à participação de consumidores, produtores, associados e colaboradores. Os preços são referendados pelas assembleias, tendo sido, no entanto, discutidos anteriormente pelo Conselho Fiscal, em reuniões específicas com os produtores:

Geralmente, quando é negociação de preço, a gente faz uma reunião específica, porque demora mais um e outro. Então, a gente faz assim põe o custo de produção, põe o quanto daria pra gente pagar e faz a pergunta do quanto vocês gostariam de ganhar. Aí a gente negocia esse preço e chega num consenso. Todo mundo fica satisfeito e o conselho também. Pra você ter uma ideia, essa última negociação, aquele Kit de R\$16,00, era pra ser

⁷³ Das 80 pessoas envolvidas no MICC, sete recebem uma ajuda de custo, que varia entre R\$300,00 e R\$ 600,00. Dentre elas, estão os motoristas e a responsável pela lojinha.

R\$15,00, mas os próprios consumidores resolveram pagar R\$16,00. Até porque, nós fizemos o cálculo de R\$15,00 que era para dar para o produtor e tirar a parte de sustentação do MICC, mas como o pessoal sabe que nós estamos com dificuldade de pagar o terreno, eles resolveram pagar R\$16,00 pra ajudar a gente (Sr. Santana, em entrevista realizada pela autora em fevereiro de 2015).

Uma característica que chama atenção no MICC é a faixa etária dos seus principais atores, a maioria acima de 50 anos. Esse quadro certamente relaciona-se ao histórico do movimento e à sua principal pauta que é a mobilização da cidade para a reforma agrária. No entanto, ao mesmo tempo em que essa questão aparece como uma “preocupação” é considerada, também, como uma forma de estabilidade para o movimento:

Infelizmente, a maioria da faixa etária não é de jovem. Essa é nossa grande preocupação. Porque não encontramos ainda um meio de envolver a juventude. Apesar da gente tentar muito, mas é muito difícil. Quando a juventude que a gente envolve às vezes são alguns estudantes interessados em alguma coisa de conhecimento, aí sim. Mas eles não ficam muito (Sr. Santana, em entrevista realizada pela autora em fevereiro de 2015).

Pode-se dizer que, mais recentemente, tanto a pauta quanto os discursos dos integrantes do MICC se ampliou e atualizou devido, sobretudo, à integração com o Instituto Kairós e com a pauta da constituição da Rede Nacional de Grupos de Consumo Responsável. Com essa integração, passa a figurar no cotidiano do movimento uma maior preocupação com a questão do consumo, da mobilização de seus consumidores e da produção e comercialização de alimentos orgânicos.

Foi uma surpresa pra gente esse negócio dos grupos de consumo. A gente tinha conhecimento, mas não sabia como que eram os grupos. Aí começamos a descobrir [...], inclusive hoje, a partir desses encontros que o Kairós faz, a gente tá pondo em prática muita coisa que pode aproveitar desses outros grupos. Então, não é só aquilo que a gente vê, tem muita coisa que dá pra gente aproveitar e mudar (Sr. Santana, em entrevista realizada pela autora em fevereiro de 2015).

Outro fato interessante é a projeção do MICC – um movimento que se inicia na década de 80, ou seja, com mais de 20 anos de atuação – em um contexto contemporâneo de valorização da produção e do produtor local, do encurtamento de cadeias agroalimentares e do consumo político. Todos esses elementos são mediados por estruturas estabelecidas pelos próprios consumidores que, apesar de terem diferentes

denominações (rede, grupo, coletivo e movimento, dentre outras) e processos históricos, têm como objetivo comum a aproximação entre produtores e consumidores. Um exemplo dessa ampliação e atualização da pauta do movimento pode ser observado na fala do Sr. Santana, quando relembra a ocasião em que foi convidado a dar uma palestra para estudantes da Universidade de São Paulo (USP):

Por exemplo, me chamaram uma vez pra eu dar uma palestra na USP. Eu falei: como que eu vou? Eu tenho o primário e fiz um curso técnico de inspeção de qualidade e como que eu vou dar uma palestra na USP? Aí, tudo bem, vou eu lá ver o que era. Cheguei lá, falaram de apresentação com umas 30 pessoas, doutor de não sei o que, doutor de não sei o que lá [...]. Eu pensei: meu Deus do céu onde eu vim parar? Ficamos duas horas lá e, sei lá, expliquei, contei do MICC e falei poxa vida, no começo pensei: o que eu tô fazendo aqui? Mas, no final foi bom (Sr. Santana, em entrevista realizada pela autora em fevereiro de 2015).

Um dos desafios atuais do MICC parece ser sua consolidação enquanto um movimento que “prega” a justiça alimentar, a partir de sua integração e participação em espaços contemporâneos de mobilização de diversos atores e aproximação entre consumidores e produtores para continuidade do apoio à reforma agrária. É interessante notar a estranheza e o desconforto que o convite para falar a jovens universitários causou ao Sr. Santana, como visto acima, assim como foi interessante perceber a “satisfação” do mesmo quando estabeleci os primeiros contatos para a realização desta pesquisa. Entre os gestores do MICC segue forte a noção de “ajuda” aos produtores, caracterizada pelos laços fortes de solidariedade construídos ao longo de 20 anos, ao passo que no âmbito da sociedade e dos estudos acadêmicos, dinâmicas como essas vêm ganhando cada vez mais espaço e sendo, cada vez mais, objeto de estudos⁷⁴.

⁷⁴ Registra-se as seguintes dissertações de mestrado, defendidas recentemente: Carneiro (2012): “Compras coletivas como politização e ambientalização do consumo: um estudo de caso da Rede Ecológica (RJ)”; Rêgo (2014): “A Natureza da comercialização na economia solidária: a contribuição dos Grupos de Consumo Responsável” e Cordeiro (2014): “Potencialidades e obstáculos à promoção de sistemas alimentares territorializados: estudo de caso sobre o papel dos circuitos curtos de comercialização de produtos agroecológicos em Florianópolis/SC, no período de 2007 a 2013”.

3.2 Mercado e Enraizamento – “Se o pequeno produtor que é quem deve fazer parte da reforma agrária não tem pra quem vender, o que ele vai fazer com a reforma agrária se ela for feita?”

A comercialização de alimentos pelo MICC teve início ainda em 89, com os primeiros apoios às ocupações em Porto Feliz e Itapeva. Em seguida, entre aos anos de 1992 e 1993, após a ocupação da fazenda Ipanema, em Iperó, por meio de um projeto junto à Paróquia de Vila Alpina, foram adquiridas sementes de melancia, o que acabou por incentivar a primeira horta no, ainda, acampamento de Iperó. Os alimentos eram levados até a Vila Alpina, onde eram comercializados em várias feirinhas, em diferentes Paróquias.

Entre 92 e 93, foi quando houve a primeira plantação de melancia em Iperó. Essa primeira plantação de melancia, foi porque a gente conseguiu um projetinho pra eles e eles ganharam as sementes e aí vieram para cá com caminhão pra vender nas Paróquias. Mas aí eles já estavam produzindo alface, cenoura [...] e faziam umas feirinhas na Vila Alpina, Vila Formosa em umas quatro Paróquias (Sr. Santana, em entrevista realizada pela autora em fevereiro de 2015).

A primeira roça saiu no primeiro ano. Ela alimentava mais de 200 famílias e era uma horta orgânica. No primeiro ano saiu alimento daqui; as melancias, nós colhemos muitas melancias, saía caminhões e caminhões. Nós plantamos milho, feijão, melancia, arroz, abóbora, mais de 100 alqueires (Sr. Boaventura, em entrevista realizada pela autora em fevereiro de 2015).

O conceito de enraizamento, segundo Roep e Wiskerke (2010), está relacionado à ideia de sistemas econômicos onde operam relações em rede que articulam outros significados, como os culturais e os sociais, além dos econômicos. Dessa forma, nesse tipo de arranjo, relacionam-se o local e o estabelecimento de regras próprias, que incluem conhecimentos, lógicas e valores específicos. De forma semelhante, o conceito de mercado vai além das estratégias de comercialização e passa a incorporar as dinâmicas específicas presentes em processos próprios, orientadas por tipos de consumidores. No caso do MICC, tanto os aspectos como os processos de enraizamento estão fortemente relacionados à estrutura de governança construída ao longo de mais de 20 anos. Nesse contexto, os elementos mais valorizados são os vínculos construídos com pequenos produtores locais, assentados (como no caso de Iperó) ou não (como no caso de Ibiúna), e o compromisso com os consumidores urbanos, os quais passam a ter na visão do MICC, uma centralidade na questão da luta pela reforma agrária.

É durante a década de 90 que os canais de comercialização do MICC se consolidam: além das feiras, é aberta a lojinha e são organizados os Kits de alimentos. Todas as ações de comercialização são articuladas a Igreja Nossa Senhora do Carmo, no bairro da Vila Alpina [Figura 12]. A feira e a lojinha funcionam em espaço cedido no estacionamento da Igreja, e parte dos Kits são entregues no mesmo espaço para os consumidores de bairros próximos e, depois, levados aos demais pontos de distribuição em outros bairros da Zona Leste. A presença da Igreja é, portanto, fundamental ao funcionamento do MICC:

É um movimento que nasceu dentro da Igreja e apoiado pela Igreja. E ainda temos esse apoio. Mas é um movimento independente. Mas, por exemplo, o que é ser independente? [...] É independente legalmente, mas na prática não é tão independente assim, funciona como um conjunto (Sr. Santana, em entrevista realizada pela autora em fevereiro de 2015).

Figura 12: Fachada da Igreja Nossa Senhora do Carmo, Vila Alpina, São Paulo



Fonte: Registros de campo

Mensalmente, são comercializadas, aproximadamente, 10 toneladas de alimentos fornecidos por 32 produtores, sendo 20 produtores do assentamento de Iperó e 12 produtores de Ibiúna, para cerca de 700 famílias. Os alimentos oferecidos são “da época”, respeitando as melhores condições aos produtores. A logística de distribuição acontece de duas formas: a APPRI (Associação dos Pequenos Produtores de Ibiúna) faz a entrega na Igreja de Vila Alpina semanalmente, ficando por conta do MICC a distribuição aos bairros de toda a Zona Leste. Já de Iperó, a logística é integralmente por conta do MICC que, com veículo próprio, retira os produtos no assentamento e depois

faz a distribuição pelos bairros e nas feirinhas (Diagnóstico Participativo do MICC, 2014⁷⁵). Sobre a questão da proximidade e da logística, segundo Sr. Santana:

Quanto mais próximo do consumidor, melhor pros dois: produtor e consumidor. Porque o transporte, a infraestrutura, a logística é muito cara. O que mata a gente é a logística. Nós temos uma grande dificuldade em Iperó, porque daqui até lá são 150 km e, se nós formos pegar até o ultimo produtor lá, são mais 60 km. Então, ida e volta dá mais de 400 km. Sendo mais perto, a qualidade chega melhor. Tudo isso tem influência. Quanto mais próximo é melhor (Sr. Santana, em entrevista realizada pela autora em fevereiro de 2015).

Ainda que se tenha como desafio a questão da logística, os arranjos em rede parecem ter grande potencial de multiplicação. A articulação regional pode ser, inclusive, uma forma de ampliar os canais e as estratégias de comercialização, bem como a mobilização de produtores e consumidores o que pode, por sua vez, auxiliar na otimização da logística. Esse cenário de multiplicação de arranjos atuando em redes, que experimentam novas práticas e negociam, a todo momento, novos valores econômicos, parece ser a maior contribuição do Kairós, ao mobilizar e integrar os Grupos de Consumo Responsável (GCR) e fomentar a criação da Rede Nacional de GCR.

Agora, por exemplo, esse trabalho que estamos fazendo com os pequenos agricultores de Araçoiaba da Serra, grupos de consumo com os pequenos produtores orgânicos de lá, a Prefeitura tá apoiando e nós fomos convidados a participar com eles pra ajudar, a ensinar, aprender, é sempre uma troca de experiências muito boa. Quanto mais ser regional, melhor. E aí que entra essa questão da troca e da parceria de produtos. Teve aqui esses dias a Lídia e o Carlos do grupo do ABC de São Bernardo⁷⁶, eles estão trazendo banana dos quilombolas lá do Vale do Ribeira e estão querendo fazer frango orgânico, mas o frango orgânico tem a questão do milho e como você faz? Então eles vieram procurar a gente pra ver se Iperó faz o milho pra eles, pra fazer essa troca, porque o milho tem que ser orgânico. Então, é muito interessante, e agora nós estamos em negociação pra ver se eles podem vender pra gente o palmito. Então, estamos negociando o que nós podemos mandar daqui pra pegar a banana e o palmito [...], aí o próprio caminhão já

⁷⁵ O material “Diagnóstico Participativo do MICC” foi elaborado pelo movimento em setembro de 2014, como parte dos Produtos a serem entregues ao Instituto Kairós, em decorrência da seleção do MICC como base de serviço da economia solidária, no âmbito do Edital de Chamada Pública SENAES/MTE n.º 004/2012.

⁷⁶ Grupo de Consumo Responsável – Consumo Consciente ABC, localizado na cidade de São Bernardo do Campo/SP.

faz a troca. Estamos fazendo vários intercâmbios (Sr. Santana, em entrevista realizada pela autora em fevereiro de 2015).

3.2.1 Feira e Lojinha

Atualmente a feira organizada pelo MICC [Figura 13 e 14] ocorre às quartas-feiras, no estacionamento da Igreja Nossa Senhora do Carmo, na Vila Alpina, com alimentos da APRI [Figura 15] que, no mesmo dia, realiza a entrega dos Kits. Durante a visita de campo pude observar a feira, que na verdade é pequena, com cerca de 12 variedades de verduras, e tem como público os moradores próximos à Igreja. Como será visto mais adiante, ainda que os alimentos da APRI não sejam orgânicos, os consumidores afirmam que dentre as principais motivações para irem à feira, uma delas é o fato dos alimentos serem “naturais”. Segundo Sr. Santana, novas feiras com alimentos orgânicos, vindos de Iperó, serão organizadas em 2015 na Vila Alpina e na Vila Carrão, além de terem outros “bairros esperando”, como a Vila Bela e o Jardim Independência.

Figura 13: Feira do MICC



Fonte: Registros de Campo

Figura 14: Sacola da “Feira da Reforma Agrária” para os alimentos adquiridos na feira do MICC



Fonte: Registros de Campo

Figura 15: Caminhão da Associação de Pequenos Produtores de Ibiúna (APRI)



Fonte: Registros de Campo

Figura 16: Caminhão do MICC



Fonte: Registros de Campo

A lojinha [Figura 17], em funcionamento há mais de 10 anos, está localizada no mesmo local da feira e funciona de segunda à sexta-feira, em horários variados: segunda-feira, das 14h às 18h (“para aproveitar a presença dos fieis que vão à missa das 15h”) e nos demais dias, de 8h às 12h. Os alimentos comercializados têm características diferenciadas e não vêm de pequenos produtores – na sua maioria são adquiridos em atacadistas. Por isso são encontrados grãos, ervas para chás e temperos, suco de uva integral, farelos, vinagre, sabonetes e produtos chamados de “naturais” [Figura 18]. Também podem ser encontrados mel e multimistura⁷⁷ – que são os alimentos mais vendidos, sendo, a multimistura, produzida pelos próprios integrantes do MICC, na cozinha comunitária da Igreja.

A equipe vai no atacadista, que tem as lojas que só vendem produtos naturais, sem agrotóxico, compra os produtos necessários [...] e depois vende. Compra, por exemplo, 2 Kg de Castanha do Pará e aqui a gente faz saquinhos de 50 e 100 gramas e coloca uma margem de 20% em cima para poder manter a loja. E tem outros produtos, são coisas mais nessa linha do natural (Sr. Santana, em entrevista realizada pela autora em fevereiro de 2015).

⁷⁷ A multimistura data da década de 70, quando Clara Brandão, para enfrentar a desnutrição no Norte do país, onde residia e desenvolvia seus trabalhos como médica, elaborou uma preparação enriquecida com um concentrado de minerais e vitaminas (farelos de arroz, trigo e/ou milho; pó de folhas verdes escuras, pó de sementes de abóbora e melancia e pó de casca de ovo), que deveria ser utilizado como suplemento alimentar natural. Diante de resultados que impactaram positivamente a redução da desnutrição, a multimistura foi amplamente difundida, sendo considerada hoje, uma tecnologia social. Um dos principais parceiros na divulgação da multimistura é a Pastoral da Criança, instituição ligada à Igreja Católica, que adotou oficialmente a recomendação de sua utilização, em seu programa de Acompanhamento Nutricional de crianças e adolescentes. Cabe apontar, entretanto, que o Conselho Federal de Nutricionistas divulgou nota afirmando que a multimistura não poderia ser prescrita nem recomendada pelo nutricionista, pois a comprovação científica da eficácia não foi verificada. Em 2005, a ANVISA publicou a RDC nº. 263 obrigando a disponibilização nos rótulos (de multimistura) as seguintes informações: “O Ministério da Saúde adverte: não existem evidências científicas de que este produto previne, trate ou cure doenças” e, ainda, “é vedada a indicação do produto para suprir deficiências nutricionais”. Fontes: http://www.cfn.org.br/novosite/arquivos/posicao_sobre_multimistura.pdf e www.multmistura.org.br. Acesso em 14/08/2015.

Figura 17: Lojinha do MICC



Fonte: Registros de Campo

Figura 18: Produtos da lojinha





Fonte: Registros de Campo

3.2.2 Kits de alimentos

Os Kits de alimentos são a principal forma de comercialização do MICC, atingindo cerca de 700 a 800 famílias e uma média de 2 mil Kits por mês. São dois tipos de Kits: o da APRI (Ibiúna) – que envolve 12 famílias produtoras e não é orgânico (chamado pelos gestores do MICC de “Kit convencional”); e o de Iperó – que envolve 20 famílias produtoras e é orgânico.

O Kit da APRI teve início em 1993 e atualmente conta com uma estrutura bastante consolidada – “nunca chegou faltar uma semana” (Sr. Santana) – é composto por 8 tipos de verduras e legumes e tem o custo de R\$ 14,00. Já o Kit de Iperó teve início no final de 2014 e, atualmente, encontra-se em fase de ajustes e adequações (as feiras, realizadas nas Paróquias, eram os principais canais de comercialização dos alimentos de Iperó); é composto por duas opções: o Kit com 10 tipos de verduras e legumes e 1 fruta, ao custo de R\$ 16,00; e o Kit com 10 tipos de verduras e legumes e 3 frutas, ao custo de R\$ 24,00.

Durante a pesquisa de campo, acompanhei a entrega dos Kits de Ibiúna (convencional) e ouvi relatos do tipo: “não queremos mais aqueles Kits que estão com o Sr. Santana”; “muita gente deixou de pedir, porque aquele outro Kit não era bom, se voltar esse Kit aqui as pessoas vão voltar”; e, ainda, “preferimos o Kit convencional”. O outro Kit ao qual as pessoas se referiam era o de Iperó, com os alimentos orgânicos, conhecido como “Kit do Sr. Santana”. Esta referência deve-se ao fato de que o Sr. Santana, desde o final de 2014, havia se responsabilizado pela implementação dessa nova dinâmica. Como apontado acima, os produtores de Iperó já estavam com a comercialização consolidada nas feiras e o Kit, nesse contexto, passou a representar um novo canal de comercialização, o que, por sua vez, exige novas dinâmicas organizacionais que, pelo que foi notado, ainda não estavam em pleno funcionamento.

Esse contexto carece de maior detalhamento: o Sr. Santana é o representante do MICC que participa das atividades promovidas pelo Kairós e que está, portanto, em contato com os outros grupos e com as discussões atuais; o assentamento de Iperó tem um significado histórico para o MICC, que participou da ocupação da fazenda em 1992. Esses dois elementos sugerem uma tentativa do MICC de dinamização dos processos de mercado. Dessa forma, o estabelecimento do Kit de alimentos orgânicos dialoga com uma importante pauta dos GCR (ainda que controversa⁷⁸), o consumo de alimentos orgânicos, além de preservar e consolidar o vínculo do MICC com os assentados e com a pauta de reforma agrária, um de seus principais objetivos.

A pauta dos alimentos orgânicos e, mais recentemente, dos alimentos agroecológicos, ganha novas repercussões na sociedade e cada vez mais consumidores, apresentando, no entanto, também, novos desafios – tanto para os produtores, no que diz respeito à (re)organização da produção, quanto para os consumidores, que precisam se adaptar a novas características físicas dos alimentos (como o tamanho menor, por exemplo) e a novos hábitos alimentares (como a compreensão acerca da sazonalidade).

Ao MICC parece haver um novo desafio para ampliação de seu mercado, com a implementação do Kit de orgânicos: um amplo processo de negociação entre os produtores de Iperó e os consumidores, além de uma construção coletiva envolvendo tanto o aprimoramento da organização dos produtores do assentamento quanto o estabelecimento de novos paradigmas pelos consumidores.

A qualidade e a certificação dos alimentos são outros dois elementos presentes no cotidiano do MICC, bem como nos demais GCR. No geral, não são exigidas certificações formais; ao contrário, são adotadas dinâmicas e práticas próprias de verificação da qualidade da produção, do tipo “nós somos o certificador – o produtor e o consumidor”, como pode ser observado abaixo:

Então, lá em Iperó tem esses três casos, o convencional, a transição e o orgânico. Mas sem selo. O selo, na verdade é assim: tem aquele que você paga 10 mil reais e o cara te dá o selo e tem aquele que a gente trabalha. Nós somos o certificador, o produtor e o consumidor. Então vamos nas roças para fiscalizar o produtor. O próprio produtor vai fiscalizando outro e o próprio consumidor vai lá na roça verificar. Então essa é a parceria que a gente faz e não estamos muito interessados no certificado, nós estamos mais

⁷⁸ A pauta da comercialização e do consumo de alimentos orgânicos pelos GCR é controversa, sobretudo porque não é unânime. Para alguns grupos, a centralidade das estratégias de comercialização (e de diferenciação) está nos alimentos orgânicos, enquanto para outros, a centralidade está na proximidade da produção e na pequena agricultura familiar, independentemente de serem orgânicos.

interessados na garantia do produto sem agrotóxico, na parceria (Sr. Santana, em entrevista realizada pela autora em fevereiro de 2015. Grifo da autora).

Mascarenhas (2007) aponta que a certificação tem sido uma exigência crescente para o acesso diferenciado aos mercados, de maneira geral, e, sobretudo ao mercado do Comércio Justo. Esse cenário, por sua vez, vem trazendo dificuldades devido à, por um lado, possibilidade de elevar os custos e, por outro, ao aumento da burocracia e da intervenção de atores externos, principalmente nos sistemas de garantia de terceira parte (p.119). De acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2008), os mecanismos de controle para a garantia da qualidade orgânica no Brasil são organizados em três frentes, formando o Sistema Brasileiro de Avaliação e Conformidade Orgânica (SisOrg):

- Certificação – comumente realizada por empresas privadas que realizam visitas de auditoria e inspeção nas unidades produtivas, podendo incluir análises laboratoriais;
- Sistemas Participativos de Garantia – caracterizam-se pelo controle social dos processos de garantia da qualidade e devem envolver produtores (e outros intermediários como distribuidores e comerciantes, dentre outros) e consumidores (podendo envolver ONGs e sindicatos, dentre outros), organizados em uma estrutura de mediação, e o Organismo Participativo de Avaliação de Conformidade (OPAC)⁷⁹. As visitas nas unidades produtivas são realizadas por uma Comissão de Avaliação, que, após parecer favorável, emite o Atestado de Conformidade Orgânica;
- Controle Social para Venda Direta sem Certificação – estruturada a partir de uma Organização de Controle Social (OCS), composta por associações, grupos e cooperativas de agricultores familiares, com ou sem personalidade jurídica. A OCS precisa, por sua vez, se cadastrar em um órgão fiscalizador do MAPA – a Superintendência Federal da Agricultura – para ter validade sua atuação, a partir da emissão da Declaração de Cadastro.

Santos (2003 *apud* Mascarenhas, 2007) reforça a lista dos limites dos sistemas de certificação de terceira parte para o contexto da produção familiar brasileira: extensa

⁷⁹ A experiência de constituição da Rede Ecovida como uma OPAC pode ser encontrada em Mascarenhas (2007).

e complexa documentação; dificuldade de adaptação às diferentes situações e perfis da agricultura familiar; sobrevalorização dos inspetores em detrimento dos produtores e suas redes; elevados custos, que, por sua vez, encarecem os produtos e consequentemente os restringe aos consumidores mais economicamente favorecidos; maior ênfase nos produtos e insumos do que nos processos de produção, no caso da certificação orgânica, levando a uma visão parcial da propriedade, na qual a sua dimensão ecológica total não é adequadamente considerada; modelos centralizados, com baixo dinamismo e reduzida adaptação a diferentes contextos socioeconômicos e culturais; ênfase nos aspectos técnicos e ambientais da produção em detrimento das dimensões social e ética; desconfiança, menor controle social e possibilidade de fraudes, já que a presença eventual do inspetor não garante a conformidade da produção; orientação para o mercado *mainstream*, com foco em preços diferenciados e acesso a mercado e, portanto, com baixo enraizamento em grupos sociais e em contextos locais (p.121).

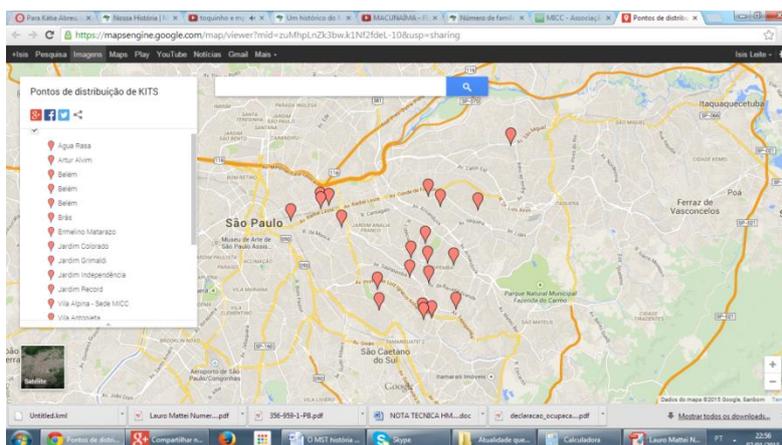
São, certamente, esses limites que fazem com que os gestores do MICC não estejam interessados no “selo”, mas sim na garantia do produto sem agrotóxico e na parceria com os produtores, como visto acima. A fala do Sr. Santana dá exatamente a dimensão do que é o processo de enraizamento, no contexto dos mercados sociais de aproximação produtor-consumidor, no qual as redes alimentares alternativas estão envolvidas. Como visto, um dos principais aspectos do enraizamento é a construção da noção de qualidade e da realocação do alimento que volta a ter “um lugar”. Nesse sentido, o mais importante, para o MICC, é a parceria e os vínculos solidários construídos tanto com os produtores, mas também com os consumidores. Como será visto mais adiante em uma das falas das consumidoras entrevistadas, há confiança nos produtores, no MICC e na qualidade dos alimentos comercializados.

Para ilustrar esse processo, Cassol e Schneider (2015), citando David Goodman, Dupuis e Michael Goodman, apontam a diferenciação entre os alimentos localizados e os alimentos locais: os primeiros (alimentos localizados) seriam aqueles nos quais selos de origem e procedência são imputados para o reconhecimento da qualidade atribuída aos produtos. Nesses casos, o objetivo buscado, geralmente, é um aumento de escala, fazendo com que esses produtos passem a ser consumidos não mais em nível local, mas em nível regional e internacional; já os segundos (alimentos locais) seriam caracterizados por redes de produtores e consumidores locais, que podem ou não possuir selos de origem ou procedência. Nessas redes, os processos de trocas

localizadas e personalizadas permitiriam um engajamento ético e político, além do estabelecimento de relações mais igualitárias entre produtores e consumidores. É nessa segunda caracterização que o MICC se insere. Ao adquirir o Kit de Ibiúna – que não é orgânico, mas “sustenta” o movimento, e o Kit de Iperó – que é orgânico, mas carece de maior organização e acompanhamento, o MICC reafirma sua “missão”: para além de alimentos orgânicos certificados, um alimento de qualidade é aquele produzido localmente, por produtores que possuem uma história e um compromisso com o movimento, com os consumidores e com a reforma agrária.

Para a distribuição dos Kits, o MICC organiza dois grupos, chamados de grupo “A” e grupo “B”, que recebem quinzenalmente os alimentos: “como não dá para trazer tudo em um dia só, nós fomos obrigados a dividir em dois grupos; então a gente recebe quinzenalmente e intercala o fornecimento” (Sr. Santana, em entrevista). Ao todo, são 21 núcleos [Figuras 18, 19 e 20], localizados em 16 bairros da Zona Leste de São Paulo: Água Rasa, Artur Alvim, Belém (03 pontos), Brás, Ermelindo Matarazo, Jardim Colorado, Jardim Grimaldi, Jardim Independência, Jardim Record, Vila Alpina, Vila Antonieta, Vila Carrão, Vila Ema, Vila Formosa, Vila Industrial (03 pontos), Vila Matilde (02 pontos).

Figura 19: Pontos de distribuição dos Kits de Alimentos



Fonte: <http://www.micc.org.br/#!/mapeamento/cp09>

Figura 20: Kits de alimentos de Ibiúna



Fonte: Registros de Campo

Figura 21: Itens do Kit de Ibiúna, grupo B, em 04 de fevereiro de 2015



Fonte: Registros de Campo

Os núcleos são espaços cedidos, coordenados por um associado ou colaborador. Durante a pesquisa de campo, acompanhei a distribuição de Kits do grupo “B” e conheci três diferentes tipos de núcleos: Unidade de Saúde, no bairro Ermelindo Matarazzo, onde foram entregues 15 Kits; grupo de rua, na residência de uma das consumidoras, no bairro Vila Matilde, onde foram entregues 30 Kits; e o núcleo da Igreja Messiânica, em Vila Carrão, onde foram entregues 55 kits. Para a formação de um núcleo, basta a mobilização de no mínimo, 10 pessoas:

(...) mas pode entregar se ela formar um grupo de 10 pessoas. Mas tem que ter uma comunidade. O que é uma comunidade para nós? Comunidade, para nós aqui, pode ser uma Unidade Básica de Saúde, pode ser uma Igreja Evangélica, pode ser uma Igreja Messiânica, Católica, ou pode ser um grupo de rua que alguém assume (...). Os grupos de rua funcionam assim, vamos supor, tem um quarteirão e eu visito as casas e falo: “olha, você está interessado numa cesta assim, assim, assado?”. Então forma-se o grupo e uma das pessoas abre a casa pra receber. Essa pessoa recebe, coordena e

distribui. Comunidade pra gente é isso, então, um agrupamento (Sr. Santana, em entrevista realizada pela autora em fevereiro de 2015).

Os pedidos são atualizados toda segunda feira, por cada responsável pelo núcleo, comumente em um caderno de anotações [Figura 22]. As informações são repassadas à Josefa, responsável do MICC que coordena todos os pedidos dos núcleos e a encomenda junto aos produtores, para entrega na quarta-feira.

Figura 22: Controle de distribuição dos Kits da Vila Alpina

The image shows two pages of a spiral-bound notebook. The left page is titled 'KIT dia 19/01/15' and lists names in a column, with some names crossed out. The right page is titled 'KIT dia 20/01/15' and also lists names in a column, with some names crossed out. The handwriting is in blue ink on lined paper.

Fonte: Registros de campo

O consumidor que quiser se integrar ao MICC para a compra do Kit de alimentos precisa apenas manifestar interesse e se cadastrar junto ao responsável pelo núcleo. Não há critérios estabelecidos quanto ao tipo de participação ou compromisso formal para ingresso, assim como não há limite mínimo nem máximo, para aquisição dos Kits. A página na internet, as reuniões nas Paróquias, a participação de integrantes do MICC em espaços públicos (como no conselho da subprefeitura) e o “boca a boca” são as principais formas de mobilização de novos consumidores:

Bom, hoje nós temos o site e vêm muitas perguntas por lá. Nós temos ainda as Igrejas, que os padres levam ou alguém que já participa, e a informação dos Kits para as reuniões. Por exemplo, na região de Belém, tem uma reunião mensal e que é de todos os padres, e cada Paróquia tem o seu conselho e o representante dos conselhos. Aí eles levam a notícia que vai se esparramando. Hoje tem também a Prefeitura que tá ajudando bastante, como, por exemplo, chegamos nas unidades de saúde graças à Prefeitura (Sr. Santana, em entrevista realizada pela autora em fevereiro de 2015).

Uma das principais motivações ao escolher estudar o MICC estava relacionada à hipótese de que este movimento mobilizava classes populares para o consumo de

alimentos orgânicos. No entanto, com a observação, coleta dos dados de campo e análise de seu principal canal de comercialização, os Kits, essa hipótese não foi confirmada, pois a principal articulação entre produtores e consumidores, pelo menos por enquanto, se dá com o Kit de Ibiúna, cujos alimentos não são orgânicos. Em relação à mobilização de consumidores pertencentes à classe popular, pode-se dizer que, ainda que não tenha sido realizada uma análise sociodemográfica, principalmente da renda, tanto as características dos consumidores mobilizados, como o local de moradia e o grau de instrução, bem como o próprio contexto histórico do MICC e o preço do Kit (R\$14,00), fornecem pistas com as quais podemos considerar que, majoritariamente, os consumidores dos alimentos comercializados pelo MICC são pertencentes às classes populares, como será visto adiante.

3.3 Consumidores – “A grande maioria é de baixa renda, mas a gente não exclui ninguém, nem classe, nem religião, nem raça”

Buscando compreender melhor as características dos consumidores do MICC e os processos envolvidos na mobilização desses atores, foi possível identificar que, para o MICC, o trabalho com as chamadas classes populares é o que mantém o movimento há mais de 20 anos:

A classe popular é o que sustenta o grupo, a grande maioria é de baixa renda, mas a gente não exclui ninguém, nem classe, nem religião, nem raça, mas o principal começa com o grau de escolaridade, até a questão salarial. As pessoas que a gente trabalha têm essa dificuldade, em ter o alimento na mesa [...], então o consumidor é uma pessoa que precisa ser conscientizada, mas que também precisa comer. Quem vai garantir a produção na roça é essa população de baixa renda. Uma das sobrevivências do MICC é essa. Uma não, eu acho que é a principal (Sr. Santana, em entrevista realizada pela autora em fevereiro de 2015).

A forma de caracterizar os consumidores do MICC como “populares”, ou “de baixa renda” é decorrente da fala dos próprios gestores do MICC, como observado acima. Durante a pesquisa de campo, foi perguntado sobre a renda familiar das consumidoras entrevistadas⁸⁰, bem como o número de pessoas residentes no domicílio, chegando ao seguinte resultado:

Consumidoras da feira:

⁸⁰ A fim de preservar a identidade das consumidoras entrevistadas, os nomes verdadeiros foram trocados por nomes fictícios inventados pela pesquisadora.

- Cândida: renda R\$ 2.055,00, 2 pessoas residentes no domicílio;
- Dora: renda R\$ 1.235,00, com 2 pessoas residentes;
- Vitória: renda R\$ 1.235,00, 4 pessoas residentes no domicílio.

Consumidoras do Kit:

- Carmem: renda R\$ 2.055,00, 4 pessoas residentes no domicílio;
- Augusta: renda R\$ 2.055,00, 3 pessoas residentes no domicílio.

A renda familiar média das consumidoras foi, portanto, de R\$ 1.727,00, com média de 03 residentes por domicílio, ou seja, uma renda familiar per capita média de R\$ 575,66. Para situar a faixa de renda das consumidoras entrevistadas, foi utilizado o parâmetro de renda dos programas sociais do Governo Federal, o Cadastro Único (CadÚnico), regulamentado pelo Decreto nº 6.135, de 2007, o qual prevê que uma família de baixa renda é aquela com “renda familiar mensal per capita de até meio salário mínimo”⁸¹ (Art. 4º), ou seja, de R\$394,00. Ainda que não se possa definir um perfil homogêneo dos consumidores do MICC, cabe apontar, a partir das informações levantadas, que os mesmos não fazem parte do público alvo prioritário dos programas sociais federais. No entanto, considerando as características da região onde o MICC atua – Zona Leste de São Paulo, e, ainda, outros elementos sociais, como o custo de vida na cidade de São Paulo, é razoável afirmar que o MICC mobiliza consumidores pertencentes a uma camada popular.

Ainda que o MICC não tenha critérios específicos ou instrumentos e dinâmicas participativas estabelecidas, a manutenção de três canais de comercialização tem por objetivo agregar o maior número e perfil de consumidores possíveis:

Tem sempre a preocupação de quanto o produtor tem que ganhar, mas e [a questão] o quanto o consumidor pode pagar? E nós, o que podemos fazer? Aí a gente vê: para muitas pessoas, o Kit ou é muito ou é pouco. Então, precisa ter outra opção. E outra: além de trabalhar com a classe baixa, tem muita gente que não tinha condições de comprar um Kit. E a gente pensou: “por não ter essa condição, ele vai ficar discriminado?”. Então, se tem a feirinha e ele pode ir lá e comprar um ou dois produtos, ele compra aquilo que o dinheiro dá. É essa uma das preocupações do MICC. Eu acho que a gente não pode pensar só de um lado, né?! (Sr. Santana, em entrevista realizada pela autora em fevereiro de 2015).

⁸¹ O valor do salário mínimo no Brasil, em 2015, é de R\$ 788,00. Fonte: <http://www.salariominimo2015.net.br/>. Consulta em 13 de março de 2015.

Diferentemente da Rede Ecológica, que possui obrigatoriedade mínima de participação⁸², limite máximo de integrantes por núcleo e limites máximos de compras, o MICC pode ser caracterizado como uma rede de multiplicação espontânea, uma vez que não existem instrumentos ou compromissos formais de participação e não existem limites para a aquisição de Kits pelos consumidores. Novos grupos são formados espontaneamente⁸³, por exemplo, em locais de trabalho, fazendo com que os consumidores envolvidos nessa dinâmica fiquem mais afastados do “núcleo central” do movimento. Na fala dos gestores do movimento, a preocupação com a “conscientização” está presente; no entanto, como será visto mais adiante, das 5 consumidoras entrevistadas, a maioria não conhece o MICC, ainda que sejam consumidoras dos Kits, organizados pela sistemática dos núcleos. Esse quadro é comprovado pelo diagnóstico participativo realizado pelo MICC em parceria com o Instituto Kairós⁸⁴. A realização do diagnóstico é um dos produtos a serem entregues pelo Kairós no âmbito do Edital nº 004/2012, da Secretaria Nacional de Economia Solidária, que, além de financiar a realização de alguns encontros nacionais dos GCR, está financiando algumas ações junto a grupos específicos, dentre eles o MICC, denominados “Bases de Serviços da Economia Solidária”, como visto no Capítulo anterior.

Nós não somos um grupo de comercialização. A gente quer ser um grupo que conscientiza as pessoas. Então não se começa um grupo sem antes a gente ir com as pessoas que vão participar e mostrar o que é o movimento [...].Vamos explicar para que a pessoa não pense que o MICC é comerciante. A gente não é um intermediário e nem sempre o pessoal acredita que nós fazemos isso voluntariamente. É muito além. Como eu disse antes, o primeiro ponto é o apoio à reforma agrária. Então apoiamos o produtor e

⁸² Segundo Carneiro (2012), a Rede Ecológica exige de seus membros as seguintes formas de participação: a) cada consumidor associado deve trabalhar voluntariamente 6 horas anuais, o que significa participar de um mutirão (separação dos produtos por núcleo) ou auxiliar o responsável do seu núcleo no dia da entrega mensal (produtos secos); b) participar de uma das comissões existentes pelo período mínimo de três meses por ano; c) quando não for possível trabalhar voluntariamente em nenhuma dessas atividades propostas, o consumidor pode combinar, junto ao seu núcleo, uma forma alternativa de participação e contribuição.

⁸³ Esses grupos são considerados movimentos espontâneos, diferentes e independentes dos núcleos. Enquanto os núcleos são acompanhados pelo MICC, e contam com uma estrutura onde existe a figura do colaborador/coordenador, responsável pelos pedidos, entrega dos Kits e pagamento, os grupos são formados por consumidores que adquirem uma quantidade maior de Kits para redistribuição em pontos, como o local de trabalho, não existindo, portanto, um acompanhamento sistemático do MICC.

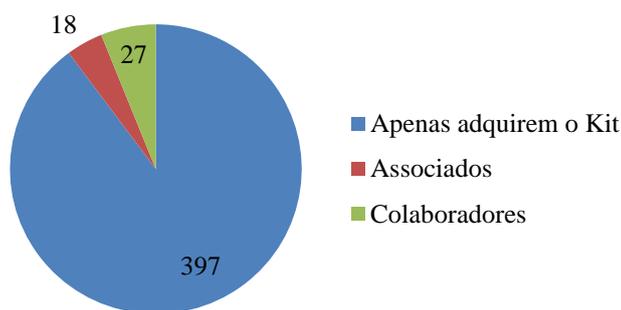
⁸⁴ O diagnóstico participativo atingiu, ao todo, 54% dos consumidores do MICC. Este processo levou aproximadamente 45 dias. Os questionários respondidos foram separados por grupos, “planilhados” e, após análises junto à equipe e também com o apoio e orientação do Instituto Kairós, elaborou-se gráficos e demonstrativos de resultados (Diagnóstico Participativo do MICC, 2014).

apoiamos o consumidor, só que também tem que ser: não explorado e não explorador. Tem que ser um trabalho assim, excluindo o intermediário e excluindo o explorador também. Por isso, queremos pagar mais para quem produz e vender por menos para quem consome (Sr. Zanon, em entrevista realizada pela autora em fevereiro de 2015).

Perguntados sobre se os consumidores do MICC poderiam ser considerados politizados, ou mais “conscientes”, os gestores do MICC responderam que a maioria não se encaixaria no perfil de consumidor político:

A maioria não, tem uma grande maioria que não. Agora no trabalho com o Kairós, nós fizemos uma pesquisa com cada consumidor e tivemos respostas muito interessantes lá. Pessoas que conhecem bem o MICC, pessoas que conhecem mais ou menos, pessoas que compram porque gostam do produto e pessoas que compram, mas nem querem conhecer o MICC, consome porque é conveniente para eles (Sr. Santana, em entrevista realizada pela autora em fevereiro de 2015).

Figura 23: Participação dos consumidores do MICC



Fonte: Diagnóstico Participativo, 2014.

Observando a fala da gestora do Kairós entrevistada para esta pesquisa, nota-se a valorização dos processos em relação ao consumo político. Ou seja, ainda que não se tenha um engajamento notadamente político dos consumidores, o fato de comprar alimentos de um movimento ou de buscá-los na casa de um vizinho conhecido (no caso dos grupos de rua), subvertendo, em alguma medida, a lógica predominante do supermercado, já é considerado, pelo Kairós, como um processo educativo, com potencial para politização:

Mas isso é uma coisa que não está acabada na minha cabeça. É uma reflexão. Quando a gente fala em grupo de consumo, a gente traz o protagonismo para o consumo, para o consumidor. Mas quem é esse ator? Quando falamos de Rede Ecológica, isso está muito evidente. É um ator

político, é o transbordar a esfera da política para a sociedade civil. Mas outros grupos estão mais preocupados em conseguir apoiar e se aproximar dos produtores do que de sensibilizar os consumidores. Então, o consumidor vai entrando... tipo, a Rede Moinho e a Rede Guandu, por exemplo, têm uma parcela de consumidores que garantem a viabilidade do grupo, mas que estão bem afastados, do ponto de vista do engajamento. E aí, claro, a gente, dentro dessa coisa, gradações... você pode chegar no limite do mais alienado, mas mesmo o mais alienado tá submetido a um formato de comercialização que já é super educativo. O cara tem que sair da casa dele, tem que ir até o lugar pra retirar, encomendar antes, não tem a facilidade do crédito, não tem o 'caixa'... Isso é uma coisa recorrente pra mim, eu sempre penso muito nisso, porque às vezes a gente fala de grupo de consumo, idealizando uma coisa que pra quem tá de fora é como se a gente tivesse falando de um modelo perfeito, romântico, iluminado, incrível. Só que não é assim. (Juliana, em entrevista realizada pela autora em fevereiro de 2015)

Para a entrevista de campo com as consumidoras foi elaborado um roteiro (Anexo III) onde, a partir de uma estrutura geral, quatro principais aspectos foram destacados para observação, além do perfil socioeconômico:

1. Consumo político;
2. Motivação para participação/compra de alimentos no MICC;
3. Relações de confiança;
4. Práticas alimentares e consumo habitual.

Na feira, foram entrevistadas três consumidoras e durante a distribuição dos Kits, duas consumidoras, que são também coordenadoras de núcleos do MICC. Quanto ao perfil sócio econômico, aponta-se que todas as entrevistadas eram mulheres com mais de 50 anos, aposentadas; em relação à escolaridade, três possuíam 2º grau completo; uma o 1º grau completo e apenas uma o 3º grau completo, com graduação em Serviço Social. Sobre o consumo político, visando captar a opinião das entrevistadas acerca de “questões mais amplas”, duas foram as perguntas principais: sobre a proposta do MICC de integração campo-cidade e sobre a reforma agrária. A maioria das entrevistadas conhece a proposta e a considera relevante, seja pela eliminação do atravessador seja por considerar importante para o meio ambiente:

Excelente, porque através disso a gente conseguiu manter a relação sem atravessador, sem o problema de muito dinheiro (A, consumidora do Kit).

Eu ia no Centro Pastoral São José do Belém fazer o curso de alimentação alternativa, aí conheci o MICC. Eu fiquei apaixonada. Eu não vou nas assembleias, mas vejo pelo site (C, consumidora do Kit)

Não conheço. Eu conheço a Vera e algumas pessoas, mas o MICC não (V, consumidora da feira).

Não conheço não (D, consumidora da feira).

Eu li o folheto deles, achei muito bom, acho que assim que tem que ser: a gente sempre em conjunto, assim, produtor e consumidor, pra trazer harmonia pro planeta (C, consumidora da feira).

Já sobre a reforma agrária, a maioria das entrevistadas parece concordar com a necessidade da distribuição de terras, mas, ao mesmo tempo, discordar do método de luta do MST, de realizar ocupações. Quando perguntadas sobre onde têm informações sobre o tema, apontam a “televisão” como o principal meio. Esse cenário sugere a existência de uma relação entre as notícias veiculadas na grande mídia e a opinião das consumidoras:

[reforma agrária] Só de ouvir falar na televisão. Acho que devia ser mais sério. Tem muita terra vazia parada, acho que tem que entrar num acordo, pra não chegar e invadir. Acha que vão invadir e vão plantar? Vão nada. Mas se fosse, a gente dava com prazer (V, consumidora da feira).

Ah já [ouvi falar em reforma agrária], eu sei mais ou menos o que eu vejo na televisão. Acho que não sou muito a favor não. Mas se é para ajudar o povo que não tem terra, acho que era bom dividir, é porque eles fazem umas coisas muito erradas de vez em quando, né? (D, consumidora da feira).

Sei o que a gente ouve na mídia, pessoas que não têm terra e muitas fazendas improdutivas. A reforma é sobre isso, né?, pra tentar diminuir a pobreza no campo, de uns terem muito, improditivos, e outros não terem nada. Tem que fazer sim, a gente vê muita área improdutiva. Meus pais foram agricultores a vida inteira (A, consumidora do Kit).

Mais ou menos, eu vejo na televisão, mas eu não sei se isso é válido, porque meus pais lutaram tanto e conseguiram. Essa vontade de trabalhar mesmo não precisa lutar, assim acho que é um movimento que traz muita coisa ruim (C, consumidora da feira).

Ah, tem que ter [reforma agrária], tem que ter nesse país, tem que ter! É uma coisa difícil né? Muito difícil [...].Você vê, o Mato Grosso daquele jeito, a soja chegando e tomando conta. O meu chaveiro tem a bandeira da reforma agrária. Tinha um lugar aqui perto do metrô Santa Cecília que só vendia produto da reforma agrária, eu sempre ia lá comprar, mas depois fechou (C, consumidora do Kit).

Há frequência na compra de alimentos do MICC: as consumidoras da feira afirmaram comprar toda semana, e as consumidoras do Kit, toda quinzena. Acerca das motivações para a aquisição de alimentos do MICC, a preocupação com a alimentação e a saúde, bem como a afirmação de que os alimentos são de qualidade, foram as principais motivações citadas, seguida de uma percepção que estariam “ajudando” o pequeno produtor e, por fim, uma preocupação com o meio ambiente:

O principal motivo, eu acho que, assim, primeiro a minha alimentação [...]. É a maior benção chegar, abrir a geladeira e durante esses próximos 15 dias ter uma alimentação boa e saudável. Acho também que são os pequenos produtores. Se o campo não planta, a gente aqui na cidade não janta, então eu acho que a gente tem que ajudar o pequeno (C, consumidora do Kit).

Qualidade, sem agrotóxico. Esse é o principal. No nosso conceito, aqui da Fundação Mokiti Okada, são os três pilares: o Johrei, que é a energia com a mão, o belo e a agricultura natural (A, consumidora do Kit).

Eu ouvi falar que não tinha agrotóxico, porque eu sou contra [o agrotóxico]. Vou ser sincera, quando faço salada de tomate sinto cheiro, gosto, a gente plantou muito, então eu conheço. Então eu venho por isso, comprei e gostei (V, consumidora da feira).

Ah, porque é saudável e perto da minha casa, né? (D, consumidora da feira).

Primeiro lugar, os alimentos saudáveis. Além de ser saudável, a gente ajuda os agricultores que estão buscando a natureza como aliada, não a natureza como uma parte, que ele só ganha lucros, mas preservar a natureza, primeiro lugar, isso é muito importante. Alimento saudável, ajudar o agricultor a preservar a natureza (C, consumidora da feira).

Ainda que a maioria das entrevistadas não conheçam os produtores do MICC, parecem confiar que o alimento é “natural”, “saudável” e “sem veneno”. Quando perguntadas sobre a qualidade, variedade e preço, apontaram que os alimentos comercializados pelo MICC são bons, tendo destaque o preço acessível, mas acham que a variedade poderia melhorar.

Qualidade. Eu acredito nas pessoas que produzem, não tenho dúvida. Se duvidasse, a gente nem podia comprar, não é verdade? Depois, assim, a qualidade é boa, inclusive mesmo se for menor, se for natural, assim, sem nada de insumos que eles colocam por dentro, seria melhor ainda. Qualidade não é pelo tamanho, mas é pelo que existe na própria natureza, então isso eu valorizo muito, se for pequeno não importa. Se ela é de origem natural, é de boa qualidade. Variedade entre os legumes, o que eu geralmente adquiero para consumir, já é o suficiente, o que falta um pouco são as frutas, sinto falta de frutas, ainda preciso comprar convencional. O preço é bom, na verdade é ótimo (C, consumidora da feira).

Qualidade é boa, mas eu queria mais coisas, mais opções. Mas a gente precisa entender, por causa do tempo, né? Não tem água, aí a gente sabe que é difícil. O preço é bom também. No momento, em vistas das outras feiras e do mercado, aqui é mais barato (V, consumidora da feira).

Sobre a percepção de qualidade das consumidoras do MICC apresentaram as seguintes respostas: “é um alimento natural” (A, consumidora do Kit); “é aquele que dura na geladeira” (C, consumidora do Kit); “saudável” (V, consumidora da feira); “sem agrotóxico” (D, consumidora da feira) e “é quando tem a energia do solo, fortalece seu físico e também espiritual, que é o principal” (C, consumidora da feira). Para a gestora do Kairós entrevistada, esse é um elemento indicativo do resgate que o MICC promove do alimento enquanto “vida”:

Eu acho que o MICC tem essa coisa da alimentação saudável, da terra e do campo que acaba desembocando no orgânico [...]. Eu acho que tem a ver com a relação que eles têm, muito bonita, com essa coisa do alimento. Quando eles falam do alimento, pode perceber, alimento é direito, é vida, vida é terra, vida-alimento-terra-ser humano, tem uma coisa assim que é uma filosofia mesmo que tá ali. As vezes que eu estive lá e fui pescando as conversas, eu acho que é legal, porque qual que é o caminho que desemboca no orgânico? Porque é diferente dessa coisa do orgânico no mercadão, que às vezes tem muito a ver com um sentido meio vazio de estética, essa galera do *fitness*, de academia, do “*detox*”, né?! O MICC tá resgatando uma história aí, que tá bem longe do que é esse orgânico do luxo, esse orgânico moda (Juliana, em entrevista realizada pela autora em fevereiro de 2015).

O objetivo inicial de analisar consumidores de alimentos orgânicos de baixa renda nos exige maior detalhamento após a apresentação e análise dos resultados da pesquisa de campo.

Comparando-se o perfil dos consumidores do MICC com consumidores de orgânicos apontados nas pesquisas citadas, nota-se uma diferença no que diz respeito à renda e ao grau de instrução. A maioria das pesquisas aponta renda elevada e alto grau de instrução. Dentre os consumidores da Rede Ecológica, por exemplo, 58,5% possuem renda familiar acima de R\$3.4160,00 e 36,9% possuem pós-graduação (Carneiro, 2012).

Para Brandenburg (2002 *apud* Carneiro, 2012) o elevado grau de instrução estaria diretamente relacionado a uma renda elevada, e esses dois elementos, por sua vez, possibilitariam uma maior percepção da articulação entre consumo alimentar, meio ambiente e saúde. Entretanto, para as consumidoras do MICC entrevistadas, as principais motivações para a compra desses alimentos são tanto suas características de alimento “natural”, “saudável” e “sem veneno”, como a “busca da natureza como

aliada”, o que confirma que, entre as consumidoras do MICC, há uma percepção de outros aspectos além da saúde individual. Para Guivant (2003), a preocupação com a saúde é entendida, como uma questão exclusiva da esfera privada, o que caracterizaria esses consumidores como *ego-trip*, em oposição aos consumidores *ecologico-trip*, como mencionado anteriormente. Por outro lado, outros autores, como Portilho (2005 e 2014), vêm apontando que o ato de dar preferência ao consumo de alimentos saudáveis também pode ser visto como potencialmente político, por se referir a um transbordamento da esfera pública para a esfera privada e cotidiana.

Nesse contexto, mais do que caracterizar os tipos de consumidores, parece-nos relevante o foco nos processos e lógicas que envolvem o consumo de alimentos comercializados pelo MICC ou por outras redes alternativas: o planejamento doméstico para a encomenda dos Kits, o deslocamento para buscar o alimento e o pagamento à vista, dentre outras atividades diferenciadas que envolvem essa dinâmica, como apontado pela gestora do Kairós, em entrevista.

Outro aspecto que chama atenção no MICC é a ênfase na comercialização de alimentos produzidos localmente: os alimentos orgânicos, produzidos pelas famílias assentadas da reforma agrária, na fazenda de Ipanema, e os alimentos “convencionais”, produzidos pelos pequenos produtores de Ibiúna. A valorização da produção local é um elemento importante dos estudos das redes alternativas, pois é um fator mobilizador para a compra, além de significar um forte enraizamento geográfico, ambiental e cultural.

Conclusão

O presente trabalho teve como objetivo analisar a conformação de redes alimentares alternativas no Brasil, com foco na experiência do MICC e seus processos de governança, enraizamento e estabelecimento de mercados, bem como suas estratégias de mobilização de consumidores de baixa renda.

Inicialmente, cabe ressaltar que as redes alimentares alternativas consideradas nesta pesquisa restringem-se àqueles coletivos envolvidos na construção da Rede Nacional de Grupos de Consumo Responsável, por iniciativa do Instituto Kairós. Nessas redes, o consumo é entendido como uma nova possibilidade de participação política e os consumidores como atores que podem exercer pressão para mudanças nos rumos do sistema agroalimentar, a partir do seu engajamento e de mudanças em seus valores e práticas de consumo. Ainda que partindo de distintos contextos históricos, sociais e econômicos, e organizando-se em diferentes formatos de governança, esses grupos possuem elementos comuns que funcionam como elos para ação: a aproximação entre produtores e consumidores e a sustentação de laços de solidariedade, pautados pelos valores da economia solidária. Esses grupos têm sido comumente interpretados a partir do quadro teórico dos chamados Novos Movimentos Sociais Econômicos (NMSE), caracterizando-se pelo estabelecimento de mercados locais específicos e formas diferenciadas de relação entre produtores e consumidores, e desses com os alimentos, com o local e com o meio ambiente, a exemplo do trabalho de Carneiro (2012) sobre a Rede Ecológica, grupo de consumo responsável do Rio de Janeiro.

Lançar luz sobre essas experiências pareceu-nos uma forma de contribuir com os estudos do sistema agroalimentar, sobretudo por se diferenciarem dos enfoques comumente adotados, que priorizam as análises sobre a globalização e a financeirização, passando pela predominância da indústria e do setor varejista, pela mudança do perfil nutricional da população e, mais recentemente, pela emergência dos mercados institucionais fomentados pelo Estado, por meio de políticas públicas de apoio à comercialização de alimentos de pequenos produtores.

A escolha do referencial teórico dos regimes alimentares permitiu, por sua vez, o reconhecimento dos processos predominantes do sistema agroalimentar, ao mesmo tempo em que situou a proliferação das redes alternativas no espaço e no tempo. O que denominamos de “emergente 3º regime alimentar” é caracterizado pelos processos de

tensão, negociação e experimentação, observados atualmente no campo dos estudos do sistema agroalimentar. É nesse espaço de experimentações que se insere o MICC, grupo de consumo responsável analisado pela pesquisa.

Contudo, a escolha do MICC se mostrou desafiadora. Em primeiro lugar porque possui a especificidade de ter sido organizado dentro da Igreja Católica e não diretamente por produtores ou consumidores, como é o caso da maioria dos GCR. Nesses grupos, a conformação da rede alternativa, visando a aproximação entre produtores e consumidores, é comumente construída de duas principais formas: a) da produção para o consumo, como no caso do Grupo de Consumidores do Benfica/CE e da RedeMoinho/BA, que comercializam seus alimentos e produtos em feiras e em empreendimentos econômicos solidários, mobilizando consumidores urbanos; b) do consumo para a produção, como é o caso da Rede Ecológica/RJ, onde os próprios consumidores se organizaram para a compra coletiva, com o objetivo de apoiar o pequeno produtor e acessar alimentos mais saudáveis. No caso do MICC, a presença da Igreja faz com o que o movimento se relacione diretamente com outros movimentos ligados as lutas clássicas de redução da desigualdade e da injustiça social e, nesse caso específico, com o movimento da reforma agrária. O segundo motivo é que, dada a particularidade do MICC, o referencial teórico dos NMSE, mencionado acima, e da politização do consumo, comumente utilizados para análise dessas experiências, parece pouco explicativo, pois o MICC não se caracteriza como um novo movimento social econômico, mas como um movimento que atualiza suas pautas, se organizando em torno de novos e antigos mercados, a exemplo da comercialização local de alimentos produzidos por produtores cooperados e assentados, oriundos da reforma agrária. Além disso, o MICC mobiliza diversos perfis de consumidores, não só os de classe média e alta, mas, sobretudo, os consumidores das classes populares em busca de alimentos a preços acessíveis.

As categorias governança, mercado e enraizamento, ainda que tenham se apresentado limitas para a análise da realidade do MICC, pois se aplicam mais facilmente à análise de cadeias alimentares, visando à viabilização de mercados, foram importantes para ajudar a estruturar o roteiro da pesquisa de campo, embora esse instrumento tenha sido extrapolado pela própria realidade e característica do MICC observada durante os dias do trabalho de campo, em São Paulo.

Para compreender os processos de governança do MICC foi necessário um mergulho na história recente do Brasil, que se entrelaça com a história do movimento,

bem como com seus processos de transformação ao longo de mais de 20 anos de “experimentação”. O surgimento do MICC está fortemente atrelado aos processos de mobilização popular, liderados pela Igreja Católica durante a década de 80. Esses processos relacionavam-se com a conjuntura do país, a luta pela redemocratização e, por sua vez, com as pautas tradicionais dos movimentos sociais clássicos: direitos trabalhistas, distribuição de terra, redução da pobreza, da fome e da desigualdade social. A bandeira da reforma agrária surge dessa forma, impulsionada pela Igreja, como uma luta solidária por justiça social.

Além da influência da Igreja, o envolvimento do MICC com a reforma agrária e com o MST pode ser explicado pela especificidade do MST de São Paulo, a partir das experiências pioneiras das Comunas da Terra, caracterizadas pela organização de assentamentos dentro das grandes cidades. Para os militantes e dirigentes do MST, mobilizadores da proposta das Comunas, a proximidade com os mercados consumidores poderia trazer vantagens consideráveis do ponto de vista econômico para a produção agrícola, ao possibilitar a venda direta dos produtores para os consumidores (Neto, 2013). Como visto, o presente trabalho chama atenção para o que vários militantes e dirigentes do MST vêm chamando de “virada ideológica”. Segundo Neto (2013), inicialmente, o MST tinha como base, fundamentalmente, as classes subalternas das áreas rurais; entretanto, especificamente em São Paulo, foram mobilizados também desempregados, subempregados, moradores de rua, trabalhadores rurais que mantinham residência nas cidades e não no campo, dentre outros segmentos da população advindos das áreas urbanas. Esse processo explica, em grande medida, a proximidade do MICC com a reforma agrária, pois os trabalhos sociais desenvolvidos junto com a Igreja, na década de 80, envolviam os mesmos segmentos populacionais.

Dessa forma, a “virada ideológica” relaciona-se com o que o MST chama de “reforma agrária de novo tipo”, ou ainda, “reforma agrária popular”, onde estão em jogo mais do que questões exclusivas ao “mundo rural”, mas novas formas de participação política e social, além da discussão sobre os rumos do desenvolvimento nacional e internacional (Neto, 2013).

Pode-se dizer que o MICC, em sua origem, tendo como principal ator mobilizador e agregador a Igreja Católica, se aproximava do conceito de *civic agriculture*, proposto por Lyson (2004), em que a crítica ética está mais fortemente presente, relacionada às pautas e bandeiras clássicas dos movimentos sociais tradicionais. Por sua vez, no decorrer dos seus processos de transformação, ao longo de

20 anos, um outro ator surge desempenhando o papel de mobilizador, o Instituto Kairós, que, por sua vez, renova a pauta, acrescentando às atividades e reflexões do MICC o debate sobre o consumo responsável e o consumidor como ator político, relacionado com o conceito proposto por Goodman *et al* (2011) de redes alternativas, entendidas como “comunidade de práticas reflexivas”.

Dessa forma, o MICC “circula” tanto no espaço dos movimentos sociais mais clássicos quanto no espaço dos movimentos sociais mais contemporâneos, operando valores éticos e estéticos em um constante processo de tensão e negociação, assim como vem acontecendo com outros movimentos sociais, como o *Slow Food*, que situado historicamente no campo da crítica estética, vem incorporando elementos éticos, a exemplo da valorização do alimento justo e orgânico (Oliveira, 2014).

Para a análise de mercado, a pesquisa adotou um enfoque nos processos sociais, históricos e culturais que desencadearam o estabelecimento dos formatos de comercialização. Alguns dados quantitativos, ainda que gerais, foram coletados e uma das conclusões que se pode apontar é que o MICC, além de ser o mais antigo dos grupos participantes das iniciativas do Kairós é também o maior em termos de abrangência de consumidores: está descentralizado em 21 núcleos espalhados pela Zona Leste de São Paulo; mobiliza 32 pequenos produtores (sendo que desses, 20 são assentados); e comercializa cerca de 10 toneladas de alimentos para 700 famílias consumidoras de baixa renda. A Rede Ecológica, por exemplo, se organiza em 12 núcleos e possui 202 consumidores (Carneiro, 2012).

No que diz respeito aos consumidores mobilizados, a pesquisa de campo mostrou que há um certo consenso entre os fatores motivadores para a compra dos alimentos comercializados pelo MICC: a preocupação com a saúde e com o meio ambiente. No que diz respeito ao apoio à causa da reforma agrária, notou-se certa controvérsia na fala das consumidoras entrevistadas, pois ao mesmo tempo em que pareciam operar valores solidários à causa da luta pela terra, certamente influenciadas pelos valores cristãos, condenavam a estratégia de ocupação das terras, adotada pelo MST.

Por fim, como visto, o conceito de enraizamento dos alimentos em seus contextos locais, culturais, sociais e econômicos é uma característica das redes alternativas. A pesquisa conclui que o MICC tem suas práticas fortemente enraizadas no contexto local, onde, além do apoio aos pequenos produtores, resgata o aspecto simbólico do alimento, relacionado à religiosidade, ao direito de acesso e à vida, como

expressado em seu lema “um só povo a favor da vida”, sugerindo que a prática de consumo desses alimentos está diretamente relacionada aos valores sociais, culturais e religiosos compartilhados no âmbito do movimento.

Referências Bibliográficas

BARBOSA, L. Feijão com arroz e arroz com feijão: o Brasil no prato dos brasileiros. *Revista Horizonte antropológico*. Porto Alegre, v. 13, n. 28, 2007.

_____. Tendências da alimentação contemporânea. In: PINTO, M. L. e PACHECO, J. K. (Orgs.). *Juventude, Consumo & Educação*. Porto Alegre: ESPM, 2009.

_____. *A Ética e a Estética na Alimentação Contemporânea*. Não publicado.

BARBOSA, L.; PORTILHO, F.; DUBEUX, V. & WILKINSON, J. Trust, participation and political consumerism among Brazilian youth. *Journal of Cleaner Production*, 63, 2014, 93-101.

BOLTANSKI, L; CHIAPELLO, E. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BONANO, A. A globalização de economia e da sociedade: fordismo e pós-fordismo no sistema agroalimentar. In: CAVALCANTI, J. S. B. (Org.). *Globalização, trabalho e meio ambiente: mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação*. Recife: Editora da UFPE, 1999.

BURCH, D; LAWRENCE, G. Towards a third food regime: behind the transformation. *Agriculture and Human Values*, Springer/Science, vol. 26, p. 267-279, 2009.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Mecanismos de Controle para garantia da qualidade orgânica. MAPA. Coordenação de Agroecologia. Brasília, 2008.

BRUNORI, G; ROSSI, A; GUIDI, F. On the New Social Relations around and beyond Food. Analysing Consumers' Role and Action in Gruppi di Acquisto Solidale (Solidarity Purchasing Groups). *Sociologia Ruralis*, Volume 52, p. 1–30, 2012.

CARNEIRO, C. Compras Coletivas de produtos orgânicos e participação política: um estudo de caso da Rede Ecológica (RJ). 210f. Dissertação de Mestrado – UFRRJ/CPDA. Rio de Janeiro, 2012.

CASSOL, A; SCHNEIDER, S. Produção e consumo de alimentos: novas redes e atores. *Lua Nova*, 95: 143-177. São Paulo, 2015.

CORDEIRO, E. Potencialidades e obstáculos à promoção de Sistemas Alimentares Territorializados. Estudo de caso sobre o papel dos circuitos curtos de comercialização de produtos agroecológicos em Florianópolis, SC, no período de 2007 a 2013. 161f. Dissertação de Mestrado – UFSC. Florianópolis, 2014.

DIXON, J. From the imperial to the empty calorie: how nutrition relations underpin food regime transitions. *Agriculture and Human Values*, vol. 26, p. 321-333, 2009.

FONTE, M. Food consumption as social practice: solidarity purchasing groups in Rome, Italy. *Journal of Rural Studies*. 32, 230-239, 2013.

FRIEDMANN, H. From Colonialism to Green Capitalism: Social Movements and Emergence of Food Regimes. *Development Rural Sociology and Development*, vol.11, p. 229–267, 2003.

FRIEDMANN, H. Discussion: moving food regimes forward: reflections on symposium essays. *Agriculture and Human Values*, Springer/Science, vol. 26, p. 335–344, 2009.

GOODMAN, D; DUPUIS, E; GOODMAN, M. *Alternative Food Networks – Knowledge, Practice and Politics*. Routledge, 2012.

GOODMAN, D; GOODMAN, M. *Alternative Food Networks*. Elsevier, 2009. Disponível em http://www.academia.edu/1484156/Alternative_Food_Networks. Acesso em 06 de agosto de 2014.

GUIVANT, J. Os supermercados na oferta de alimentos orgânicos: apelando ao estilo de vida ego-trip. *Ambiente e Sociedade*, vol. 6, n° 2. Campinas, 2003.

Greve geral dos Metalúrgicos do ABC. Disponível em http://www.abcdeluta.org.br/materia.asp?id_CON=208. Acesso em 17 de março de 2015.

HITCHMAN, J. Informativo III Colóquio Rede URGENCI – Rede internacional da Agricultura apoiada pela Comunidade. Disponível em: <http://base.d-ph.info/pt/fiches/dph/fiche-dph-7428.html>. Acesso em: 16 de junho de 2014.

HOPE, A; AGYEMAN, J. *Cultivating Food Justice: race, class and sustainability*. Massachusetts Institute Technology, 2011.

CNBB. Igreja e os problemas da terra. Documento aprovado pela 18ª Assembleia da CNBB. In Stédile, J. P. (Org.). *A questão Agrária no Brasil: o debate na esquerda 1960-1980*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

INSTITUTO KAIROS. Caminhos para prática do consumo responsável – Organização de Grupos de Consumo Responsável. São Paulo, 2011. Organização textos: Renata Pistelli e Thais Mascarenhas. Disponível em: <http://institutokairos.net/wp-content/uploads/2012/04/Grupos-de-Consumo.pdf>

INSTITUTO KAIROS. Levantamento do Perfil dos Grupos de Consumo Responsável no Brasil. Consumo como intervenção: um olhar sobre as experiências de consumo coletivo no Brasil. São Paulo, 2010. Disponível em: <http://institutokairos.net/wp-content/uploads/2012/04/Kairos-grupos-de-consumo-no-brasil.pdf>

INSTITUTO KAIROS. *Informativo do I Encontro Nacional*. Kairós, 2011. Disponível em: <http://institutokairos.net/2011/11/materiais-encontro-dos-grupos-de-consumo-responsavel/>

_____. *Relatório Final do II Encontro Nacional*. Não publicado.

_____. *Relatório Final da I Oficina de Práticas de Comercialização*. Não publicado.

INSTITUTO KAIROS; CAPINA. *Práticas de Comercialização – Uma proposta de formação para a Economia Solidária e a Agricultura Familiar*. São Paulo, 2013.

Disponível em: <http://institutokairos.net/wp-content/uploads/2014/02/Kairos-Praticas-de-Comercializacao.pdf>

KRAYCHETE, G; SANTANA, A. Economia dos Setores Populares e inclusão socioprodutiva: conceitos e políticas públicas. In: Mercado e Trabalho: conjuntura e análise. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Ministério do Trabalho e Emprego, nº 52, agosto de 2012. Brasília, IPEA: MTE, 2012, p. 55-62.

KIMURA, Aya. Hidden Hunger – Gender and the politics of smarter food. Cornell University Press, 2013.

LYSON, T. *Civic Agriculture – Reconnecting Farm, Food and Community*. Massachusetts: University Press of New England, Hanover and London, 2004.

MASCARENHAS, G. O movimento do Comércio Justo e Solidário no Brasil: entre a solidariedade e o Mercado. 370f. Tese de Doutorado – UFRRJ/CPDA. Rio de Janeiro, 2007.

MICC. *Diagnóstico Participativo*. Setembro 2014. Não publicado.

MIOR, L. *Agricultores Familiares, Agroindústrias e Redes de Desenvolvimento Rural*. Chapecó, Argos, 2005.

McMICHAEL, P. A food regime genealogy. *Journal of Peasant Studies*, volume 36, p.139-169, 2009.

McMICHAEL, P. The land grab and corporate food regime restructuring. *Journal of Peasant Studies*, volume 39, p.681-701, 2012.

NETO, J. Cooperação e organização em assentamentos rurais: a proposta das Comunas da Terra e a virada do MST para os “urbanos”. 314 f. Tese de Doutorado – UFRRJ/CPDA. Rio de Janeiro, 2013.

PISTELLI, R. Relações de Consumo Responsável em educação: um diálogo com a economia solidária através da trajetória do Instituto Kairós. USP. Dissertação de Mestrado, 2014.

PORTILHO, F. Consumidores de alimentos orgânicos: discursos, práticas e auto-atribuição de responsabilidade socioambiental. Paper apresentado na 26ª Reunião Brasileira de Antropologia. Porto Seguro, 2008. Disponível em: http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/grupos_de_trabalho/trabalhos/GT%2022/fatima%20portilho.pdf. Acesso em: 23 de outubro de 2014.

PORTILHO, F. Novos atores no mercado: movimentos sociais econômicos e consumidores politizados. *Revista Política e Sociedade*. Dossiê Sociologia Econômica. Vol. 8, nº 15, 2009, p.199-224.

PORTILHO, F. e BARBOSA, L. A Adesão à “causa” rural e da agricultura familiar por consumidores e seus movimentos organizados. In: Marques, F.; Conterato, M. e Schneider, S. (Orgs.). *Construção de Mercados para a agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural*. No prelo.

PORTILHO, F.; CASTANEDA, M. e CASTRO, I. A alimentação no contexto contemporâneo: consumo, ação política e sustentabilidade. *Revista Ciência e Saúde Coletiva*. Número Temático Alimentação e Nutrição em Saúde Coletiva. 2011, vol.16, n.1, pp. 99-106.

PORTILHO, F. *Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania*. Cortez, São Paulo, 2005.

PRITCHARD, B. The long hangover from the second food regime: a world-historical interpretation of the collapse of the WTO Doha Round. *Agriculture and Human Values*, Springer/Science, vol. 26, p. 297–307, 2009.

RAUPP, A. Transformações no sistema agroalimentar: novas e velhas possibilidades para a agricultura familiar. *Paper apresentado no IV Encontro da Rede de Estudos Rurais*. Curitiba, 2010.

REARDON, T; BERDEGUÉ, J. The Rapid Rise of Supermarkets in Latin America: Challenges and Opportunities for Development. *Development Policy Review*, vol.20, n.4, p. 371-388, 2002.

RÊGO, D. A natureza da comercialização na economia solidária: a contribuição dos Grupos de Consumo Responsável. 160f. Dissertação de Mestrado – UFBA. Salvador, 2014.

REGO, E. C. L. (1996). Do GATT à OMC: o que mudou, como funciona e para onde caminha o sistema multilateral de comércio. *Revista do BNDES*, v.3, n.6, p.3-22.

ROEP, D. and WISKERKE, J. On governance, embedding and marketing: reflections on the construction of alternative sustainable food networks. *Journal of Agricultural and Environmental Ethics*. Springer, 2010.

ROEP, D. and WISKERKE, H. (Eds.). *Nourishing Networks – Fourteen lessons about creating sustainable food supply chains*. University of Wageningen and Reed Business Information. Doetinchem, 2006.

RUCINSKI, J. & BRANDENBURG, A. Consumidores de alimentos orgânicos em Curitiba. Paper apresentado 1º Encontro Nacional da ANPPAS. Indaiatuba, 2002. Disponível em http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro1/. Acesso em 15 de agosto de 2014.

SANCHES, G. Retratos de Ipanema. Create. São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.cidadeipero.com.br/ipanema.html>. Acesso em 16 de março de 2015.

SANTOS, J e MENASCHE, R. Valorização de produtos alimentares tradicionais: os usos das indicações geográficas no contexto brasileiro. *Cadernos de Desenvolvimento Rural*, 12(75), 11-30, 2015. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/954.pdf>. Acesso em 1º de agosto de 2015.

SINGER, P. *Introdução à Economia Solidária*. 1 edição. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2002.

VITALFOOD; ORGANIC SERVICES. Pesquisa sobre o comportamento do consumidor de alimentos orgânicos no Brasil - 2010. Dados nacionais gerais. Brasil, 2010. Disponível em <http://blogs.estadao.com.br/organicos/2011/07/21/bio-brazil-fair-pesquisa-inedita-sobre-consumidores-de-organicos/>. Acesso em 15 de agosto de 2014.

WILKINSON, J.A contribuição da teoria francesa das convenções para os estudos agroalimentares— algumas considerações iniciais. *Ensaio FEE*, PortoAlegre, v.20, n.2, p.171-185,1999.

WILKINSON, J. Sociologia econômica e funcionamento dos mercados: inputs para analisar os micro e pequenos empreendimentos agroindustriais no Brasil. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v.23, n.2, p.805-825,2002.

WILKINSON, J.A agricultura familiar face ao novo padrão de competitividade do sistema agroalimentar na América Latina. Paper apresentado no VII Congresso Internacional da Associação Latino americana e Caribenha de Economia Agrícola (ALACEA). Peru, 2003.

WILKINSON, J. A renegociação do espaço rural por atores tradicionais, movimento sociais e ONGs. Apresentado no Seminário: Globalização: dinâmicas sociais e culturais (MINDS), Rio de Janeiro, 2006.

WILKINSON, J. Network Theories and Political Economy. From Attrition to Convergence? In: Terry, M. & Murdoch, J. *Between the Local and the Global*. Elsevier, 2006.

WILKINSON, J. Distintos enfoques e debates sobre a produção familiar no meio rural. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, nº 3 Jul/Set 2000. Disponível em: <http://www.emater.tche.br/docs/agroeco/revista/n3/06-artigo1.htm>. Consulta em 22 de agosto de 2015.

Documentários e vídeos:

ABC da Greve. Direção e Produção de Leon Hirzman. Brasil 1987. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2hhFk0cml6Y>. Acesso em 14 de março de 2015.

Os Anos JK - Uma Trajetória Política. Direção e Produção de Silvio Tendler. Brasil, 1980. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=MfTo_Giw2Ps. Acesso em 13 de março de 2015.

VI Congresso Nacional do MST. Brasília, 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mcPhrGPktJc&t=137>. Acesso em 07 de janeiro de 2015.

Principais páginas da internet acessadas:

Movimento de Integração Campo Cidade (MICC): www.micc.org.br. Último acesso em 25 de agosto de 2015.

Rede Ecológica: www.redeecologicario.org.br. Último acesso em 10 de junho e 2014

Rede Urgenci: www.redeurgenci.org. Último acesso em 20 de agosto de 2014.

Instituto Kairós: <http://institutokairos.net/>. Último acesso em 23 de julho e 2015.

Anexos

Anexo I – Relato da participação no Seminário “Mercados e produtos locais, consumo local, valorização de produtos locais”

Entre os dias 05 e 06 de maio de 2015, participei, representando a Rede Ecológica, do Seminário “*Mercados e produtos locais, consumo local, valorização de produtos locais*”, promovido pela Misereor em parceria com a AS-PTA – Rio de Janeiro. A Misereor é uma organização não governamental alemã, ligada à Igreja Católica, que trabalha com temas sociais, como a pobreza, em diversos países do mundo, incluindo a África, Ásia e América Latina (<http://www.misereor.org/pt/misereor-org-home.html?>). Estavam presentes diversas organizações parceiras da Misereor, de várias regiões do país, dentre elas:

- Centro Diocesano de Apoio ao Pequeno Produtor (CEDAPP) – Pernambuco:
<http://www.cedapp.org/>
- Associação Comunitária em Educação Saúde e Agricultura (ACESA) – Maranhão
- Programa de Aplicação de Tecnologias Apropriadas (PATAC) – Paraíba
<http://patacparaiba.blogspot.com.br/p/patac.html>
- Central do Cerrado – Brasília/DF <http://www.centraldocerrado.org.br/>
- Projeto Padre Ezequiel – Ji-Paraná/RO <http://www.diocesedejiparana.org.br/>
- Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá – Recife/PE
<http://centrosabia.org.br/>
- Serviço de Apoio aos Projetos Alternativos Comunitários (SEAPAC) – Natal/RN <http://seapac.org.br/>
- Centro de Tecnologias e Alternativas Populares (CETAP) – Passo Fundo/RS
<http://cetap.org.br/>

E, como convidadas as seguintes organizações:

- DoDesign – Belo Horizonte/MG <https://www.dodesign-s.com.br/>
- Experimento Beer – Recife/PE <http://www.experimentobeer.com/>
- Escritório de Inovação – Porto Alegre (RS)
- Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC) <http://www.idec.org.br/>
- Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) - <http://www.agroecologia.org.br/>

- Agrovargem – Rio de Janeiro/RJ <http://agrovargem.blogspot.com.br/>
- Rede Ecológica – Rio de Janeiro/RJ <http://redeecologicario.org/>.

O principal objetivo do seminário foi trocar experiências e discutir sobre estratégias de comercialização em mercados locais e valorização dos produtos locais. No primeiro dia, após a rodada de apresentação, foram elencados os principais desafios identificados pela organização para realização da comercialização; em seguida, fomos provocados a pensar sobre os desafios enquanto consumidores de produtos e mercados locais – todos os participantes anotaram suas reflexões em tarjetas que foram pregadas no quadro à nossa frente [Figura 24]. Em seguida, antes de dar início as apresentações para troca de experiências, foi anotado ao lado dos desafios: “novas ideias, novos caminhos” – para ser preenchido no decorrer das atividades e sistematizado como produto final do seminário.

Figura 24: Levantamento dos desafios: produtores – comercialização; consumidores – acesso



Fonte: arquivo pessoal.

Todos os presentes fizeram apresentações durante os dois dias do evento e, entre uma e outra, discutimos sobre as diversas realidades do Brasil e as particularidades de cada experiência, além de temas mais amplos e afins à agenda política como as feiras, a agroecologia e os alimentos orgânicos, as políticas públicas de compras institucionais como o PAA e PNAE, os processos e formas de certificação e a rotulagem dos transgênicos – PL nº 4148/08, recentemente aprovado pela Câmara dos Deputados.

A Rede Ecológica foi a última a apresentar sua experiência e foi muito interessante perceber o quanto a história, a proposta e a estrutura da Rede surpreenderam os participantes. Todos os presentes, ainda que de variadas formas, trabalham com foco nos produtores e na produção, seja assessorando, mobilizando, capacitando ou mesmo criando rótulos e estratégias de comercialização – como é o caso da DoDesign. Ou seja, naquele contexto, a Rede conseguiu evidenciar pelo menos, três elementos principais: o primeiro diz respeito ao estabelecimento, pelos consumidores, de uma possibilidade diferente de mercado local, que são os grupos de compras coletivas agroecológicas; o segundo refere-se à própria estrutura da Rede e sua proposta de autoaprendizado e troca coletiva, da autogestão, da participação e da militância; e o terceiro foi sobre a importância dos consumidores (tanto quanto dos produtores) nesse processo de estabelecimento dos mercados locais e valorização dos produtos locais, ou seja, dizendo a “grosso modo”, sem os consumidores locais o mercado local não acontece.

Por fim, dos temas que mais passaram pela roda de diálogo, o principal foi a Feira, tida como a estratégia de abastecimento mais eficaz e mobilizadora dos mercados e produtos locais. O desafio de aproximação entre campo e cidade, produtores e consumidores também foi tema de destaque, sobretudo, após a apresentação da Rede Ecológica. Outro tema debatido de forma bastante interessante, pois não havia consenso, foi sobre as estratégias de comercialização para grandes varejos e exportação. Essa questão apareceu em função da presença da DoDesign, que faz design para orgânicos e *fair trade* [Figura 25] e é bastante envolvida em dinâmicas comerciais mais amplas, à exemplo do Umbu, da Coopercuc⁸⁵. Essa discussão “deu pano para manga” para outras discussões, como sobre renda, classes menos favorecidas, acesso ao alimento orgânico, localização das feiras e nichos de mercado. Não foi possível consenso sobre o tema. Ao meu ver, ainda bem! Pois é, também, a partir das diferentes perspectivas, realidades e dinâmicas que a troca e o aprendizado coletivo são possíveis.

Como produto final do Seminário, foram identificados dois eixos principais [Figura 26]: feiras como forma de abastecimento e intercâmbio e acesso a mercados por meio da aproximação campo-cidade. Por desejo dos participantes fomos divididos entre os eixos e a proposta é de que troquemos experiências e informações, mantendo nossa aproximação. Foi explicado ainda sobre as possibilidades de financiamento das ações

⁸⁵ Ver interessante matéria no programa Globo Rural em 2012: <https://www.youtube.com/watch?v=uS5ji9Bdmok>

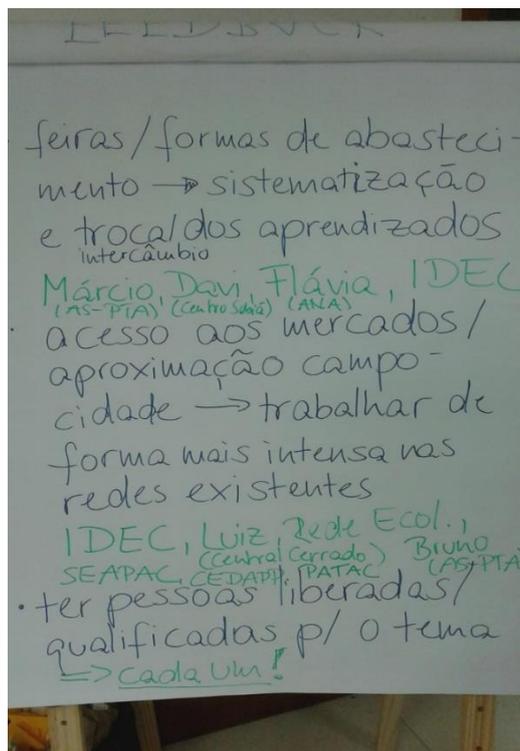
pela Misereor que, recentemente decidiu incluir, de forma central, o tema da agricultura para o desenvolvimento de projetos, por seus escritórios pelo mundo e em especial na América Latina, cuja responsável é a Annette Roensch, que coordenou as atividades.

Figura 25: Embalagens dos produtos DoDesign



Fonte: arquivo pessoal.

Figura 26: “Novas ideias, novos caminhos”



Fonte: arquivo pessoal.

Anexo II – Grupos de Consumo Internacionais

Os grupos aqui denominados como “grupos de consumo internacionais” possuem grande heterogeneidade em suas formas de organização, sendo que em muitos deles a produção de alimentos é sustentada pelos próprios consumidores, como no caso do CSA e da AMAP, por meio do pagamento antecipado, direto aos produtores. Outros estão expandindo suas atividades e atuando na perspectiva do desenvolvimento local, por meio da articulação de outros setores e serviços, como no caso do GAS, na Itália, com a organização econômica de territórios chamados de “Distritos de Economia Solidária”. Possuem, por sua vez, muitas semelhanças, destacando-se os valores e princípios solidários. Nesse sentido, pode-se dizer que essas iniciativas configuram um grande arranjo de práticas solidárias e coletivas, onde o consumo é uma “chave” articuladora de outras ações mais amplas. Abaixo, alguns dos principais grupos internacionais:

- **GAS (Gruppi di Acquisito Solidale/Grupo de Aquisição Solidária)**

Surgiu na Itália como grupos de consumidores que em cooperação adquirem alimentos e outros bens diretamente do produtor, baseados em critérios como consumo ético, ambientalmente responsável e solidário. Apresentam-se como um movimento crítico ao sistema alimentar dominante e acreditam estar construindo uma “economia sustentável” a partir da mudança na forma de adquirir seus alimentos e bens.

O processo de incubação da iniciativa surge em meados e 94 com a experiência da “Balança da Justiça”, movimento que incentivava famílias a refletirem sobre seu estilo de vida a partir do orçamento familiar, o que gerou um intenso questionamento acerca dos modelos de consumo. A articulação é feita em rede, existindo atualmente cerca de 900 GAS por todo país, organizados de forma autônoma, variando entre 10 e 100 famílias por grupo.

Os grupos procuram privilegiar a compra de produtos de pequenos produtores locais (na perspectiva de contribuir para a redução da poluição e do combate ao desperdício de energia), além de dar preferência a produtores orgânicos. Integrados à proposta da economia solidária, o GAS figura entre os principais promotores da ideia de estabelecimento dos “Distritos de Economia Solidária”[Figura 27], que têm como objetivo a organização das relações econômicas nos territórios pautados da solidariedade e no vínculo entre produtores e consumidores, por meio da criação de

zonas econômicas ligadas a terra e a propriedade coletiva com vistas a reorganizar o sistema produtivo para garantir o bem-estar dos territórios e das pessoas que nele habitam (<http://www.retegas.org/>; FONTE, 2013).

Figura 27: Distritos Industriais de Economia Solidária – GAS



Fonte: Comissão Coordenadora do Mecanismo da Sociedade Civil do Comitê de Segurança Alimentar. Disponível em: www.fao.org/fsnforum/cfs-hlpe/.../FAO%20SSE%20def1.pdf. Acesso em 17 de junho 2014.

- **AMAP (Association pour le maintien d'une agriculture paysanne/Associação para a Preservação da Agricultura Camponesa)**

Surgiu na França, no início do milênio, em 2001, na fazenda Olivades articulando-se a consumidores da cidade de Aubagne. Atualmente existem mais de 500 AMAPs em todo território francês – comumente em áreas perirurbanas, entregando cerca de 66 mil caixas de alimentos – especialmente vegetais (registrando-se também que algumas AMAPs possuem também carne e laticínios) para cerca de 270 mil associados. Caracteriza-se por uma parceria entre produtor e consumidor e tem no compromisso mútuo a base de sua organização e funcionamento. Os consumidores pagam preço fixo, meses antes da colheita, comprometendo-se com os custos de produção e de vida dos produtores, além dos riscos que envolvem a atividade agrícola (www.urgenci.net; Kairós & Capina, 2013).

- **Teikei**

Os Teikeis no Japão foram organizados em meados da década de 70, com a fundação da Associação Japonesa de Agricultura Orgânica. O contexto histórico era de expansão da economia, crescimento urbano e uso de aditivos químicos. A contradição estava na melhora dos indicadores econômicos associada a uma piora das condições de vida do povo japonês. Assim, nascia a proposta do Teikei – que significa parceria, reunindo e unindo agricultores e consumidores – estudantes, funcionários públicos e trabalhadores de cooperativas.

Os princípios organizativos do Teikei são: a. estabelecer relações cordiais e criativas, e não apenas as relações econômicas; b. produzir com um estatuto estabelecido por produtores e consumidores; c. aceite dos produtos oferecidos pelo produtor; d. estabelecer o preço justo; e. facilitar a comunicação para assegurar o respeito e confiança mútua; f. organizar a distribuição pelo próprio consumidor; g. respeito a democracia; h. aprimorar o conhecimento sobre agricultura orgânica; i. garantir o número mínimo de membros em cada grupo; j. crescer, em direção ao objetivo final, de estabelecer a agricultura orgânica como padrão predominante do sistema alimentar.

Os Teikeis priorizam nas suas atividades a produção orgânica e a preservação do meio ambiente, acreditando que a produção e o consumo devem ser aproximados geograficamente evitando o “transporte a longas distâncias, gasto de energia e a poluição” ao mesmo tempo em que são valorizadas a amizade e o entendimento múltiplo, criando sinergias para a organização de “uma sociedade verdadeiramente ecológica”. A produção é baseada no respeito a sazonalidade em complexos sistemas de rotação de culturas, envolvendo cerca de 80 variedades. O preço de cada produto é discutido entre produtores e consumidores, tendo em conta a renda necessária para os produtores gerirem suas fazendas e as demandas do consumidor.

Atualmente o movimento Teikei enfrenta dificuldades devido a regulação da produção orgânica pelo governo japonês, com a implantação de normas e mecanismos de certificação e rotulagem. O movimento aponta que as normas não consideram a realidade dos agricultores, receando aumento dos preços, esvaziamento dos grupos e mudança do padrão da produção de alimentos sob “influência do ocidente”:

Nunca houve um sistema de controle ou normas, tudo foi baseado na confiança mútua entre produtores e consumidores. Hoje, no entanto, há uma tendência para a globalização das normas criando confusão no mercado doméstico japonês de produtos orgânicos. O projeto de lei sobre alimentos orgânicos foi

divulgado, exigindo que os agricultores orgânicos submetam-se a controles efetuados por um organismo oficial criado pelo Governo. Muitos agricultores orgânicos japoneses estão receosos de política agrícola implementada por burocratas que não levam em conta a situação dos agricultores. Na maioria das vezes as regras reproduzem padrões estabelecidos pelos países ocidentais e que não estão adaptadas ao clima Ásia [...]se a lei for aplicada ao movimento Teikei, resultará em preços mais elevados para os consumidores e maiores custos para os produtores. Esta lei também pode estimular os consumidores a saírem da rede (<http://www.urgenci.net/TeikeisJapon>).

- **CSA (Community Supported Agriculture/Comunidade Sustentada pela Agricultura)**

Surgiu na Alemanha, na segunda metade do século XX, com a proposta de uma nova relação entre a comunidade (consumidores) e a fazenda (produtores). Nesse conceito, o agricultor deixa de vender seus produtos através de intermediários e conta, para a organização e financiamento de sua produção, com a participação de membros consumidores que se comprometem a pagar antecipadamente um valor mensal pelos alimentos que semanalmente irão receber, além de cada consumidor integrar uma fazenda⁸⁶. A grande inovação das experiências dos CSAs está na centralidade da terra: para se iniciar essa prática, primeiro investe-se em fazendas produtivas e na articulação dos produtores: “a estrutura legal da fazenda pode ser uma cooperativa, uma organização sem fins lucrativos ou de uma propriedade privada, individual ou agrupamentos” (<http://www.urgenci.net/page.php?niveau=3&id=Les%20CSA%20>). Assim, os consumidores, também chamados de parceiros, além de receberem mensalmente uma cesta, comumente composta por legumes, verduras e frutas, precisam concordar com o trabalho coletivo e responsável na fazenda, por meio do gerenciamento do número de famílias (que precisa ser suficiente para garantir a viabilidade econômica da fazenda), pagamentos, gestão do trabalho voluntário, gestão de atividades sociais (por exemplo: visitas à fazendas, refeições comunitárias, celebrações da colheita, etc.), dentre outras atividades.

- **ASC – Equiterre**

⁸⁶ No Brasil existem vários núcleos do CSA nos Estados de São Paulo e Minas Gerais. A experiência mais antiga e exitosa é a da fazenda Demétria, na cidade de Botucatu, interior de São Paulo <http://csademetria.wordpress.com/>. Algumas experiências nacionais possuem outros canais de comercialização como feiras e lojinhas virtuais.

A principal iniciativa ASC está organizada em Quebec/Canadá, e é baseada nos princípios do CSA e das AMAPs, articulando produtores e consumidores, por meio da responsabilização destes em relação a manutenção e gerenciamento das fazendas, com pagamento antecipado e compartilhamento dos riscos oriundos da atividade agrícola.

No Canadá essas iniciativas contam com o apoio da rede “Equiterre” – uma organização não governamental que teve sua estruturação mobilizada por estudantes após a “Cúpula da Terra” ocorrida no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro em 1992. Segundo página da organização, a missão da rede Equiterre é “ajudar a construir um movimento social, incentivando indivíduos, organizações e governos a fazer escolhas ambientalmente e socialmente responsáveis” (<http://www.equiterre.org/>). Nesse contexto, a rede apoia o desenvolvimento de projetos e pesquisas visando a saúde humana e o meio ambiente, além de se articular junto a instituições públicas visando a formulação de políticas específicas e práticas de promoção de uma sociedade justa e sustentável. Seus principais projetos relacionam-se a agricultura familiar, abastecimento alimentar, conformação de espaços de comercialização, como feiras e consumo responsável.

- **Recíproco (Relações de cidadania entre produtores e consumidores)**

O sistema RECIPROCO, desenvolvido em Portugal é também organizado a partir das experiências dos CSAs e AMAPs, tendo, no entanto, como foco, não somente a articulação entre produtores e consumidores por meio das fazendas, mas recuperação de comunidades rurais empobrecidas, o que confere a essa iniciativa uma forte dinâmica comunitária e econômica, associada a um determinado território rural. O objetivo do sistema é promover fluxos de comercialização a produtos agrícolas, assegurando renda e melhorando as condições de vida dos agricultores ao mesmo tempo em que permite ao consumidor urbano acesso a alimentos de qualidade.

Iniciado em 2003, atualmente o sistema RECIPROCO conta com apoio do Ministério da Agricultura de Portugal que incentiva a disseminação da prática por todo país por meio de associações de desenvolvimento local e parcerias público-privadas. Além da articulação de consumidores que pagam antecipadamente pela produção, o sistema conta com uma loja em Lisboa, que além de comercializar produtos de regiões específicas, incentiva os habitantes da capital a unirem-se a grupos de ação territorial.

- **GASAP (Groupes d'achat solidaires de l'agriculture paysanne/Grupos de Compra Solidária da Agricultura Camponesa)**

Adotando como conceito “mudar o mundo, pelo menos localmente” (<http://www.gasap.be/>), os GASAPs tiveram início em 2006, atuando de forma semelhante aos CSAs, por meio do compromisso entre produtores e consumidores. A parceria é formalizada por um contrato de solidariedade através do qual cada consumidor compra no início da temporada uma quota de produção que será distribuída periodicamente. Atualmente estão organizados cerca de 70 grupos em torno da cidade de Bruxelas – Bélgica que, organizados em forma de rede articulam-se a outras redes, como a rede de consumidores responsáveis da Bélgica (<http://www.asblrcr.be/>), iniciativas como a “Gourmet Farmer” (<http://www.saveurspaysannes.be/>) e campanhas como a campanha por uma produção justa e sustentável promovida pela Oxfam (<http://www.cultivons.be/fr>).

Anexo III - Roteiros da pesquisa de campo

Roteiro de Entrevista com Gestores do Movimento de Integração Campo-Cidade

1. Trajetória

a. Surgimento da RARA (Anos 80; 86)

CONTEXTO POLÍTICO: país, Igreja (Concílio Vaticano II e Teologia Libertação, declaração 18 AG CNBB – fev 1980), CEBs, Eleições 89.

LIGAÇÕES EXTERNAS: MST, Pastoral Operária, Pastoral da Terra, Sindicatos, outros

MOTIVAÇÃO: principais motivos para organização RARA / explorar: processos de marginalização e exclusão de comunidades agrícolas/rurais; articulação local; viabilidade econômica

REDE DE APOIO A REFORMA AGRÁRIA (RARA): como foi processo; atores; ações, assentamentos apoiados – como eram escolhidos/indicados.

Tarjetas!

b. Início da comercialização alimentos (88/89)

Explorar: como surgiu; por que; quais assentamentos (Porto Feliz – outros?; distância; relação com a Paróquia); demanda veio dos produtores? Da Igreja? Quais alimentos? Reação/retorno consumidores (frequentadores da Igreja).

c. Ampliação dos canais de comercialização (Anos 90)

FEIRA – como cresceu? Quais assentamentos envolvidos? Como é atualmente? O que acha da feira? Quais parceiros? De quem é a estrutura de barraca? Quem fica nas barracas – os próprios produtores; por quê? Os consumidores gostam? Vem gente de outros bairros comprar ou são os próprios frequentadores da Igreja?

KIT (93) – como surgiu essa ideia? Por quê? Quais assentamentos envolvidos? Quais alimentos? Qual a diferença feira, KIT e lojinha? Qual é a dinâmica do KIT? Preço diferenciado? Por quê? Cadastro de famílias? Como ocorre, por que, qual motivação (caridade, fome, pobreza)? Como participa do KIT? Quais processos?

LOJINHA DO MICC – a lojinha surge, inclusive, depois da mudança de “nome” em 97 (RARA-MICC). Em qual ano surge a lojinha? Como foi processo? Por quê? Atende

público diferente feira e KIT? Foi uma demanda dos produtores, consumidores ou uma ideia da diretoria? Tinha a ver com a ampliação das atividades? Demanda reprimida de produção?

Qual canal de comercialização considera mais interessante?

d. RARA – MICC (97)

Por que a mudança de “apoio à reforma agrária” para “integração campo-cidade”?

Qual foi o contexto? Quem participou da decisão? Como foi o processo do concurso; quem participou?

Explorar: contexto político anos 90 (Massacre Eldorado Carajás e criminalização movimentos sociais)

O que significa essa integração? Como funciona? Que são os atores dessa integração?

Explorar: se é uma agenda política nova; integração de consumidores-produtores.

e. MICC (Anos 2000)

Mudou o “nome”. Alguma mudança na ação?

Formalização em 2008 – vira Associação sem fins lucrativos. Como e por que ocorreu esse processo? Como a formalização do movimento repercutiu nas atividades ordinárias? Melhorou? Piorou? Não alterou?

Agenda Kairós: como conheceu? Quem se aproximou? Como foi o processo de aproximação? Como foi participar do mapeamento 2009/2010? Algo mudou depois da aproximação com o Kairós? O que? Conflito (de integrantes do MICC) em relação a integração com o Kairós? Dificuldades? Pontos positivos?

Experiência de ser base de serviço ECOSOL: como está sendo? Pontos positivos e negativos. Mudou rotina do MICC? Quem são os responsáveis? Expectativas (explorar: repercussão política; aumento venda; aumenta renda produtores; ampliação número de consumidores; integração em novas pautas).

Expectativa do MICC em relação à Rede Nacional de Grupos de Consumo Responsável?

Atividades, além da comercialização são desenvolvidas pelo MICC – campo e na cidade.

f. Consumidor

Explorar a percepção sobre o consumidor: como vê; quem são; papel político; como são mobilizados para ingressar e como são cativados a ficar; pretendem ampliar número de consumidores? Como? Integração campo-cidade e a integração produtor-consumidor?

2. Governança (estrutura e processos de governança)

RECURSOS FINANCEIROS: qual montante (estimado); como são mobilizados; parceiros; quais fontes?

RECURSOS HUMANOS: quais e quantas são as pessoas envolvidas no MICC, além da diretoria; quais e quantos são voluntários; quais e quantos são remunerados?

ESTRUTURA: estrutura organizacional; núcleos nos bairros? Pontos de distribuição KITS – como são estabelecidos? Parcerias? Locais são cedidos? Paga aluguel?

PARTICIPAÇÃO: dinâmica de tomada de decisão (Assembleia? Reuniões diretoria? Igreja?); quem participa tomadas de decisão? Como ocorre participação produtores? E dos consumidores? Quem participa? Visita aos produtores? Como ocorre? Qual periodicidade?

PRODUÇÃO: conhece o “modo” de produção? Quantas famílias rurais (estimativa) estão envolvidas? Acompanha a produção? Como? Visitas? Relatórios? Técnicos agrícolas? Projetos (EMATER ou outro órgão público?)

ALIMENTOS: fazer introdução sobre alimentos orgânicos e agroecológicos. Perguntar o que acha desses “termos” – conhece? Conhece a diferença? Considera importante? Certificação – o que acha? Quais dificuldades? Outros meios para verificação qualidade/produção dos alimentos?

QUALIDADE: o que significa? (explorar: orgânico e agroecológico; certificado; produzido localmente; respeito ao meio ambiente; respeito a cultura da comunidade;

sazonalidade; força de trabalho – direitos trabalhistas; confiança; atendimento à normas técnicas de produção determinadas pela ANVISA).

3. Mercado/Enraizamento

ARRANJOS:

Feira:

- a. produtores/fornecedores/assentamento (quem são? Onde estão? Como são escolhidos?)
- b. estrutura logística (MICC busca? Produtores levam?)/dias/horários
- c. pontos de distribuição (local? Quem fica na barraca?)
- d. consumidores (quem são? Quantos (estimativa)
- e. tipo de alimento/produto comercializado
- f. quantidade (média) de alimentos comercializada/mês
- g. recursos (saldo de venda, estimativa)

Lojinha:

- a. produtores/fornecedores/assentamento (quem são? Onde estão? Como são escolhidos?)
- b. estrutura logística/dias/horários
- c. pontos de distribuição (local? Quem fica na loja?)
- d. consumidor(quem são? Quantos (estimativa)
- e. tipo de alimento/produto comercializado
- f. quantidade (média) de alimentos comercializada/mês
- g. recursos (saldo de venda, estimativa)

KIT:

- a. produtores/fornecedores/assentamento (quem são? localidade? Como são escolhidos?)
- b. estrutura logística/dias/horários
- c. pontos de distribuição (locais? Quem faz a distribuição para famílias?)
- d. consumidor (quem são – características; quantas famílias são atendidas (estimativa))
- e. tipo de alimento/produto comercializado
- f. quantidade (média) de KITS comercializada/quinzena
- g. recursos (saldo de venda, estimativa)

PREÇO: como é a formação do preço? Produtor participa? É diferente em cada canal de comercialização? Como vê preço justo?

4. Dados pessoais

Sexo: feminino masculino

Faixa etária: 20 a 30 30 a 40 40 a 50 mais de 50

Atividade: Estuda Trabalha Estuda e Trabalha Nem estuda nem trabalha

Escolaridade: 1º grau incompleto 1º grau completo 2º grau incompleto 2º grau completo 3º grau incompleto 3º grau completo pós-graduação completo pós-graduação incompleto. Em caso de curso superior ou pós-graduação, especificar que seu curso.

Profissão:

Roteiro de Entrevistas com Consumidores da Feira e da Loja do MICC

1. Motivação para compra/participação

- a. Há quanto tempo realiza compras no MICC (feira/loja)?
- b. Como conheceu o MICC?
- c. Com que frequência você compra?
- d. Quais os motivos que te levam a comprar alimentos no MICC?
Explorar: forma de participação política; meio ambiente; saúde; ajuda aos pequenos agricultores (reforma agrária, renda, caridade); preço.
- e. Além da compra, participa de outra atividade promovida pelo MICC? Quais? Frequência?

2. Confiança

- f. Você conhece pessoalmente algum produtor que fornece para o MICC? Caso sim, como o conheceu? Considera importante conhecer pessoalmente os produtores? Por quê?
- g. O que significa um alimento de qualidade pra você?
- h. O que acha da qualidade dos alimentos comercializados pelo MICC? E da variedade? E do preço?

3. Práticas alimentares/consumo habituais

- i. A maioria dos alimentos que você consome é comprada no MICC?
- j. Quais outros locais você comumente compra alimentos? (feira, grande supermercado, mercadinho local)
- k. Alimentos orgânicos: já ouviu falar? O que acha? Costuma comprar? Por quê?

4. Uso político do consumo

- l. Conhece a proposta do MICC de integração campo-cidade? O que acha?
- m. Considera a compra de alimentos uma forma eficiente de apoiar o campo?
- n. Papel do consumidor urbano e suas escolhas – faz diferença?
- o. Você já ouviu falar em consumo verde, consumo responsável ou consumo consciente? Sabe o que é? Como você vê essas ideias? Como você se vê?
- p. Você participa de atividades em prol do meio ambiente ou de problemas sociais? (engajamento e militância em ONGs ambientalistas, doação a essas instituições, participação em manifestações, abaixo-assinados, protestos, boicotes, manifestações políticas?)
- q. Conhece o movimento da reforma agrária? Se sim, o que acha?

5. Perfil Sócio Econômico

Sexo: () feminino () masculino

Faixa etária: () menos de 20 () 20 a 30 () 30 a 40 () 40 a 50 () mais de 50

Atividade: () Estuda () Trabalha () Estuda e Trabalha () Nem estuda nem trabalha

Escolaridade: () 1º grau incompleto () 1º grau completo () 2º grau incompleto () 2º grau completo () 3º grau incompleto () 3º grau completo () pós-graduação completo () pós-graduação incompleto

Em caso de curso superior ou pós-graduação, especifique seu curso:

Profissão:

Renda familiar média:

- beneficiário programas sociais (PBF/BPC) até R\$ 340,00 até R\$ 575,00
 até R\$1.235,00 até R\$ 2.055,00 até R\$ 3.416,00 até 6.647,00
 superior a R\$ 7.000,00

Estado civil: solteiro casado/união estável separado/divorciado viúvo

Filhos: sim não Caso sim, quantos?

Com quem você mora? sozinho amigos filhos parentes companheiro(a)
 companheiro(a) e filhos aluga um quarto Outros:

Na sua residência (informe apenas o número) residem quantas pessoas:

Roteiro de Entrevista com Consumidores dos Kits de alimentos do MICC

1. Motivação para compra/participação

- a. Há quanto tempo participa do MICC?
- b. Como conheceu o KIT do MICC? Como entrou? O que teve que fazer para entrar? Cadastro (documentos?)
- c. Porque participa do KIT do MICC? Explorar: forma de participação política; meio ambiente; saúde; ajuda aos pequenos agricultores (reforma agrária, renda, caridade); preço.
- d. Onde retira o KIT?
() Água Rasa () Artur Alvim () Belém (03 pontos) () Brás () Ermelindo Matarazo
() Jardim Colorado () Jardim Grimaldi () Jardim Independência () Jardim Record
() Vila Alpina () Vila Antonieta () Vila Carrão () Vila Ema () Vila Formosa
() Vila Industrial (03 pontos), Vila Matilde (02 pontos)
- e. Como é a retirada? Tem que ir? Se não for, paga do mesmo jeito? Sente-se obrigada a retirar a cesta? Como vai buscar (meio de transporte)? Com que frequência você recebe/retira o KIT?
- f. Além da compra, participa de outra atividade promovida pelo MICC? Quais? Frequência?

2. Confiança

- g. Você conhece pessoalmente algum produtor que fornece para o MICC? Caso sim, como o conheceu? Considera importante conhecer pessoalmente os produtores? Por quê?
- h. O que significa um alimento de qualidade pra você?
- i. O que acha da qualidade dos alimentos comercializados pelo MICC? E da variedade? E do preço?

3. Práticas alimentares/consumo habituais

- j. A maioria dos alimentos que você consome vem do KIT?
- k. Que outros locais você comumente compra alimentos? (feira, grande supermercado, mercadinho local)
- l. Alimentos orgânicos: já ouviu falar? O que acha? Costuma comprar? Por quê?

4. Uso político do consumo

- r. Conhece a proposta do MICC de integração campo-cidade? O que acha?
- s. Considera a compra de alimentos uma forma eficiente de apoiar o campo?
- t. Papel do consumidor urbano e suas escolhas – faz diferença?
- u. Você já ouviu falar em consumo verde, consumo responsável ou consumo consciente? Sabe o que é? Como você vê essas ideias? Como você se vê?
- v. Você participa de atividades em prol do meio ambiente ou de problemas sociais? (engajamento e militância em ONGs ambientalistas, doação a essas instituições, participação em manifestações, abaixo-assinados, protestos, boicotes, manifestações políticas?)
- w. Conhece o movimento da reforma agrária? Se sim, o que acha?

5. Perfil Sócio Econômico

Sexo: () feminino () masculino

Faixa etária: menos de 20 20 a 30 30 a 40 40 a 50 mais de 50

Atividade: Estuda Trabalha Estuda e Trabalha Nem estuda nem trabalha

Escolaridade: 1º grau incompleto 1º grau completo 2º grau incompleto 2º grau completo 3º grau incompleto 3º grau completo pós-graduação completo pós- graduação incompleto

Em caso de curso superior ou pós-graduação, especifique seu curso:

Profissão:

Renda familiar média:

beneficiário programas sociais (PBF/BPC) até R\$ 340,00 até R\$ 575,00
 até R\$1.235,00 até R\$ 2.055,00 até R\$ 3.416,00 até 6.647,00
 superior a R\$ 7.000,00

Estado civil: solteiro casado/união estável separado/divorciado viúvo

Filhos: sim não Caso sim, quantos?

Com quem você mora? sozinho amigos filhos parentes companheiro(a)
 companheiro(a) e filhos aluga um quarto Outros:

Na sua residência (informe apenas o número) residem quantas pessoas:

Roteiro de Entrevistas com Gestor – Kairós

1. Trajetória Kairós (2000; 2005; 2009)

- a. Contexto e motivação para organização do Kairós
Explorar: 2000 – alianças, parcerias (MST, ONGs, Estado), objetivos
2005 – inicia o trabalho com “organizações coletivas de consumidores”. Por que decidiu por essa pauta? Qual foi a motivação? Quem eram os parceiros?
- b. De 2000 à 2005 – quais eram as principais atividades?
Explorar: fases do Kairós? Dá pra dividir a atuação em fases (2000 – início; 2005 – consumo responsável; 2009 – financiamento público, com ampliação da pauta)
- c. Em 2009 iniciou o mapeamento e levantamento do perfil dos grupos de consumo responsável no Brasil (CGR – Brasil).
Explorar: foi o primeiro financiamento público? Como é a experiência dos Editais Públicos – dificuldades, perspectivas; vale a pena; não vale. Como vê o financiamento de ONGs na perspectiva das políticas públicas? Como acha que os GCR veem a adesão à agenda pública?

2. Mapeamento e Levantamento do Perfil dos GCR no Brasil

- d. Explorar: de quem foi a ideia, como se deu a articulação com SDT/MDA, como foi o processo de encontrar os coletivos de consumidores, critérios utilizados para entrar no mapeamento; tempo; resultados – como avalia o mapeamento?

3. Construção conceitos/denominações

- e. Como se deu a construção do conceito – consumo responsável? Por que não outros: consumo sustentável, consumo verde?
- f. Consumidor parece ter um papel central, a partir da sua escolha.
Explorar: 1. Protagonismo do consumidor; acredita que o consumidor pode mudar o sistema alimentar a partir de suas escolhas? Quais seriam as estratégias e os elementos de transformação do sistema alimentar?
Explorar: 2. Acesso a informação para escolhas (conscientes); acredita haver um “gap” entre valores e atitudes?; e sobre a questão de classes? Como incluir classes populares nesse contexto? Importância de envolver classes populares (há? Por quê?)

4. Atualidade – SENAES e Rede Nacional de Grupos de Consumo Responsável

- g. Edital SENAES/MTE – 2012: acha que mudou alguma coisa? Tipo do Edital (1º diagnóstico territorial; 2º desenvolvimento econômico); ampliação agenda; ampliação pauta; transformações; referenciais conceituais.
- h. Explorar: atividades Kairós com financiamento público, crescimento número de GCR, como ocorre a aproximação e novos grupos no Kairós, existem critérios? Já recusaram algum grupo? Kairós e parcerias – Capina – outros?
- i. Rede Nacional de Grupos de Consumo Responsável
Explorar:

I) como surgiu a ideia: encaminhamentos de algum encontro; veio dos próprios grupos; do Kairós; do FBES? Inspiração internacional?

II) GCR – Estabelecimento de identidade comum: dificuldades; pontos em comum a todos os grupos; questão da características (de motivação e de trajetória para sua organização) – grupos não iguais – como vê? Como caracterizaria? (Exemplo: MICC – terra; justiça/ Rede Moinho – EES; viabilização econômica/ Rede Ecológica – consumidor; saúde)

III) Questão de classe – inclusão de classes populares na Rede Nacional – como está esse processo? Menos grupos de origem popular? Por quê?

IV) Como está o processo da Rede Nacional? Quais as dificuldades para sua conformação? Quais a potencialidades? Quais expectativas?

- j. Quais as expectativas quanto aos GCRs que atualmente são bases de serviço? (Rede Moinho/BA, SISCOS/MT, MICC/SP, Rede Tapiri/AM e Rede Guandu/SP)
- k. Como vê o crescimento dos GCRs no Brasil, com a adesão da cidade e dos consumidores urbanos às causas rurais e dos produtores?
- l. Qualidade – o que considera alimento de qualidade? Certificação – como vê?
- m. Como vê o MICC? – Explorar!

5. Dados Pessoais

Sexo: feminino masculino

Faixa etária: 20 a 30 30 a 40 40 a 50 mais de 50

Atividade: Estuda Trabalha Estuda e Trabalha Nem estuda nem trabalha

Escolaridade: 1º grau incompleto 1º grau completo 2º grau incompleto 2º grau completo 3º grau incompleto 3º grau completo pós-graduação completo pós-graduação incompleto

Em caso de curso superior ou pós-graduação, especifique seu curso:

Profissão: